

II
**DIAGNÓSTICO SOCIAL
DE
LISBOA**
2015-2016

SINOPSE



O presente documento não segue a grafia do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

A presente Sinopse pretende ser um instrumento para
a aprovação da

Matriz Estruturante do Plano de Desenvolvimento Social, PDS 2016-2019,

contemplando uma selecção das vertentes fundamentais do

II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016,

documento mais aprofundado e exaustivo sobre a totalidade das matérias.

“é necessário conhecer para agir com eficácia”

Augusto Comte

“conhecer para actuar”... e não “conhecer por conhecer”

Maria José Aguilar Idáñez

Ezequiel Ander-Egg

SINOPSE

I – ENQUADRAMENTO E ANTECEDENTES

- **A Rede Social de Lisboa**

II – METODOLOGIA

III - ÁREAS TEMÁTICAS

Território e Nova Reforma Administrativa

População

Natalidade

População Infantil e Juvenil

População Idosa e Envelhecimento

Família

População Activa, Formação e Emprego

Vulnerabilidade Social

Prestações Sociais

Imigração e Interculturalidade

Habitação

Qualidade de Vida

Saúde

Equipamentos e Respostas Sociais

Dinâmicas de Proximidade

IV – FONTES E BIBLIOGRAFIA

COORDENAÇÃO

Maria Teresa Craveiro - Câmara Municipal de Lisboa / EP-PLHDS-Equipa de Projecto do Programa Local de Habitação e Direitos Sociais
Fernanda Belo - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / SEPAJ-Serviço de Estudos, Planeamento, Auditoria e Jurídico / GEP- Gabinete de Estudos e Planeamento
Maria Alice Nunes Cardoso – ISS, I.P. - Instituto de Segurança Social, IP – Centro Distrital de Lisboa / UAD – Unidade de Apoio à Direcção / NPGI - Núcleo de Planeamento e Gestão da Informação

EQUIPA TÉCNICA CML

Equipa de Projecto do Programa Local de Habitação e Direitos Sociais

Célia Campos, Geógrafa
Maria João Duarte, Arquitecta
Jorge Carvalho Mourão, Geógrafo
Ana Cosme, Antropóloga
Ana Cristina Correia, Arquitecta
Ana Lúcia Antunes, Socióloga
Ana Sofia Rocha, Engenheira do Território
Clara Amaro, Educadora de Infância
Maria Helena Torres, Socióloga
Maria Manuela Nunes, Engenheira Civil

Departamento para os Direitos Sociais

Susana Ramos, Psicóloga
Célia Tereso, Assistente Social
Cláudia Prazeres, Psicóloga
Mário Rui Souto, Antropólogo

Direcção Municipal de Economia e Inovação – Divisão de Estudos e Prospectiva

Nuno Caleia, Economista

COMISSÃO EXECUTIVA DA REDE SOCIAL DE LISBOA

Ana Bandeira (SCML)
Ana Margarida Gonçalves (ISS, I.P. - CDistLisboa)
Maria Teresa Craveiro (CML)

NÚCLEO EXECUTIVO DA REDE SOCIAL DE LISBOA

Fátima Palhas (ISS, I.P. – CdistLisboa)
Nuno Félix (SCML)

GRUPOS DE TRABALHO DA REDE SOCIAL DE LISBOA

Grupo de Trabalho para a Área das Crianças
Plataforma para a Área do Envelhecimento
Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem-Abrigo
Grupo de Missão para os Comportamentos Aditivos
Grupo de Missão para os Cuidados Continuados
Grupo de Missão para a Violência Doméstica
Grupo de Missão para a Saúde Mental
Grupo de Missão do Referencial Estratégico
Grupo de Missão para a Carta Social Georreferenciada
Grupo de Missão para Organização de um Dossier Técnico com Propostas e Recomendações sobre Tipologias Standard
Grupo de Missão para Reorganização Progressiva dos Diferentes Serviços, de Acordo com o Novo Mapa Administrativo da Cidade

PONTOS DE CONTACTO

Câmara Municipal de Lisboa

Gabinete do Vereador João Afonso
Departamento para os Direitos Sociais
Direcção Municipal de Habitação e Desenvolvimento - Divisão de Apoio a Intervenções Locais
Direcção Municipal de Habitação e Desenvolvimento - Divisão de Gestão e Habitação Municipal
Direcção Municipal de Economia e Inovação – Divisão de Estudos e Prospectiva
Direcção Municipal de Urbanismo – Divisão do Plano Director Municipal
Direcção Municipal de Educação e Desporto
Direcção Municipal da Estrutura Verde, Ambiente e Energia
Unidade de Coordenação Territorial
Polícia Municipal de Lisboa

ISS, I.P. - Instituto de Segurança Social, I.P.

GPE - Gabinete de Planeamento e Estratégia / UPGC – Unidade de Planeamento e Controlo de Gestão

ISS, IP - Instituto de Segurança Social, IP – Centro Distrital de Lisboa

UAD – Unidade de Apoio à Direcção / NPGI - Núcleo de Planeamento e Gestão da Informação
UDSP – Unidade de Desenvolvimento Social e Programas

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SEPAJ - Serviço de Estudos, Planeamento, Auditoria e Jurídico / GEP- Gabinete de Estudos e Planeamento
Departamento de Acção Social e Saúde / GMAG - Gabinete de Monitorização e Apoio à Gestão

ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Joaquim Fonseca

Rede Europeia Anti-Pobreza

Sérgio Aires
Catarina Cruz

Ministério da Educação

Ana Paula Monteiro (DGESTE – Direcção Geral de Estabelecimentos Escolares)
António Vidal (DGESTE – Direcção Geral de Estabelecimentos Escolares)
Orlando Fragata (Coordenador Nacional do Programa Escolar de Reforço Alimentar – PERA)

SNIPI - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância- Sub-Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Teresa Nunes Marques
Cristina Rodrigues

PSP - Comando Metropolitano de Lisboa, Núcleo de Operações

Subcomissário Miguel Rosa Ribeiro

GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa

Marta Santos

Advita - Associação para o Desenvolvimento de Novas Iniciativas para a Vida

Rosário Sobral

NPISA - Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem-Abrigo

João Marrana

Associação das Casas Reginais de Lisboa

Manuel Brito

Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa

Pedro Franco

I – ENQUADRAMENTO E ANTECEDENTES

A figura da Rede Social foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, como “um fórum de articulação e congregação de esforços”, baseando-se “na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar”, para que “sem a criação de novos organismos nem aumento, significativo, de despesas, se fomente a solidariedade social, se optimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis”.

A Rede Social de Lisboa

A Rede Social de Lisboa foi criada em 2006, tendo a Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (actual ISS, I.P. - Centro Distrital de Lisboa) assinado um Protocolo de Colaboração, visando uma colaboração de carácter regular e permanente para a respectiva coordenação e dinamização.

A 11 de Dezembro desse ano, o primeiro Plenário do Conselho Local de Acção Social de Lisboa (CLAS-Lx), órgão máximo da Rede Social, confirmou a adesão de 111 entidades parceiras entre as quais as Juntas de Freguesia, diversas Entidades e Organismos do Sector Público, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG) e outras Associações e Fundações que actuam no território da cidade.

Actualmente, a Rede Social de Lisboa integra 408 entidades, sendo a maior Rede Social do país.

Aquando da sua constituição, a Rede Social de Lisboa estabeleceu um Plano de Acção para 2008 segundo 3 eixos de actuação, com os seguintes objectivos:

- Planeamento,
 - visando a elaboração de um Diagnóstico Social para o subsequente Plano de Desenvolvimento Social, quadro de desenvolvimento de uma política de intervenção social em rede;
- Estruturação,
 - para desenvolvimento da estrutura do seu funcionamento com a constituição de Comissões Sociais de Freguesia;
- Intervenção,
 - identificando 3 áreas prioritárias de intervenção, que desde logo podiam potenciar o trabalho desenvolvido, integrando-o na metodologia da Rede Social de Lisboa:
 - Sem-Abrigo
 - Envelhecimento
 - Crianças

A importância da intervenção social de proximidade

A maior proximidade e capacidade de intervenção das freguesias traduzem-se numa responsabilidade acrescida, na minimização e resolução de problemas sociais, não só através da actuação dos seus órgãos próprios, mas também como entidade integrante da Rede Social, através das Comissões Sociais de Freguesia (CSF).

No âmbito da elaboração do Diagnóstico Social foi então realizado o levantamento e a sistematização da informação estatística disponível, na área da Protecção Social e das medidas da Segurança Social, assim como 7 *workshops*, entre 23 de Junho e 3 de Julho de 2008, para recolha de contributos de intervenores institucionais, a partir do seu conhecimento e experiência acumulados, segundo temas identificados no decurso daquele trabalho e considerados estratégicos:

- Envelhecimento Activo
- Da Vulnerabilidade à Inclusão
- Empreendedorismo Social
- Crescer com Oportunidades
- Diversidade Cultural
- Cidade Saudável
- Qualidade dos Serviços Sociais

Em 20 de Abril de 2009, o Diagnóstico Social de Lisboa foi aprovado na reunião do Conselho Local de Acção Social (CLAS-Lx), tendo em 29 de Junho sido realizada a sua apresentação pública.

Sistematizando o conhecimento da realidade social da cidade, o Diagnóstico Social pretendeu constituir-se num instrumento dinâmico de apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, apontando as potencialidades, as fragilidades, as dinâmicas, os recursos e, também, as prioridades de intervenção, tendo sido estruturado em 6 Eixos Estratégicos (por ordem alfabética):

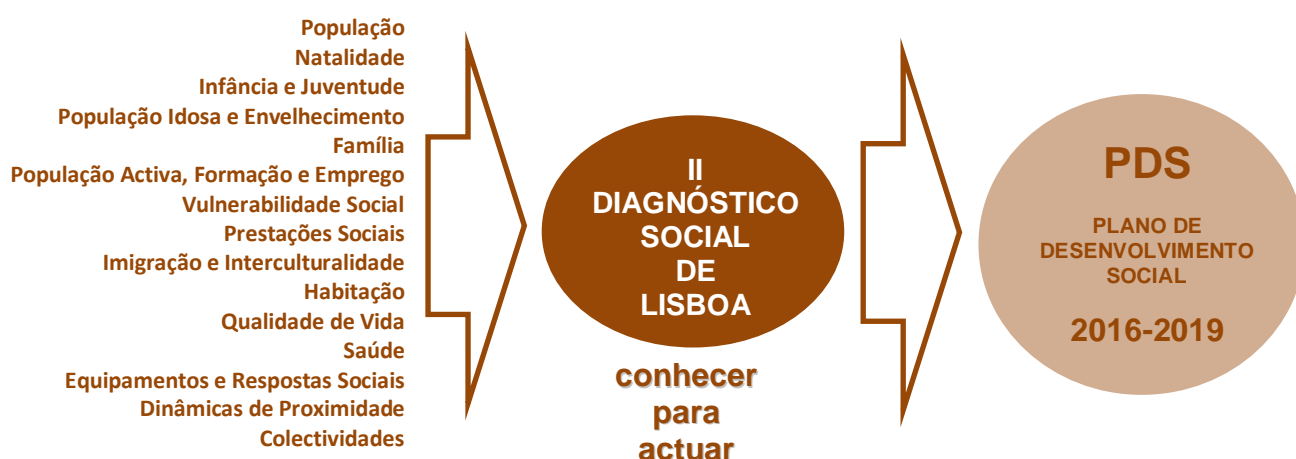
- Cidade Saudável
- Crescer com Oportunidades
- Da Vulnerabilidade à Inclusão
- Diversidade Cultural
- Envelhecimento Activo
- Qualidade dos Serviços

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS), incluindo a respectiva Agenda Estratégica para o Triénio 2013-2015, foi aprovado na 14ª sessão do Conselho Local de Acção de Lisboa (CLAS-Lx), em 28 de Junho de 2012.

Concluído o triénio, foi realizada a avaliação do trabalho desenvolvido, nomeadamente pelos Grupos de Missão criados em cumprimento da Agenda Estratégica, tendo em 9 de Março de 2016, na 25ª Sessão Plenária do Conselho Local de Acção Social (CLAS-Lx), sido aprovado o Relatório Final, de avaliação da Agenda Estratégica 2013-2015.

II – METODOLOGIA

Em 2015, último ano de vigência da Agenda Estratégica do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) em vigor, foi constituído um Grupo de Trabalho para a elaboração do II Diagnóstico Social, indigitado pelas 3 entidades que constituem a Comissão Tripartida da Rede Social de Lisboa¹, a que foi cometida a organização e coordenação dos trabalhos, assim como a preparação das matérias a submeter à aprovação do CLAS-Lx.



A necessidade de elaborar o II Diagnóstico Social de Lisboa fundamenta-se no princípio de que não é possível intervir consciente e eficazmente na resolução de um problema, sem o conhecer previamente, correndo o risco de desperdiçar recursos e energia sem a obtenção de qualquer benefício.

Considerada uma fase ainda de “pré-diagnóstico”, foi realizado o levantamento e a identificação das problemáticas sociais e das prioridades de intervenção, junto das Juntas de Freguesia/Comissões Sociais de Freguesia e dos membros do CLAS-Lx, através de um inquérito directo, que constitui um Relatório autónomo.

A reiteração ou alteração, tanto da metodologia, como dos Eixos Estratégicos de Intervenção, em que deverá ser estruturado o Plano de Desenvolvimento Social, foram debatidas em Workshops, de que resultaram igualmente contributos, quer para o II Diagnóstico Social, quer para a Matriz-Base do PDS 2016-2019 (Eixos Estruturantes, Finalidades, Objectivos Gerais e Específicos).

Diagnóstico Social – Conhecer para melhor intervir

O Diagnóstico Social é parte integrante do processo de intervenção social, a sua fase inicial e o instrumento fundamental para a identificação dos problemas, necessidades, carências, prioridades, constrangimentos, meios e recursos, que deverá permitir estabelecer o conteúdo do Plano de Desenvolvimento Social, quadro de referência para a acção das diferentes entidades envolvidas.

¹ Câmara Municipal de Lisboa (CML), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa do Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP-CDL).



O levantamento da informação disponível, sempre que possível no período entre 2009 e 2014², para a caracterização da situação social na cidade de Lisboa, foi repartido pelas 3 entidades e, internamente, no que concerne à Câmara Municipal de Lisboa, envolveu as diferentes unidades orgânicas com atribuições e competências nos sectores e áreas de intervenção que concorrem para essa caracterização.



² Excepcionalmente, nalguns Sub-Capítulos como "População Infantil e Juvenil", nomeadamente no que respeita a "Educação" e a "Crianças em Risco" e "Vulnerabilidades Sociais", no tema "Pobreza", são apresentados alguns dados posteriores. Também a informação proveniente dos Grupos de Missão se reporta por vezes a períodos para além de 2014.

Também alguns Grupos de Missão, constituídos no âmbito da Agenda Estratégica 2013-2015, concorreram para a caracterização da situação social, fornecendo a informação recolhida no decurso do trabalho desenvolvido no triénio cessante.

Todos estes contributos constituem a base da análise e apresentação do presente Diagnóstico Social, tendo como objectivo apontar linhas de orientação para o próximo Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa, PDS 2016-2019.

Foram então organizados 4 *workshops* participativos de preparação das bases para o Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2016-2019, e promovido um amplo processo de debate e participação pública envolvendo cerca de 160 participantes, entre um conjunto de peritos e profissionais, representantes de diversas instituições e também especialistas nas diferentes áreas temáticas.

4 *Workshops* participativos

Em Março de 2016 foram realizados 4 Workshops, versando os seguintes temas:

1. **Infância, Juventude e Família**
10-03-2016

2. **População idosa e envelhecimento saudável**
11-03-2016

3. **Desemprego, Qualificação, e Empregabilidade Local**
14-03-2016

4. **Pobreza e Inclusão Social**
15-03-2016

Objectivos dos *workshops*:

- Reflectir sobre os problemas e sobre as soluções, colocando pistas de reflexão-acção;
- Identificar o que é necessário fazer para que se consigam respostas sociais mais robustas de actuação no terreno;
- Identificar parceiros para articulação de projectos futuros para o Plano de Desenvolvimento Social (PDS 2016-2019);
- Identificar exemplos de boas práticas de projectos.

Foram igualmente realizados diversos encontros com diferentes Públicos-Alvo que envolveram cerca de 132 participantes:

1. **Sem-abrigo:** 07-05-2016 - participaram cerca de 18 pessoas em condição de sem-abrigo;
2. **Idosos:** 08-05-2016 - participaram cerca de 24 pessoas idosas (Projecto “A Avó Veio Trabalhar”, Centro Social da Musgueira, JF Benfica III Acto - Teatro Sénior Reformados de Benfica, Associação Apre!, ANAPR/MODERP, Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Ajuda, Centro de Dia Santo Eugénio–SCML, Centro Social São Boaventura–SCML, Voluntariado–CML, RUTIS, Associação Luz e Saúde e Ginásio Clube Português);
3. **Desempregados:** 03-05-2016 - participaram cerca de 20 pessoas (Lisboa Empreende, Bola Pra Frente-E6G, Rede Emprega - Alcântara/Kcidade, Dress for Success, IPAV - Instituto Padre António Vieira e APEA - Associação Portuguesa Emprego Apoiado);

4. **Crianças:** 18, 19 e 24-05-2016 - participaram cerca de 70 crianças entre os 7 e os 12 anos: 4 encontros - Agrupamentos de Escolas: *Patrício Prazeres* (Freguesia da Penha de França), *Almada Negreiros* (Freguesia de Santa Clara), *Baixa Chiado*, Escola das Gaivotas (Freguesia da Misericórdia) e *Belém-Restelo*, Escola Paula Vicente (Freguesia de Belém).

Foram igualmente analisadas as orientações estratégicas e políticas contidas nos seguintes instrumentos municipais aprovados:

- Plano de Acção do Pelouro Dos Direitos Sociais 2014-2017 (PADS);
- Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo Lisboa 2009;
- Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Lisboa (PMIIL);
- Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo 2016-2018 (PMPSA);
- Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-17;
- Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida de Lisboa (PDSQVL);
- Programa Municipal para a Economia Social (PMES).

No contexto da fase de “pré-diagnóstico”, foi realizado um questionário *online*³ sobre problemáticas sociais e prioridades de intervenção, junto das Juntas de Freguesia/Comissões Sociais de Freguesia e CLAS.

A partir do trabalho desenvolvido pelos anteriores Grupos de Missão da Rede Social, dos diferentes instrumentos estratégicos de planeamento existentes (Planos e Programas nacionais e municipais), dos Workshops participativos, dos Encontros com os Públicos-Alvo e dos questionários respondidos pelas Juntas de Freguesia, Comissões Sociais de Freguesia e Membros do CLAS-Lx, e ainda tendo em conta as acções do PDS 2013-15 que irão ter continuidade no PDS 2016-2019, em elaboração, foi efectuada uma Matriz de Sistematização de Conteúdos para cada uma das principais temáticas, a saber:

- Crianças, jovens e famílias;
- População idosa e envelhecimento;
- Violência Doméstica;
- Deficiência;
- Saúde mental;
- Pessoa sem abrigo;
- Desemprego, qualificação e empregabilidade local.
- Comportamentos aditivos

4 Encontros com diferentes Públicos-Alvo

Foram realizados 4 Encontros com Públicos-Alvo (Sem-abrigo, Idosos, Desempregados, Crianças), com o objectivo de ouvir os problemas e dificuldades do quotidiano e as carências de apoio social sentidas, recolher as suas opiniões sobre as soluções e as respostas sociais que poderiam contribuir para melhorar a sua qualidade de vida e bem-estar.

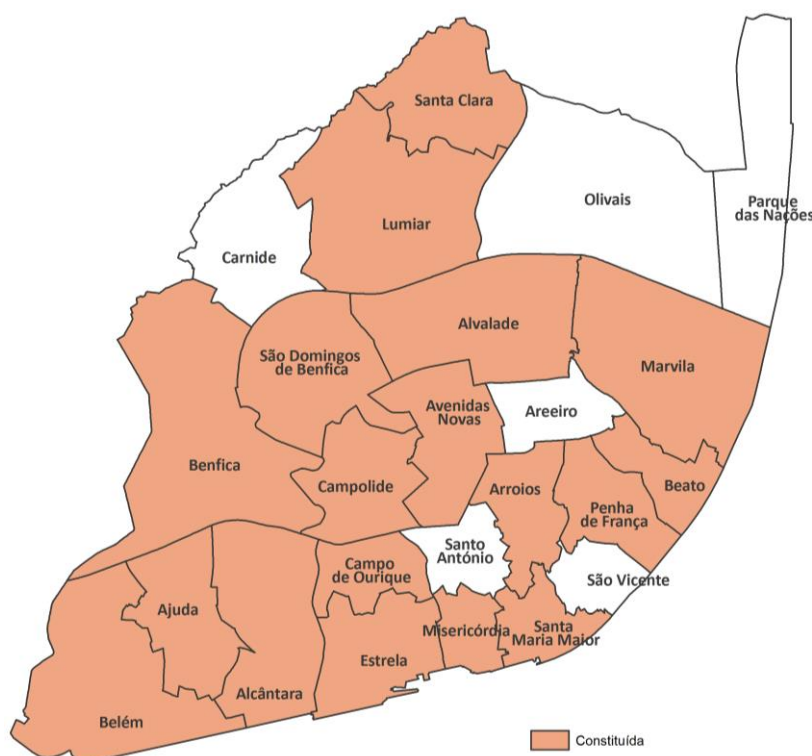
³ Questionário online que decorreu entre 02.07.2015 e 26.02.2016.

Comissões Sociais de Freguesia (CSF)

As CSF são órgãos da Rede Social, integrando representantes da Junta de Freguesia, que preside, e das diversas entidades públicas e privadas, que intervêm na sua área em diferentes domínios, contribuindo para o desenvolvimento social local.

Com funções de natureza consultiva, as CSF devem proceder à dinamização e articulação das parcerias, assim como à apreciação e análise dos problemas detectados, à discussão das propostas de solução, fornecendo orientações, que, em articulação com o CLAS, promovam a coesão e inclusão social, combatendo as formas de pobreza e exclusão social.

Mais uma vez, o conhecimento da realidade é fundamental para uma intervenção eficaz. A caracterização social da freguesia e a elaboração do respectivo diagnóstico, a identificação das carências, das prioridades e dos recursos, para a definição da acção, planeada e dirigida, são tarefas que se espera venham a ser desenvolvidas de forma cada vez mais dinâmica pelas CSF, neste novo quadro administrativo.



Fonte: Comissões Sociais de Freguesia, Lisboa

Reforço e Territorialização da Rede Social de Lisboa

Para o reforço da actividade da Rede Social de Lisboa é fundamental continuar o esforço de territorialização e intervenção de proximidade que advém do trabalho continuado dos grupos de trabalho criados no seio das Comissões Sociais de Freguesia.

Em 2015, existiam diversas temáticas objecto da actuação dos Grupos de Trabalho constituídos nas CSF, não sendo no entanto rígidas quer a identificação e a caracterização dos temas, quer a dinâmica de intervenção que também varia ao longo do tempo, em função da avaliação que vai sendo feita da acção desenvolvida.

A diversidade reflecte as percepções dos parceiros em determinados territórios, as diferentes realidades socioeconómicas e culturais presentes, assim como a natureza dos parceiros envolvidos na definição das possibilidades de intervenção.

De salientar que, tanto o nível de participação como o grau de actividade dos parceiros envolvidos não são homogéneos, assim como podem existir outras entidades a trabalhar activamente com as CSF, sem que tenham procedido à sua adesão formal.

Relativamente à actuação das CSF, registam-se diferentes estádios de maturação da acção e desigualdades no alcance dos objectivos de trabalho. Este facto é justificado, em parte, pela reconfiguração que algumas CSF sofreram na sequência da reorganização administrativa da cidade.

Das CSF actualmente constituídas, 10 tiveram como desafio a assimilação de territórios de maiores dimensões, onde coexistiam antigas freguesias com dinâmicas de CSF próprias e outras sem essa prática.

Em suma, o trabalho desenvolvido pelas CSF tem contribuído, essencialmente, para o conhecimento do território e dos parceiros. No entanto, já se começam a delinear algumas tentativas e estratégias de intervenção concertadas e em parceria, sendo que este deverá ser o caminho para a promoção do desenvolvimento social integrado, capaz de criar respostas sociais mais eficazes para as principais problemáticas identificadas na cidade de Lisboa.

Confirma-se que é frequente a existência, num mesmo território, de entidades que desconhecem, total ou parcialmente, os parceiros que intervêm na mesma freguesia. Assim, é a este nível e no aprofundamento da articulação inter-institucional que daí advém, que a maioria das CSF identifica as grandes vantagens da sua constituição e existência.

Temáticas predominantes abordadas pelos Grupos de Trabalho:

- 17 grupos de trabalho ligados ao envelhecimento e população idosa;
- 15 grupos de trabalho ligados à infância, família, jovens, parentalidade e escolaridade;
- 5 grupos de trabalho ligados à empregabilidade/qualificação;
- 4 grupos de trabalho ligados à saúde mental.

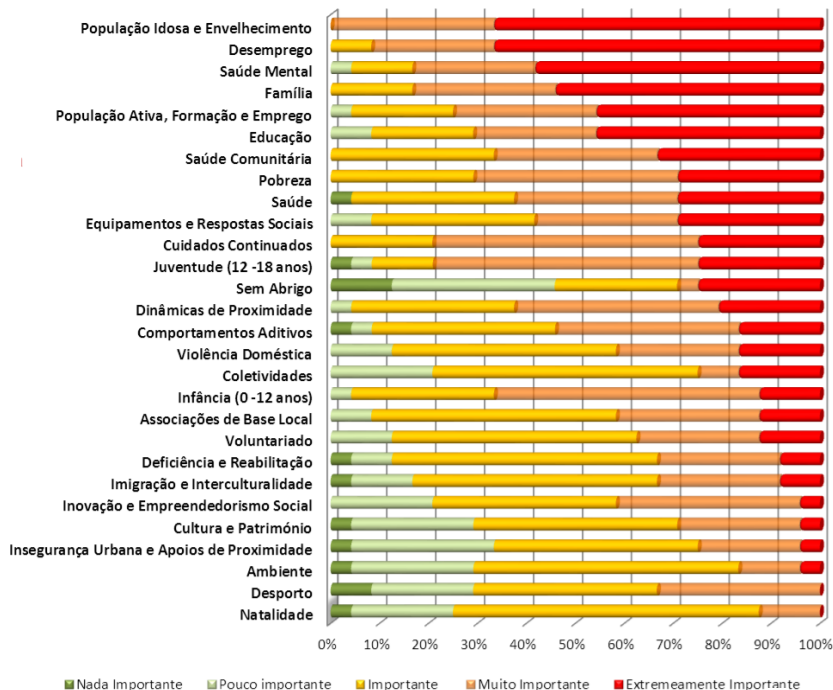
Problemáticas e prioridades Sociais nas freguesias de Lisboa⁴

A análise do conteúdo das respostas permitiu a seguinte hierarquização da representatividade das problemáticas sociais predominantes e da insuficiência de Respostas Sociais:

Problemáticas sociais mais representativas nas freguesias de Lisboa

Verifica-se que as problemáticas apontadas como sendo muito importantes ou extremamente importantes foram, por ordem decrescente de representatividade: População Idosa e Envelhecimento, Desemprego, Saúde Mental e Apoio às Famílias.

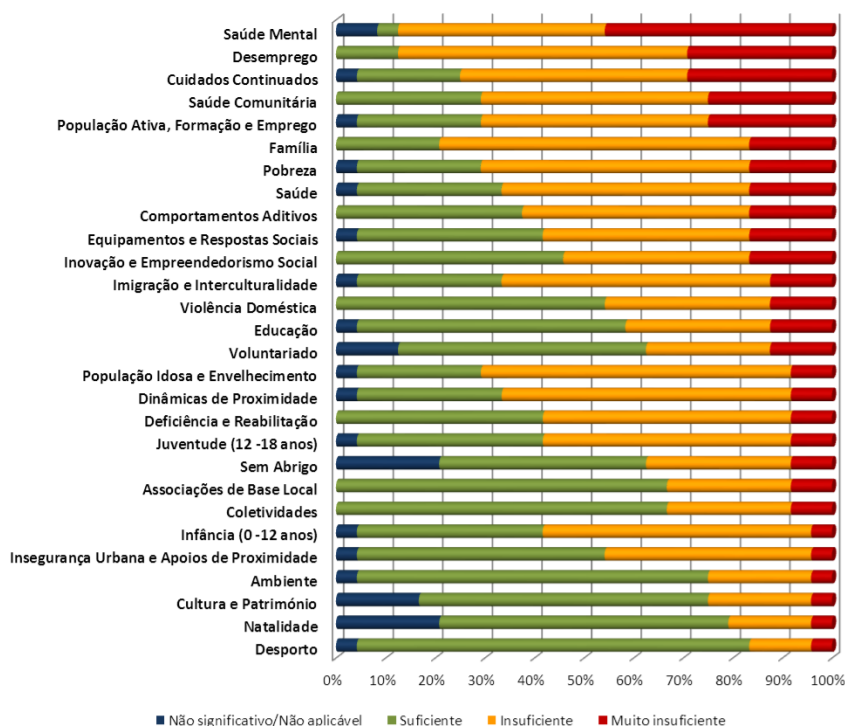
Representatividade das problemáticas sociais predominantes nas freguesias de Lisboa



Insuficiência de respostas sociais nas freguesias de Lisboa

Quanto às respostas sociais, as mais apontadas como insuficientes ou muito insuficientes foram nas áreas da Saúde Mental, do Desemprego, Cuidados Continuados e Saúde Comunitária.

Insuficiência de Respostas Sociais nas Freguesias



⁴ Questionário online dirigido às Juntas de Freguesias e membros das Comissões Sociais de Freguesia sobre Problemáticas, Prioridades Sociais e Parceiros. Total de respostas: 14 Juntas de Freguesia e 8 Comissões Sociais de Freguesia. Não responderam: Carnide e Santa Maria Maior.

A análise de conteúdo dos questionários permitiu ainda aferir quais os principais parceiros-chave para a intervenção social prioritária, identificados por cada Junta de Freguesia ou Comissão Social de Freguesia. A síntese dos conteúdos das respostas foi compilada em relatório anexo ao Diagnóstico Social 2015-2016, apresentando-se em seguida o exemplo de uma ficha de resultados para a freguesia da Ajuda.

Exemplo de Ficha de identificação de problemáticas, prioridades e parceiros

AJUDA

Problemáticas/carências sociais

1. IDOSOS - São crescentes as situações de isolamento social e solidão nos idosos
2. JOVENS - Falta de acompanhamento psico-social e de actividades para jovens alunos com problemas de indisciplina e absentismo escolar
3. JOVENS - Faltam técnicos qualificados na CPCJ para intervenção no âmbito da disciplina em contexto de sala de aula e fora dela - apoio nos recreios das escolas da freguesia.
4. SAÚDE MENTAL - Insuficiência de apoios ao nível da ocupação e treino de competências para jovens, adultos e idosos com problemas do foro psiquiátrico e outras limitações
5. FAMÍLIAS - Agravamento das situações de carência económica das famílias e a dificuldade de obtenção de livros e material escolar

Prioridades

1. CRIANÇAS - Criar bancos de livros e material escolar
2. CRIANÇAS E JOVENS - Organizar actividades de OTL ligadas às expressões plástica, dramática e musical.
3. IDOSOS - Reforçar da sensibilização e dinamização dos diversos agentes da comunidade na detecção e referenciação de idosos isolados em situação de risco.
4. IDOSOS - Sensibilizar a população sénior para o voluntariado e estimular a promoção de projectos de voluntariado construídos com os idosos e organizações locais
5. SAÚDE MENTAL - Formar técnicos que possam intervir na Comunidade de modo a que a Arte seja um veículo de Inclusão Social.

Parceiros

- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- Fundação LIGA
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Ajuda
- Associação Actividades Sociais Bairro 2 Maio
- Gebalis

III - ÁREAS TEMÁTICAS

Território e Nova Reforma Administrativa

Lisboa é a capital e a cidade mais populosa do país, dividindo-se administrativamente, desde 2013, em 24 freguesias.

Após as eleições autárquicas de 2013 e em cumprimento do disposto no DL 56/2012 de 8 de Novembro, Lisboa viu reduzir-se o número de freguesias de 53 para 24, e aumentar a área do concelho em cerca de 1,5 km², de 84,38 km² para 85,87 km².

A nova freguesia de Parque das Nações, limitada a Nascente e Sul, respectivamente, pelas avenidas Infante D. Henrique e Marechal Gomes da Costa, integrou a totalidade da nova área urbanizada em consequência da intervenção urbanística na zona da Exposição Mundial de 1998, incorporando assim a área que se situava em parte das freguesias de Moscavide e Sacavém no Concelho de Loures, que segundo os Censos 2011 dispunha de cerca de 2 800 alojamentos e uma população de quase 5 000 habitantes (4 967).

Apesar deste aumento de área urbanizada e habitada, Lisboa continuou a apresentar uma perda de população entre os momentos censitários de 2001 e 2011, embora esta perda se situe apenas na ordem dos 3% ou 2%, respectivamente segundo os limites administrativos anteriores ou posteriores a 2013.

Lisboa Cidade - Anterior Divisão Administrativa (NUTS 2002)

2001							2011						
Área (km2)	Edifícios Clássicos	Alojam.	Famílias Clássicas	Indivíduos Residentes	Densid. Populac. (hab/km2)	Densid. Aloj. (Aloj./km2)	Área (km2)	Edifícios Clássicos	Alojam.	Famílias Clássicas	Indivíduos Residentes	Densid. Populac. (Hab/km2)	Densid. Aloj. (Aloj./km2)
84,38	53387	293064	234918	564657	6691,83	3473,15	84,38	52496	323981	243892	547733	6491,3	3872,86

Lisboa Cidade – Actual Divisão Administrativa (CAOP 2013)

2001							2011						
Área (km2)	Edifícios Clássicos	Alojam.	Famílias Clássicas	Indivíduos Residentes	Densid. Populac. (hab/km2)	Densid. Aloj. (Aloj./km2)	Área (km2)	Edifícios Clássicos	Alojam.	Famílias Clássicas	Indivíduos Residentes	Densid. Populac. (Hab/km2)	Densid. Aloj. (Aloj./km2)
-	-	-	-	-	-	-	85,87	52696	326792	245894	552700	6436,44	3805,64

Fonte: Fonte: INE, I.P., Censos 2001 e 2011

A redução de 53 para 24 freguesias procurou atenuar a significativa disparidade entre as freguesias do centro, mais pequenas e menos populosas, e as freguesias da periferia, com uma maior extensão e maior número de habitantes. Anteriormente, a população residente por freguesia variava entre os 355 habitantes (Castelo) e os 51 036 habitantes (Santa Maria dos Olivais), variando agora entre os 11 855 habitantes (Santo António) e os 45 683 habitantes (Lumiar).

Das novas 24 freguesias, 13 foram criadas através da junção de duas ou mais freguesias e apenas uma freguesia antiga (Santa Maria dos Olivais) foi dividida, dando origem a duas novas freguesias (Olivais e Parque das Nações).

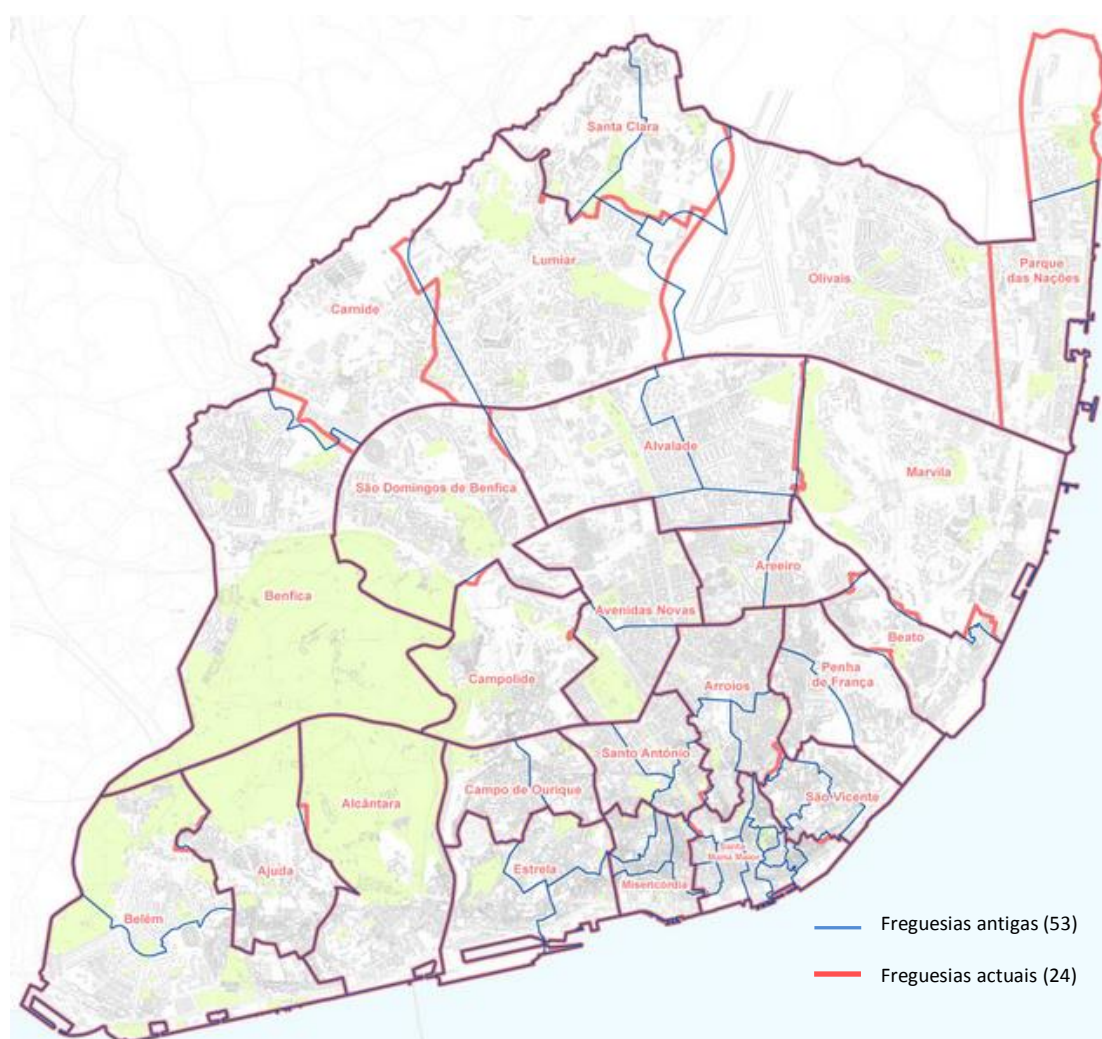
É contudo de salientar que com a reorganização administrativa, a análise e comparação de dados estatísticos, nomeadamente os censitários, apresentam algumas dificuldades, principalmente a uma escala inferior à do concelho.

Ao aumento da área total do território, acresce o facto de a redução do número de freguesias não ser resultado apenas da junção de freguesias antigas, uma vez que, exceptuando Areiro, Avenidas Novas e Penha de França, os respectivos limites administrativos foram igualmente alterados.

Mesmo as 9 freguesias antigas, que não agregaram outras freguesias e mantiveram o nome (Ajuda, Alcântara, Beato, Benfica, Carnide, Lumiar, Marvila, Olivais e São Domingos de Benfica), viram os seus limites alterados.

Apenas as freguesias de Alcântara e de Campolide não sofreram alterações.

O mapa e o quadro seguintes apresentam, respectivamente, os limites administrativos das antigas 53 freguesias e das novas 24 freguesias de Lisboa, de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013, e as agregações e as diferenças entre o total de população residente por freguesia, agora e antes da Reforma Administrativa.



População

Evolução da população

No concelho de Lisboa, a partir de 2013, com a nova Reforma Administrativa, os limites do concelho estenderam-se para Norte, de forma a integrar a totalidade da área do Parque das Nações, ao que passou a corresponder uma população residente em 2011 de 552 700 habitantes.

Mas além dos cerca de 553 mil residentes⁵, Lisboa acolhe diariamente um número quase idêntico de pessoas, fruto dos movimentos pendulares casa-trabalho e casa-escola, verificando-se um número total de mais de 930 mil utilizadores da cidade.

O abrandamento da perda de população em Lisboa

Na última década o ritmo de decréscimo da população abrandou, atingindo a população residente o valor de 547 733 habitantes em 2011. Se se considerar os novos limites administrativos da cidade após 2013, que passaram a integrar uma parcela de território anteriormente pertencente ao Município de Loures, a população em 2011 seria de 552 700 habitantes, valor ainda assim inferior ao de 2001.

População Residente por sexo (nº) (%), Lisboa, 2011 (CAOP 2013) e Variação 2001-2011

Território	População Residente 2011 (CAOP 2013)					Variação 2001-2011
	HM	H		M		
		Total	%	Total	%	
Continente	10 047 621	4 798 798	47,8	5 248 823	52,2	1,99
Lisboa Região	2 821 876	1 334 605	47,3	1 487 271	52,7	6,01
Lisboa Cidade	552 700	253 358	45,8	299 342	54,2	-2,12

Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

	Indivíduos
Lisboa Região	2.821.876
Lisboa Cidade	
População residente	552.700
Nº de pessoas que diariamente entram na cidade para estudar e trabalhar	425.747
Nº de pessoas que diariamente saem da cidade para estudar e trabalhar	-47.521
População pendular - Saldo (Entradas - Saídas)	378.226
População residente + população pendular	930.926

Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

Considerando os últimos 150 anos, constata-se que a população residente em Lisboa aumentou progressivamente, ultrapassando os 800 mil habitantes no início da década de 1980. Este crescimento foi quase sempre linear, com excepção do período da década de 1960 em que, a par da saída de residentes em busca de melhores condições de habitabilidade na periferia, a cidade viu a

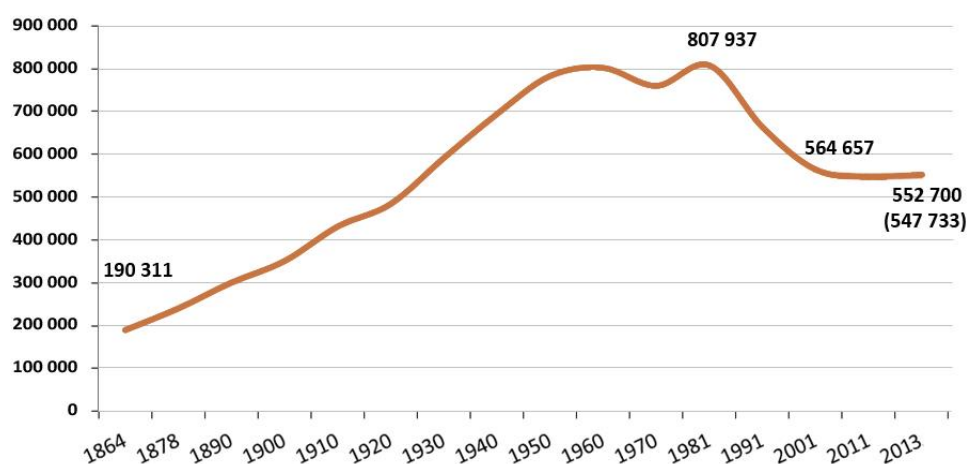
⁵ Censos 2011 segundo a CAOP 2013 – 24 freguesias.

população descer em resultado da guerra colonial, perda que foi compensada na década seguinte com a vinda da população das antigas colónias na sequência do processo de descolonização.

A partir de 1981, a população a residir no concelho passou a decrescer acentuadamente, tendo atingido o valor de 564 657 habitantes em 2001.

Na última década o ritmo de decréscimo da população abrandou, atingindo a população residente o valor de 547 733 habitantes em 2011. Se considerarmos os novos limites administrativos da cidade após 2013, que passaram a integrar uma parcela de território anteriormente pertencente ao Município de Loures, a população em 2011 seria de 552 700 habitantes, valor ainda assim inferior ao de 2001.

Evolução da População Residente (nº), Lisboa, 1864 a 2011 (NUTS 2002 e CAOP 2013)



NOTA: O valor de 552 700 corresponde à população residente em 2011 segundo os actuais limites do território da cidade após a reforma administrativa que integrou parte do concelho de Loures (CAOP 2013); o valor entre parêntesis (547 733) corresponde à população residente em 2011 segundo os limites anteriores do concelho (NUTS 2002)

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Apesar do Plano Director Municipal (PDM) ter como um dos Objectivos Estratégicos “Recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população”^(*) e de, enquadradas pelo Programa Local de Habitação (PLH), terem sido desenvolvidas diversas políticas para promover a atracção de população^(**), continua a ser necessário um sistema de monitorização que permita acompanhar os resultados e verificar o cumprimento do lema do PLH de **(re)habitar** Lisboa.

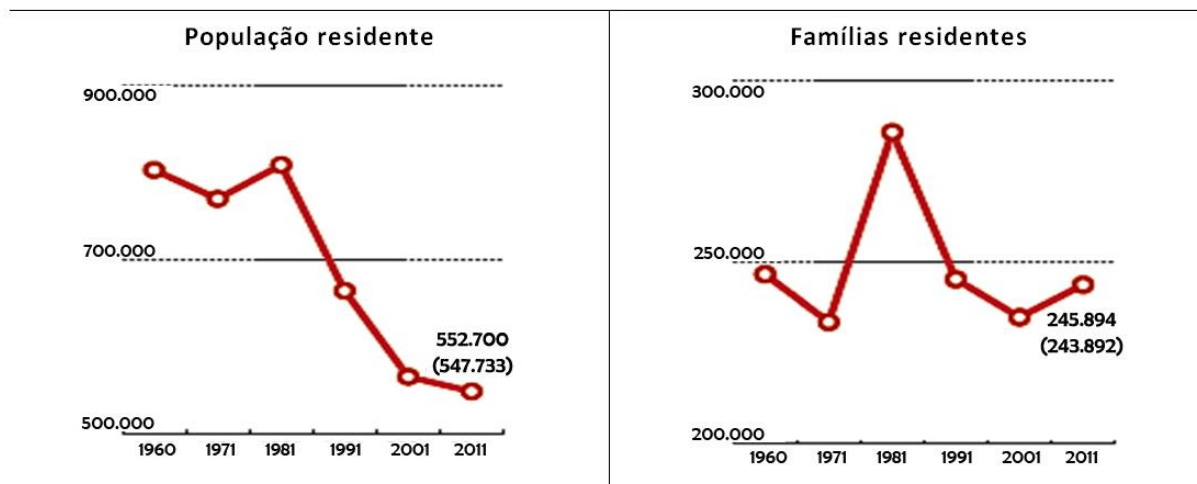
(*) alínea a) do artº 2º do Regulamento.

(**) ex: Reabilita primeiro e paga depois, Renda Convencionada, Renda Acessível (a implementar), Arrendamento Jovem, Ba-bá, ...).

Ao longo dos últimos 30 anos, Lisboa perdeu 255 237 habitantes, cerca de 1/3 da sua população

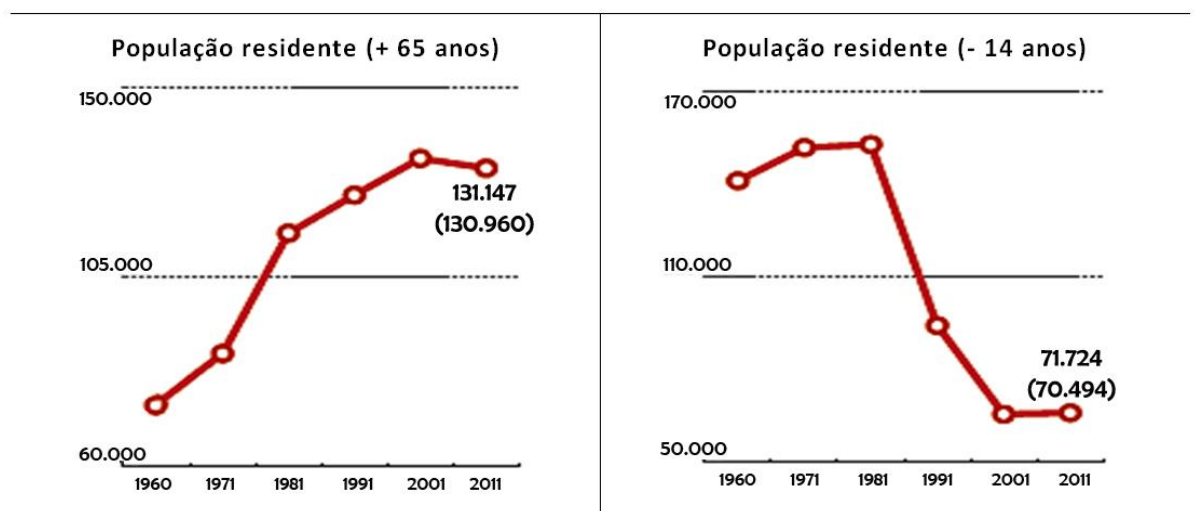
O ritmo da perda demográfica foi decrescente:

entre 1981 e 1991	-17,9%
entre 1991 e 2001	-14,9%
entre 2001 e 2011	-2,12% (-3,0%)



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

De 2001 para 2011, enquanto a população residente decresceu -2,12% (-3%) o número de famílias cresceu +4,88% (+4%) reflectindo alterações recentes da estrutura familiar



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

A ligeira perda de população em Lisboa de 2001 a 2011 -2,12% (-3%) incide essencialmente sobre

os jovens (15 a 24 anos)	-24,89% (25,31%)
e idosos (65 e mais anos)	-1,62% (1,76%)

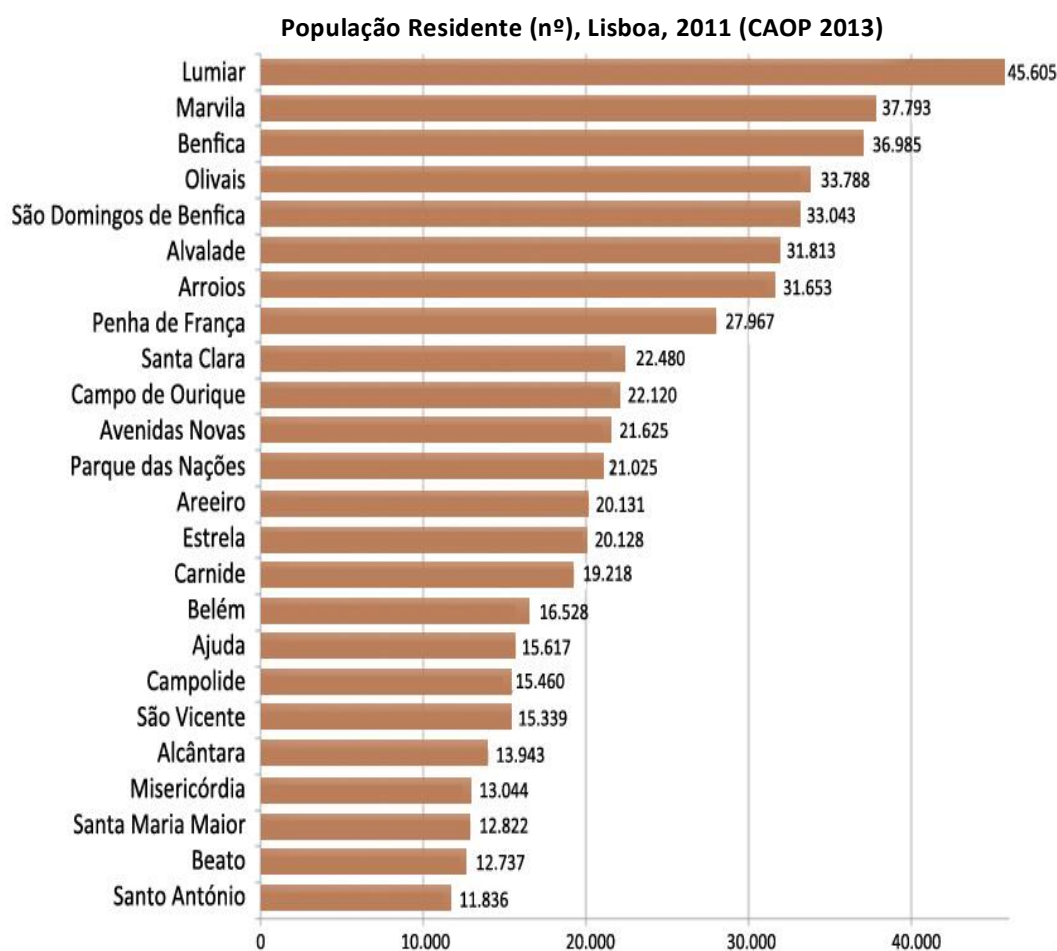
Esta perda é atenuada pela evolução em sentido contrário das crianças (0 aos 14 anos) +9,42% (7,55%)

NOTA: valores entre parêntesis correspondem aos dados censitários de 2011 segundo os limites do concelho anteriores a 2013 (NUTS 2002)

Caracterização e distribuição geográfica

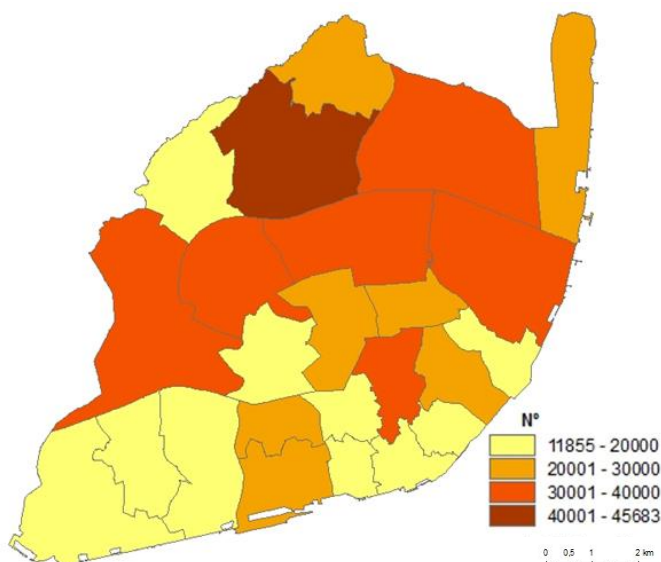
A redelimitação das freguesias, resultante da nova Reforma Administrativa em vigor após 2013, permitiu uma distribuição da população mais equilibrada.

Grande parte da população reside na coroa periférica da cidade, onde se verificaram as grandes operações urbanísticas, com a criação de novas áreas habitacionais, enquanto as freguesias do centro perderam população.



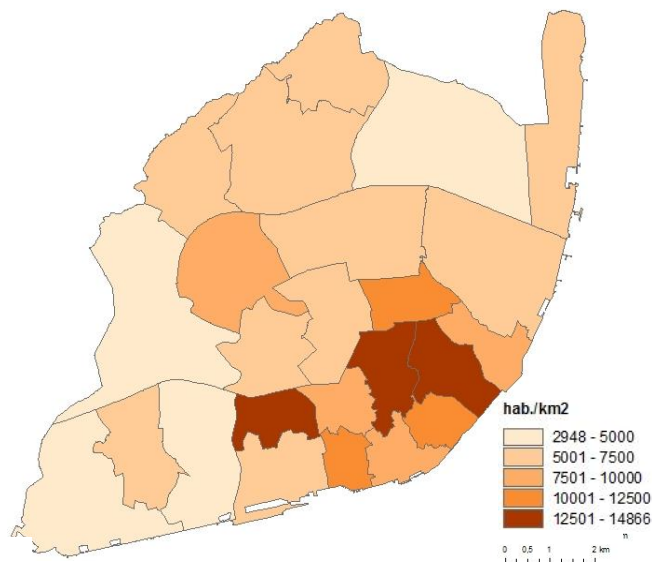
Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

**População Residente por freguesia (nº),
Lisboa, 2011 (CAOP 2013)**



Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

**Densidade Populacional por freguesia,
Lisboa, 2011 (CAOP 2013)**



Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

Contudo, mais relevantes em valores absolutos são as dinâmicas demográficas positivas provocadas pelos dois grandes projectos urbanísticos desenvolvidos na cidade de Lisboa – Parque das Nações e Alta de Lisboa, responsáveis por aumentos demográficos significativos nas freguesias de Carnide, Lumiar, Santa Clara e Parque das Nações.

Se entre 2001 e 2011, Lisboa perdeu população e viu aumentar o número de famílias:

Indivíduos -2,12% (- 3%)

Famílias 4,88% (+4%)

também quanto ao edificado houve variações entre os edifícios e os alojamentos, correspondendo a maiores volumetrias e maior número de alojamentos por edifício:

edifícios -1,29% (-1,67%)

alojamentos 11,47%(10,51%)

Quanto à relação entre homens e mulheres, Lisboa apresentava também o maior peso do género feminino, com apenas 84,6 homens por cada 100 mulheres. Nas freguesias, apenas Santa Maria Maior tinha um número de homens superior ao das mulheres, ainda que pouco significativo, o que correspondia a uma relação equilibrada, sendo Campo de Ourique a freguesia que revelava a menor relação, com apenas 77,5 homens por cada 100 mulheres.

Famílias e População Residente segundo o sexo (nº), Continente, AML, Lisboa e freguesias, 2011

	População Residente	Famílias Clássicas	Dimensão Média da família	População Residente H	População Residente M	Relação de Masculinidade ⁶
Continente	10047621	3869188	2,6	4798798	5248823	91,4
AML	2821876	1147775	2,5	1334605	1487271	89,7
Lisboa	552700	245894	2,2	253358	299342	84,6
Ajuda	15620	6997	2,2	7136	8484	84,1
Alcântara	13943	6591	2,1	6254	7689	81,3
Alvalade	31812	14403	2,2	13924	17888	77,8
Areeiro	20131	9250	2,2	8911	11220	79,4
Arroios	31634	15710	2,0	14664	16970	86,4
Avenidas Novas	21625	9899	2,2	9569	12056	79,4
Beato	12737	5889	2,2	5897	6840	86,2
Belém	16525	7135	2,3	7508	9017	83,3
Benfica	36985	16811	2,2	16566	20419	81,1
Campo de Ourique	22132	10531	2,1	9662	12470	77,5
Campolide	15460	6729	2,3	7468	7992	93,4
Carnide	19140	7614	2,5	8967	10173	88,1
Estrela	20116	9325	2,2	9097	11019	82,6
Lumiar	45683	18696	2,4	21234	24449	86,9
Marvila	37794	14062	2,7	17811	19983	89,1
Misericórdia	13041	6583	2,0	6074	6967	87,2
Olivais	33788	14396	2,3	15559	18229	85,4
Parque das Nações	21025	8366	2,5	10405	10620	98,0
Penha de França	27967	13417	2,1	12470	15497	80,5
Santa Clara	22480	8684	2,6	10620	11860	89,5
Santa Maria Maior	12765	6326	2,0	6386	6379	100,1
Santo António	11855	5784	2,0	5351	6504	82,3
São Domingos de Benfica	33043	14986	2,2	14865	18178	81,8
São Vicente	15399	7710	2,0	6960	8439	82,5

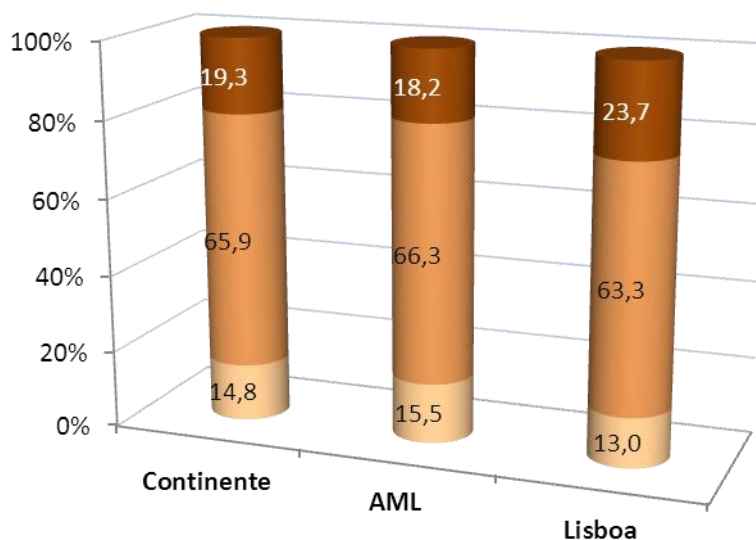
Fonte: INE, I.P., Censos 2011 - População residente por freguesia, apurada segundo a CAOP 2013

A feminização deve ser tida em conta na intervenção de natureza social nas freguesias, atendendo às especificidades do género, nomeadamente no grupo dos idosos e grande idosos, em que a solidão e o recolhimento podem levar ao afastamento da fruição do espaço público e do convívio social.

⁶ Relação de Masculinidade indica o número de homens por cada 100 mulheres.

Considerando a estrutura etária, em 2011, Lisboa era também o local de residência, comparativamente à Região e ao Continente, que apresentava o maior envelhecimento e menor número de jovens em relação à população em idade activa.

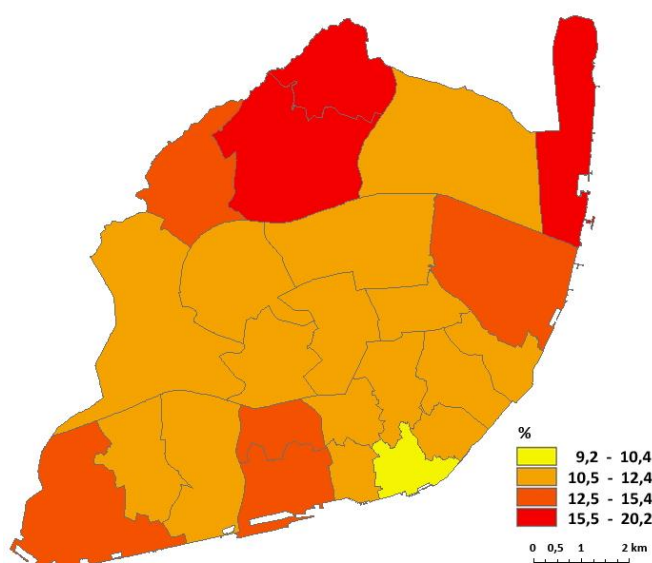
**População Residente por grandes grupos etários (%),
Continente, AML e Lisboa, 2011**



Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

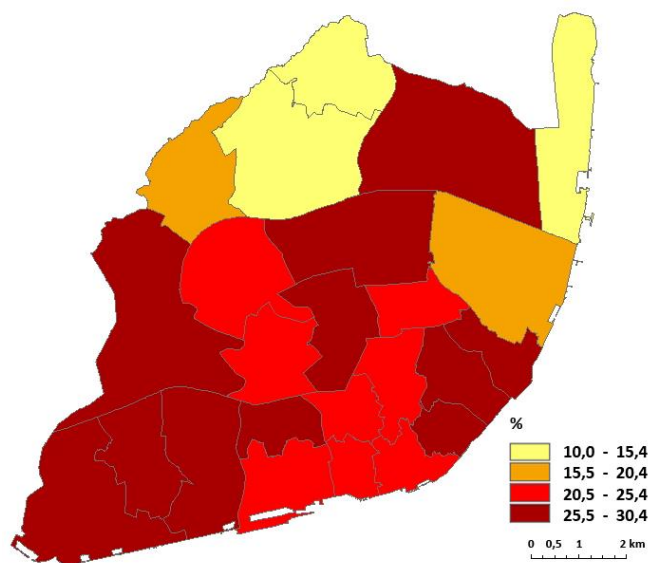
Analisando a sua distribuição pelas freguesias, constata-se que a maior relação de população jovem se situava no Parque das Nações e na Coroa Norte (Santa Clara, Lumiar e Carnide), enquanto as freguesias mais envelhecidas eram Alcântara, Alvalade, Benfica, Ajuda e Olivais, com quase 1/3 da população acima dos 65 anos (respectivamente 28,7%, 28,8%, 29%, 29,5% e 29,8%)

**Jovens (0 – 14 anos) por freguesia (%),
Lisboa, 2011 (CAOP 2013)**



Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

**Idosos (65 e mais anos) por freguesia (%),
Lisboa, 2011 (CAOP 2013)**



Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

População Residente por grandes grupos etários (nº) e Índices de Dependência e Envelhecimento, Continente, AML, Lisboa e freguesias, 2011 (CAOP 2013)

	População residente	População Residente 0-14	População Residente 15-64	População Residente 65 e +	Índice de Dependência Jovens ⁷	Índice de Dependência Idosos ⁸	Índice de Dependência total ⁹	Índice de Envelhecimento ¹⁰
Continente	10047621	1484120	6625713	1937788	22,4	29,2	51,6	130,6
AML	2821876	437881	1870153	513842	23,4	27,5	50,9	117,3
Lisboa	552700	71724	349829	131147	20,5	37,5	58,0	182,8
Ajuda	15620	1840	9170	4610	20,1	50,3	70,3	250,5
Alcântara	13943	1630	8313	4000	19,6	48,1	67,7	245,4
Alvalade	31812	3823	18839	9150	20,3	48,6	68,9	239,3
Areeiro	20131	2451	12579	5101	19,5	40,6	60,0	208,1
Arroios	31634	3374	20296	7964	16,6	39,2	55,9	236,0
Avenidas Novas	21625	2628	13484	5513	19,5	40,9	60,4	209,8
Beato	12737	1549	7833	3355	19,8	42,8	62,6	216,6
Belém	16525	2399	9734	4392	24,6	45,1	69,8	183,1
Benfica	36985	4074	22188	10723	18,4	48,3	66,7	263,2
Campo de Ourique	22132	2762	13251	6119	20,8	46,2	67,0	221,5
Campolide	15460	1808	9929	3723	18,2	37,5	55,7	205,9
Carnide	19140	2906	13004	3230	22,3	24,8	47,2	111,1
Estrela	20116	2817	12500	4799	22,5	38,4	60,9	170,4
Lumiar	45683	7311	31345	7027	23,3	22,4	45,7	96,1
Marvila	37794	5215	25538	7041	20,4	27,6	48,0	135,0
Misericórdia	13041	1372	8528	3141	16,1	36,8	52,9	228,9
Olivais	33788	4061	19675	10052	20,6	51,1	71,7	247,5
Parque das Nações	21025	4257	14662	2106	29,0	14,4	43,4	49,5
Penha de França	27967	3007	17542	7418	17,1	42,3	59,4	246,7
Santa Clara	22480	4142	15114	3224	27,4	21,3	48,7	77,8
Santa Maria Maior	12765	1174	8554	3037	13,7	35,5	49,2	258,7
Santo António	11855	1374	7544	2937	18,2	38,9	57,1	213,8
São Domingos de Benfica	33043	4101	20761	8181	19,8	39,4	59,2	199,5
São Vicente	15399	1649	9446	4304	17,5	45,6	63,0	261,0

Fonte: INE, I.P., Censos 2011 - População residente por freguesia, apurada segundo a CAOP 2013

⁷ Índice de Dependência de Jovens - número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade activa (15 a 64 anos).

⁸ Índice de Dependência de Idosos - número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade activa (15 a 64 anos).

⁹ Índice de Dependência Total - número de menores de 15 anos e de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade activa (15 a 64 anos).

¹⁰ Índice de Envelhecimento - o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos.

Grau de Instrução

A população residente em Lisboa que tinha completado o Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º Ciclos), correspondente à data à escolaridade obrigatória, representava 42% (231 952), superando a população com o Ensino Superior completo (151 121).

Em 2011, do total da população residente em Lisboa, 27% possuía o Ensino Superior completo.

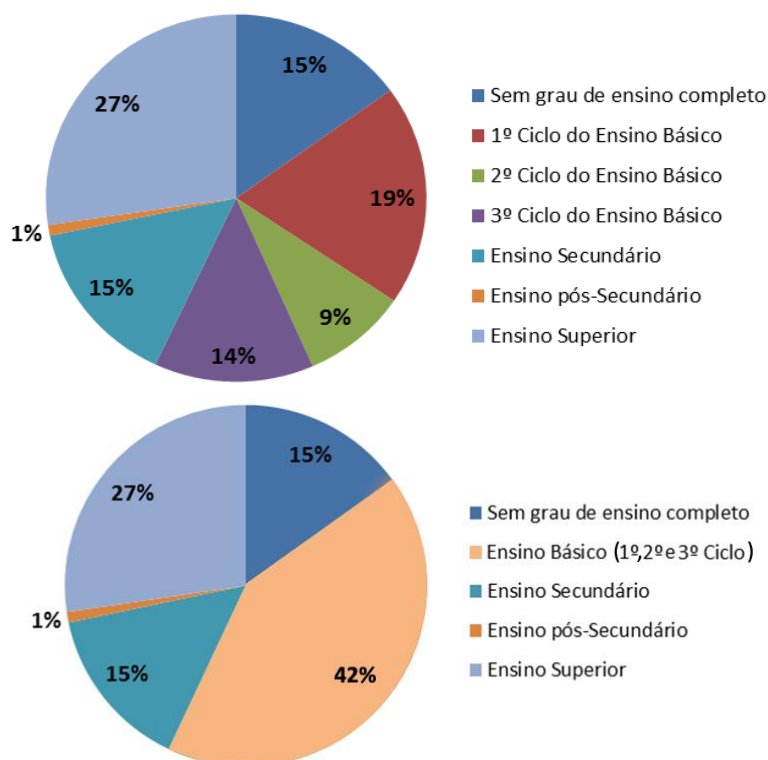
Saliente-se ainda que em 2011, residiam em Lisboa 16 196 indivíduos com mais de 10 anos que não sabiam ler nem escrever (3,2%).

População Residente por nível de escolaridade (nº), Continente, AML e Lisboa, 2011

	TOTAL Residentes	Sem grau de ensino completo		Com Grau de Ensino Completo						
		Não sabe ler e escrever	Total	Total	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino pós-Secundário	Ensino Superior
Continente	10.047.621	472.919	1.890.167	8.157.454	2.552.130	1.329.508	1.638.624	1.355.254	83.485	1.198.453
AML	2.821.876	81.807	474.077	2.347.799	587.392	318.909	486.881	459.432	28.912	466.273
Lisboa	552.700	16.196	83.010	469.690	107.362	49.527	75.063	81.413	5.204	151.121

Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

População Residente por Grau de Ensino completo (%), Lisboa, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

A taxa de analfabetismo tem vindo contudo a descer, tanto ao nível da cidade como da Região e do Continente, aproximando-se o resto do país cada vez mais da cidade de Lisboa, onde em 2011 se verificava a taxa menos elevada.

Taxa de Analfabetismo¹¹ (%), Continente, AML e Lisboa, 1991 a 2011

	1991	2001	2011
Continente	10,93	8,93	5,19
AML	6,19	5,73	3,22
Lisboa	5,68	6,01	3,19

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Quanto à diferença entre homens e mulheres, verifica-se, quer no Continente, na AML e na cidade de Lisboa, que eram as mulheres a maioria dos analfabetos, sendo mais de o dobro dos homens, chegando em Lisboa o seu número a ser superior a duas vezes e meia.

Taxa de Analfabetismo por sexo (%), Continente, AML e Lisboa, 2011

	HM	H	M
Continente	5,2	3,4	6,8
AML	3,2	1,9	4,4
Lisboa	3,2	1,7	4,4

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Por freguesia, em Lisboa, a taxa mais elevada verificava-se em Marvila (6,85%), representando mais de o dobro da média da cidade, enquanto São Domingos de Benfica apresentava a taxa mais baixa (1,32%).

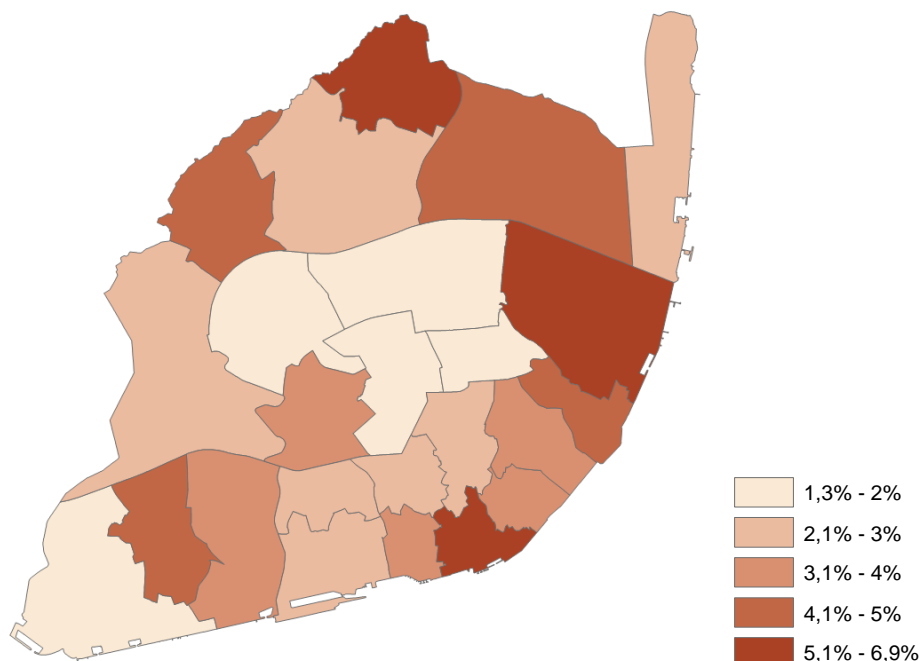
Taxa de Analfabetismo por freguesia (%), Lisboa, 2011

Freguesia	%
Marvila	6,85
Santa Clara	5,50
Santa Maria Maior	5,21
Ajudá	4,78
Olivais	4,42
Beato	4,30
Carnide	4,11
Campolide	3,79
Misericórdia	3,72
São Vicente	3,70
Penha de França	3,19
Alcântara	3,16
Arroios	2,75
Benfica	2,75
Campo de Ourique	2,54
Estrela	2,48
Parque das Nações	2,34
Santo António	2,27
Lumiar	2,05
Avenidas Novas	1,76
Alvalade	1,71
Areeiro	1,68
Belém	1,54
São Domingos de Benfica	1,32

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

¹¹ Proporção de indivíduos com 10 ou mais anos que não sabem ler e escrever, isto é, incapazes de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

Taxa de Analfabetismo por freguesia (%), Lisboa, 2011

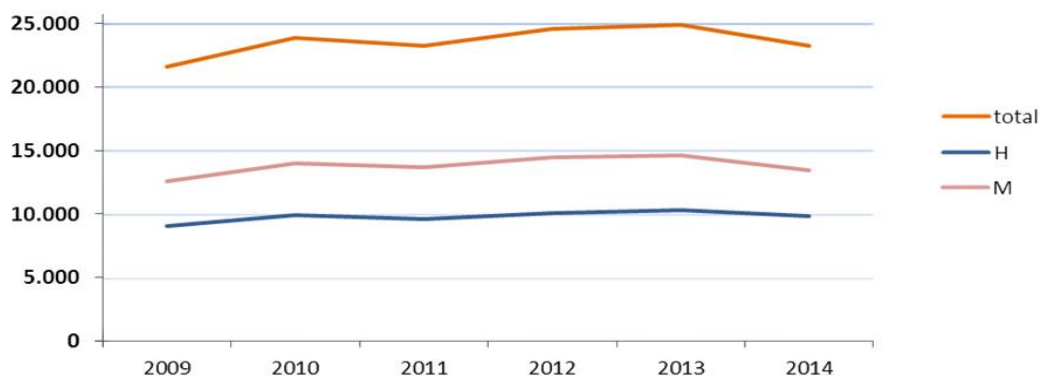


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Considerando a população que anualmente conclui o Ensino Superior, no Continente, na AML e na cidade de Lisboa, verifica-se que o número anual de licenciados mais do que duplicou em 20 anos no país. Na AML e em Lisboa o crescimento não foi tão acentuado, situando-se contudo os acréscimos em 85% (AML) e 70% (Lisboa).

Quanto à sua distribuição por sexo, é evidente o fenómeno de feminização do Ensino Superior iniciado na década de 1990, quando o número crescente de raparigas na Universidade, que se vinha a sentir desde a década de 1940, finalmente ultrapassou o dos rapazes.

Diplomados no Ensino Superior por sexo (nº), Lisboa, 2009 a 2014



Fonte: PORDATA, DGEEC/MEC

Analisando os dados da população residente na cidade de Lisboa, por grau de ensino e por freguesia, verifica-se que as freguesias onde se concentrava o maior número de indivíduos com Ensino Superior completo eram Lumiar e Alvalade, enquanto Marvila, Olivais e Santa Clara eram as freguesias com maior número de indivíduos que não sabiam ler e escrever.

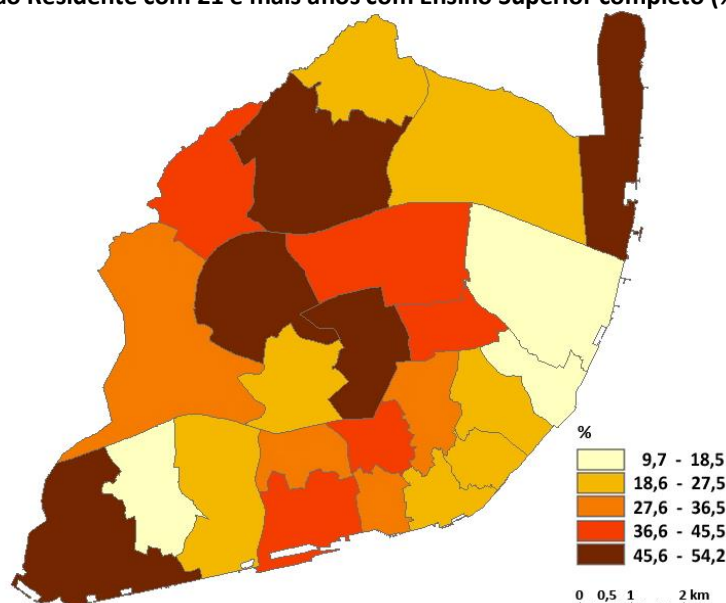
População Residente por grau de ensino e por freguesia (nº), Lisboa, 2011

	TOTAL Residentes	Não sabe ler e escrever	Sem grau de ensino completo	Com Grau de Ensino Completo						
				Total	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino pós-Secundário	Ensino Superior
Ajuda	15.620	691	2.736	12.884	4.425	1.716	2.432	2.044	128	2.139
Alcântara	13.943	407	2.066	11.877	3.111	1.284	2.103	2.077	155	3.147
Alvalade	31.812	502	3.817	27.995	4.792	2.263	4.162	5.201	253	11.324
Areiro	20.131	313	2.418	17.713	2.835	1.417	2.601	3.353	194	7.313
Arroios	31.634	814	4.281	27.353	5.786	2.694	4.504	5.448	371	8.550
Avenidas Novas	21.625	353	2.508	19.117	2.810	1.459	2.442	3.432	235	8.739
Beato	12.737	504	2.121	10.616	3.447	1.480	2.012	1.735	96	1.846
Belém	16.525	230	2.147	14.378	2.354	1.140	1.919	2.550	145	6.270
Benfica	36.985	948	4.860	32.125	7.822	3.279	5.430	5.938	348	9.308
Campo de Ourique	22.132	519	3.046	19.086	4.183	1.897	3.102	3.474	220	6.210
Campolide	15.460	541	2.287	13.173	3.522	1.701	2.289	2.243	122	3.296
Carnide	19.140	710	3.227	15.913	3.623	1.828	2.432	2.424	147	5.459
Estrela	20.116	452	2.885	17.231	3.529	1.659	2.447	2.896	221	6.479
Lumiar	45.683	846	6.638	39.045	5.218	3.173	4.649	6.417	414	19.174
Marvila	37.794	2.371	7.692	30.102	11.346	5.084	6.198	4.310	263	2.901
Misericórdia	13.041	452	1.904	11.137	2.884	1.132	1.719	1.924	169	3.309
Olivais	33.788	1.383	5.408	28.380	8.266	3.481	5.310	4.836	252	6.235
Parque das Nações	21.025	427	4.009	17.016	2.524	1.543	2.012	2.490	200	8.247
Penha de França	27.967	832	4.044	23.923	6.456	2.700	4.352	4.622	329	5.464
Santa Clara	22.480	1.086	5.178	17.302	5.073	2.753	3.242	2.584	193	3.457
Santa Maria Maior	12.765	631	2.114	10.651	3.220	1.248	1.834	1.889	155	2.305
Santo António	11.855	255	1.520	10.335	1.952	824	1.383	1.922	150	4.104
São Dom. de Benfica	33.043	403	3.747	29.296	4.252	2.305	4.152	5.343	275	12.969
São Vicente	15.399	526	2.357	13.042	3.932	1.467	2.337	2.261	169	2.876
LISBOA	552.700	16.196	83.010	469.690	107.362	49.527	75.063	81.413	5.204	151.121

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Considerando a população com 21 e mais anos, com o Ensino Superior completo, verifica-se que Lisboa apresentava a maior percentagem em relação ao Continente e à AML, sendo as freguesias de Avenidas Novas, Belém, Lumiar, Parque das Nações e São Domingos de Benfica as que apresentavam a percentagem mais elevada.

População Residente com 21 e mais anos com Ensino Superior completo (%), 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Natalidade

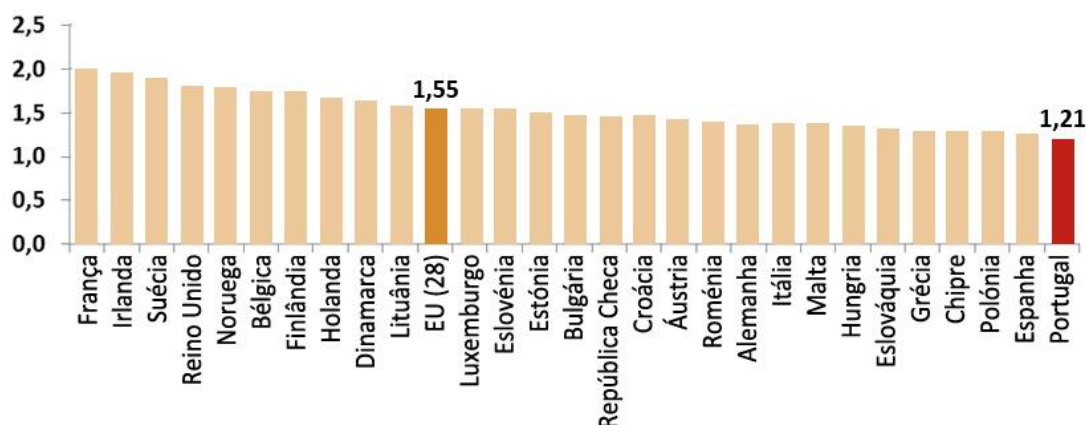
A tendência de acentuada quebra dos padrões de fecundidade em Portugal tem sido contrária à tendência da média europeia, o que tem sido amplamente divulgado em vários estudos de demógrafos, que alertaram sucessivamente para o envelhecimento demográfico, nomeadamente da população portuguesa, o que só muito recentemente tem sido objecto de preocupações políticas.

Esta quebra de natalidade em Portugal veio a agravar-se no quadro conjuntural de crise económica e social, em que as reduzidas políticas de natalidade, que tinham sido implementadas, têm vindo a ser drasticamente reduzidas ou anuladas, como é o caso, de entre outras políticas de apoio à família, do Abono de Família, de carácter universal, mas com valores meramente simbólicos, não permitindo cobrir despesas actualmente acrescidas, associadas ao facto de se ter filhos.

Diminuição do Índice de Fecundidade em Portugal

Tem ocorrido uma contínua diminuição deste índice nas últimas duas décadas, que se acentuou principalmente a partir de 2000, registando actualmente o valor mais baixo de sempre e o último do ranking de entre os países da Comunidade Europeia

Índice Sintético de Fecundidade, EU28, Portugal e países da EU28, 2013

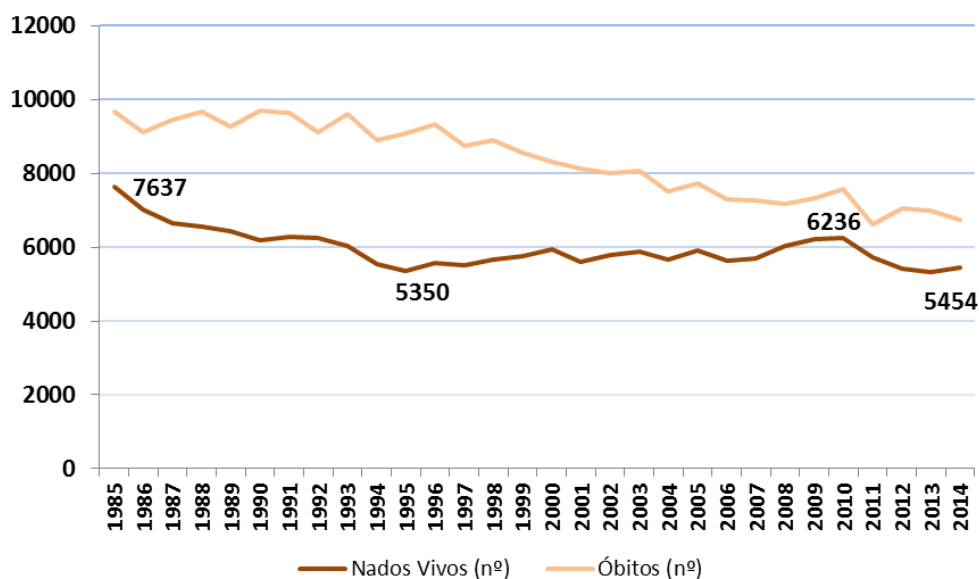


Fonte: Eurostat

Desde o princípio dos anos 1980 que o saldo fisiológico na cidade de Lisboa é negativo. A partir dos finais dos anos 1990, registou-se contudo uma recuperação do número de nascimentos que se manteve por mais de dez anos até 2010, aproximando-se o número de nascimentos de o número de óbitos, o que indicava precisamente um período de estabilização demográfica.

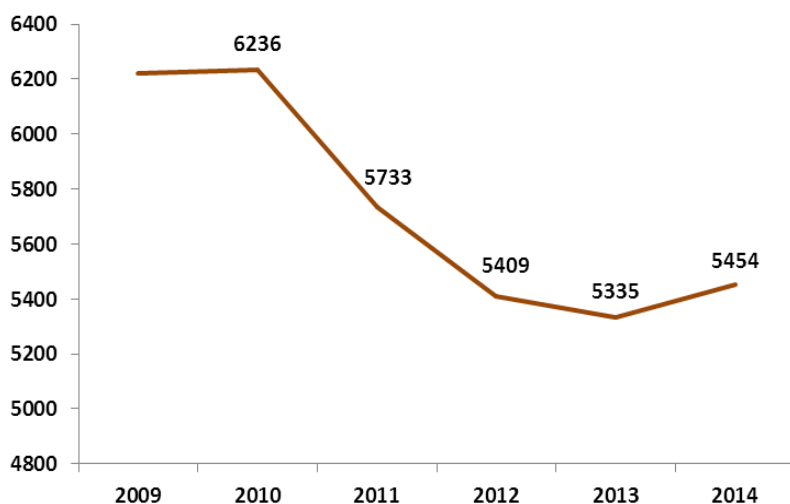
Apesar de se ter mantido sempre negativo, o saldo fisiológico apresentou uma recuperação desde meados da década de 1990, até que, recentemente a partir de 2011, voltou a ter uma quebra acentuada. Em 2014, voltou a haver uma ligeira recuperação, mas muito abaixo do pico dos nascimentos registado em 2010, pelo que o saldo fisiológico regista um défice de nascimentos superior a mil óbitos.

Evolução dos nascimentos e óbitos (nº), Lisboa, 1985 a 2014



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas

Evolução dos nascimentos (nº), Lisboa, 2009 a 2014



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas

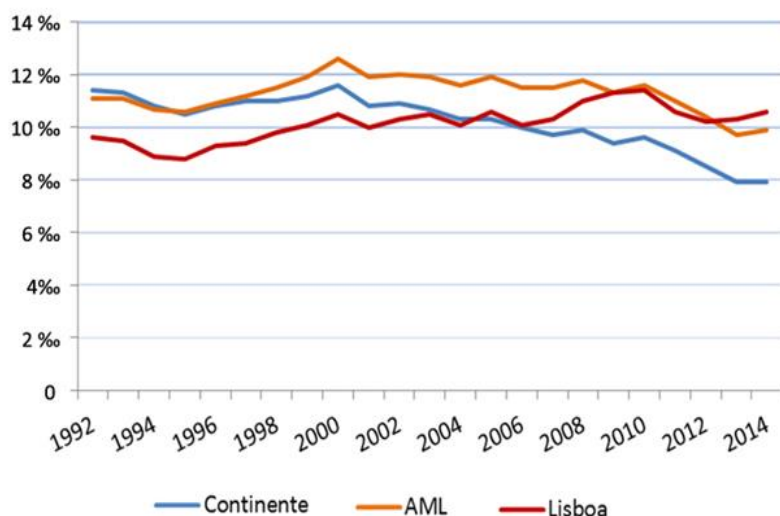
A queda dos nascimentos

No período 2009-2014 a evolução dos nascimentos revela uma diminuição acentuada. Entre 2013-2014, embora tenha ocorrido uma ligeira recuperação, este valor mantém-se muito abaixo dos valores observados em 2010.

Relativamente às taxas de natalidade e em relação ao país e à AML, Lisboa detinha valores consideravelmente baixos, registando globalmente um crescimento desta taxa desde meados dos anos 1990, ultrapassando em 2005 os valores da média do Continente e aproximando-se em 2009 dos valores da AML.

Recentemente, a partir de 2010, em resultado também da conjuntura de crise, registou-se um período de quebra das taxas de natalidade, ainda que Lisboa em 2014 tenha apresentado um valor de 10,6‰, ligeiramente acima do valor da AML (10,3‰), ao que não é alheia a redução verificada na sua população residente.

Evolução da Taxa de Natalidade (%), Portugal, AML e Lisboa, 1992 a 2014



	Continente	AML	Lisboa
1992	11,4	11,1	9,6
1995	10,5	10,6	8,8
2000	11,6	12,6	10,5
2005	10,3	11,9	10,6
2008	9,9	11,8	11,0
2009	9,4	11,3	11,3
2010	9,6	11,6	11,4
2011	9,1	11,0	10,6
2012	8,5	10,4	10,2
2013	7,9	9,7	10,3
2014	7,9	9,9	10,6

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas

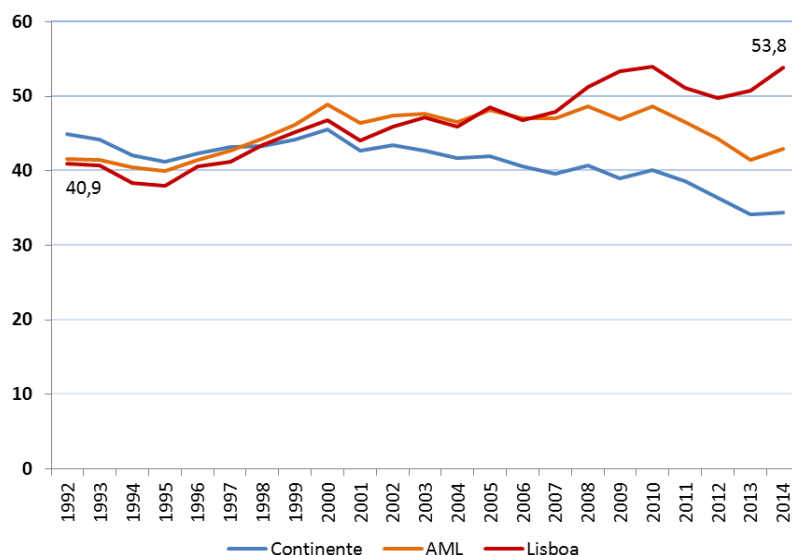
Em Lisboa, a Taxa de fecundidade geral, que há mais de vinte anos era inferior ao Continente e à Região, tem vindo a registar um aumento gradual. No princípio dos anos 2000 atingiu o mesmo valor que a Região, tendo continuado a crescer até 2010, para o que contribuiu o crescimento dos nascimentos de mãe estrangeira, afastando-se cada vez mais dos valores da Região e do Continente, que contrariamente decresceram.

Após 2010, esta taxa registou uma variação negativa até 2013, tal como o Continente e a AML, mais uma vez associada à crise económica e social, verificando-se no último ano também uma ligeira recuperação dos respectivos valores.

A recuperação da fecundidade em Lisboa em relação à AML

Em 2014, Lisboa, apresentava não só a taxa mais elevada de natalidade, como também a taxa mais elevada de fecundidade geral, o que constitui pontos fortes atendendo ao enquadramento nacional e mesmo à região onde se insere.

Taxa de Fecundidade Geral (%), Continente, AML e Lisboa, 1992 a 2014

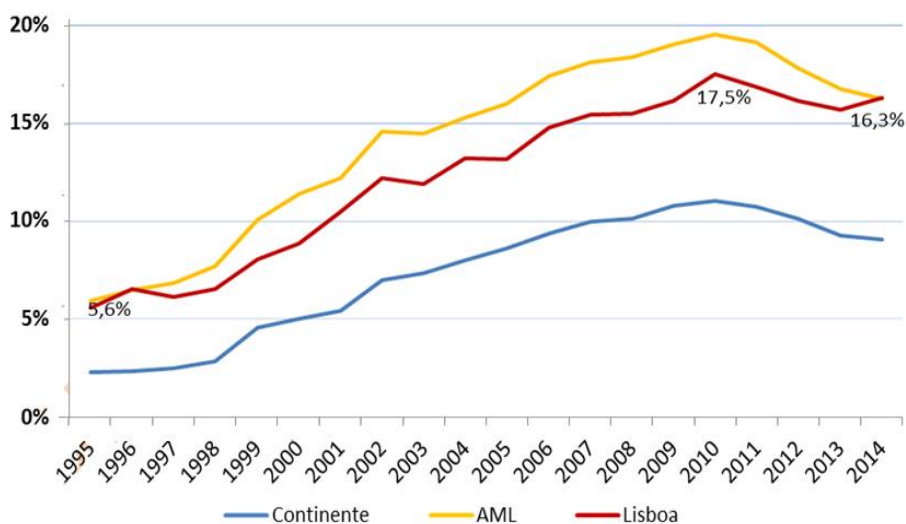


	Continente	AML	Lisboa
1992	44,9	41,6	40,9
1995	41,2	39,9	38,0
2000	45,6	48,9	46,8
2005	41,9	48,1	48,5
2008	40,7	48,6	51,2
2009	39,0	46,9	53,3
2010	40,1	48,7	54,0
2011	38,6	46,5	51,1
2012	36,4	44,3	50,0
2013	34,1	41,5	50,7
2014	34,4	42,9	53,8

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas

Contudo, em 2014, contrariando o comportamento do Continente e mesmo da AML, o peso de nascimentos de mães estrangeiras igualou deste modo o da Região, representando 16,4% do total dos nascimentos, que mais do que triplicaram nos últimos vinte anos. Este facto está relacionado com a atracção que a cidade continua a exercer, nomeadamente sobre estrangeiros, ao contrário do país e mesmo da região, o que contribui para atenuar a tendência natural de quebra de fecundidade.

Evolução dos nados vivos de mãe estrangeira (%), Continente, AML e Lisboa, 1995 a 2014



Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas

A população de nacionalidade estrangeira contribuiu para a minimização da redução da natalidade que se acentuou no período de maior austeridade económica.

Portugal, paralelamente a outros países do sul da Europa, em particular a Grécia e a Espanha, registou um aumento acentuado da idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, revelando o adiamento para cada vez mais tarde da maternidade, tendência que tem vindo a acentuar-se nesta última década nestes países do sul da Europa, onde a crise económica teve maiores reflexos.

As medidas de incentivo à natalidade, que foram objecto de avaliação no último inquérito à fecundidade em 2013, foram hierarquizadas na ordem a seguir enunciada:

- i) aumentar os rendimentos das famílias com filhos;
- ii) facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias;
- iii) alargar o acesso a serviços para ocupação dos filhos durante o tempo de trabalho dos pais.

De facto, sobressai neste inquérito o desfasamento entre a fecundidade tida ou esperada e a desejada, em que cerca de 70% dos inquiridos têm menos filhos do que os desejados.

As pessoas desejariam ter mais filhos do que os que na realidade têm ou mesmo que esperam vir a ter, sendo a fecundidade desejada inclusivamente acima de os necessários 2,1 para a substituição de gerações.

As pessoas tem menos filhos, cada vez mais tarde e menos do que os que desejariam ter.

A abordagem a esta questão tem de ser transversal, incluindo políticas de emprego, de habitação, de acesso a serviços, de conciliação trabalho-família, de igualdade de género, de rendimentos e de fiscalidade.

População Infantil e Juvenil

No contexto do Diagnóstico Social da cidade, entendeu-se adequado considerar o segmento da população dos 0 aos 24 anos, separando-o em dois grupos distintos, uma vez que as dinâmicas e as problemáticas são diferentes de acordo com os grupos etários, sendo o primeiro grupo dos 0 aos 14 anos, idade a partir da qual é permitido o ingresso no mundo do trabalho, e o segundo grupo dos 15 aos 24 anos, coincidindo com o intervalo definido como juventude pela Assembleia Geral da ONU.

Caracterização da população infantil (0 – 14) em Lisboa

Em 2011, analisada a distribuição da população dos 0 aos 14 anos pelas freguesias de Lisboa, constata-se que a freguesia mais jovem é Parque das Nações com 20% da população dos 0 aos 14 anos, seguida de Santa Clara (18%), Lumiar (16%), Carnide (15%) e Belém (15%).

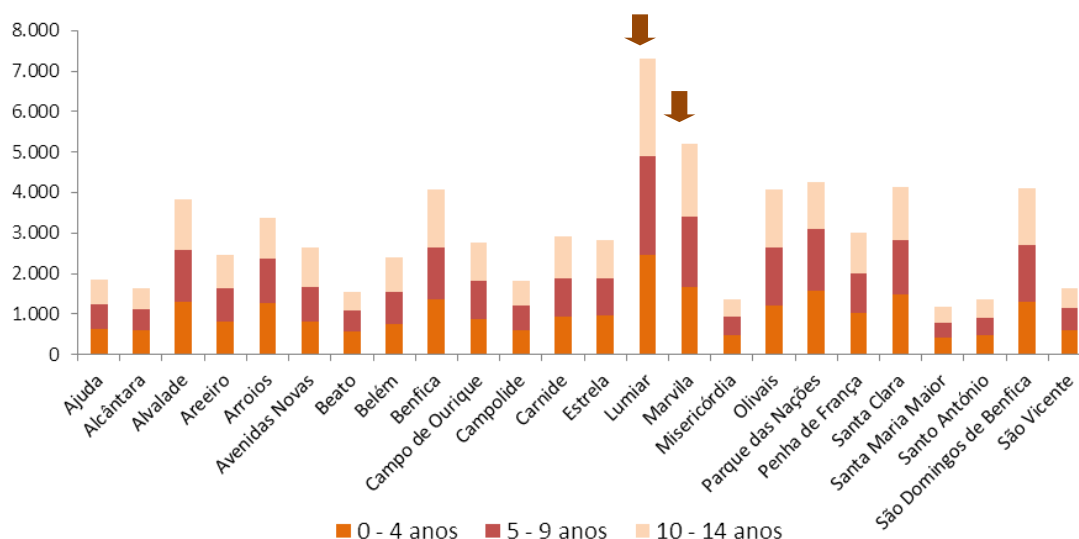
Inversamente, a percentagem de crianças dos 0 aos 14 anos era a mais baixa na freguesia de Santa Maria Maior (9%).

População Residente entre os 0 e os 14 anos por grupos quinquenais e por freguesia (nº), Lisboa, 2011

Freguesias	População Total	0-4 Anos		5-9 Anos		10-14 Anos		Total 0 - 14 anos	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Ajuda	15620	627	34%	598	33%	615	33%	1840	12%
Alcântara	13943	601	37%	509	31%	520	32%	1630	12%
Alvalade	31812	1301	34%	1268	33%	1254	33%	3823	12%
Areeiro	20131	814	33%	811	33%	826	34%	2451	12%
Arroios	31634	1284	38%	1069	32%	1021	30%	3374	11%
Avenidas Novas	21625	805	31%	863	33%	960	37%	2628	12%
Beato	12737	555	36%	517	33%	477	31%	1549	12%
Belém	16525	756	32%	803	33%	840	35%	2399	15%
Benfica	36985	1353	33%	1291	32%	1430	35%	4074	11%
Campo de Ourique	22132	867	31%	954	35%	941	34%	2762	12%
Campolide	15460	591	33%	611	34%	606	34%	1808	12%
Carnide	19140	946	33%	945	33%	1015	35%	2906	15%
Estrela	20116	964	34%	910	32%	943	33%	2817	14%
Lumiar	45683	2458	34%	2448	33%	2405	33%	7311	16%
Marvila	37794	1660	32%	1737	33%	1818	35%	5215	14%
Misericórdia	13041	487	35%	446	33%	439	32%	1372	11%
Olivais	33788	1209	30%	1418	35%	1434	35%	4061	12%
Parque das Nações	21025	1573	37%	1521	36%	1163	27%	4257	20%
Penha de França	27967	1038	35%	976	32%	993	33%	3007	11%
Santa Clara	22480	1469	35%	1362	33%	1311	32%	4142	18%
Santa Maria Maior	12765	415	35%	380	32%	379	32%	1174	9%
Santo António	11855	471	34%	436	32%	467	34%	1374	12%
São Domingos de Benfica	33043	1311	32%	1394	34%	1396	34%	4101	12%
São Vicente	15399	605	37%	543	33%	501	30%	1649	11%
Total	552700	24160	34%	23810	33%	23754	33%	71724	13%

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Em números absolutos verifica-se que as freguesias de Lisboa que se destacavam por terem o maior número de crianças dos 0 aos 14 anos eram Lumiar (7 311) e Marvila (5 215). Eram também estas as freguesias que apresentavam o maior número de crianças dos 0 aos 4 anos, respectivamente 2 458 e 1 660 crianças.



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Caracterização da população juvenil (15 – 24) em Lisboa

Em 2011, Lisboa apresentava uma proporção de jovens dos 15 aos 24 anos (9,7%) inferior ao Continente (10,7%) ou mesmo à AML (10,5%), sendo esta diferença mais acentuada entre o escalão dos 15 aos 19 anos (4,5% em Lisboa, 5,3% no Continente e 5,1% na AML), enquanto a proporção dos jovens dos 20 aos 24 anos era sensivelmente idêntica nestas três áreas geográficas¹².

As freguesias de Avenidas Novas, Campolide e Areiro apresentavam ainda valores acima da média concelhia, com respectivamente 10,4%, 10% e 9,9%.

A freguesia de São Vicente apresentava a proporção mais baixa, com apenas 7,9% de jovens dos 15 aos 24 anos.

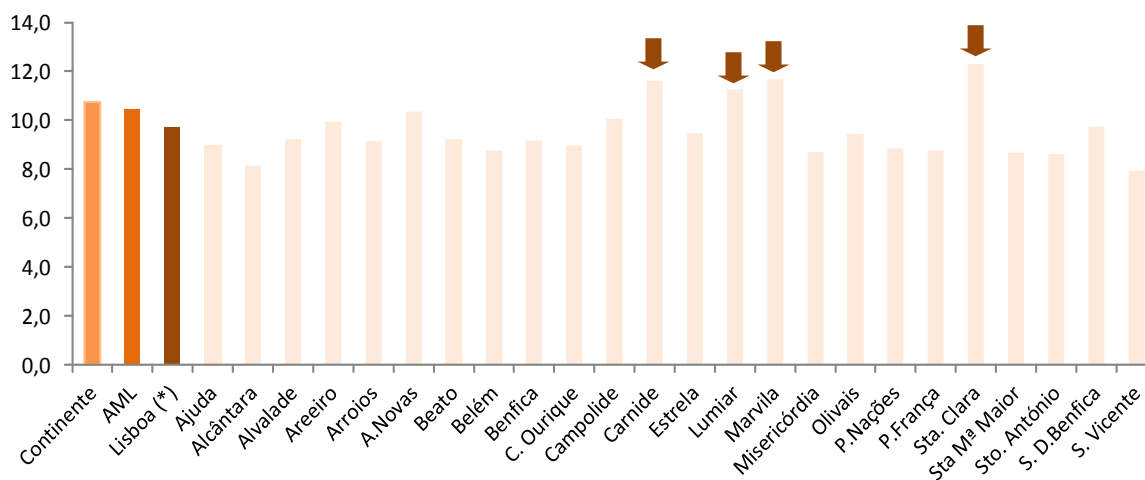
Considerando a proporção de jovens repartida pelos dois escalões dos 15 aos 19 anos e dos 20 aos 24 anos, apenas a freguesia de Parque das Nações apresentava uma maior proporção de jovens dos 15 aos 19 anos em relação ao total dos jovens dos 15 aos 24 anos (51%).

A proporção dos jovens na população de Lisboa

Em 2011, na Coroa Noroeste da cidade, destacava-se a freguesia de Santa Clara com 12,3%, seguida de Carnide e Lumiar com respectivamente 11,6% e 11,3%, além da freguesia de Marvila, a Oriente, com 11,7%.

¹² Lisboa - 5,3%, Continente - 5,4%, AML - 5,5%.

População Residente dos 15 aos 24 anos (%), Continente, AML, Lisboa e freguesias, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

População Residente dos 15 aos 24 anos (nº) (%), Continente, AML, Lisboa e freguesias, 2011

	Total	15 aos 24 anos		15 aos 19 anos		20 aos 24 anos	
		nº	%	nº	%	nº	%
Continente	10.047.621	1.079.493	10,7	531.657	5,3	547.836	5,5
AML	2.821.876	295.043	10,5	143.346	5,1	151.697	5,4
Lisboa	552.700	53.804	9,7	24.614	4,5	29.190	5,3
Ajuda	15.620	1.399	9,0	620	4,0	779	5,0
Alcântara	13.943	1.134	8,1	511	3,7	623	4,5
Alvalade	31.812	2.935	9,2	1.299	4,1	1.636	5,1
Areeiro	20.131	1.999	9,9	874	4,3	1.125	5,6
Arroios	31.634	2.894	9,1	1.164	3,7	1.730	5,5
Avenidas Novas	21.625	2.240	10,4	1.041	4,8	1.199	5,5
Beato	12.737	1.175	9,2	521	4,1	654	5,1
Belém	16.525	1.445	8,7	728	4,4	717	4,3
Benfica	36.985	3.391	9,2	1.526	4,1	1.865	5,0
Campo de Ourique	22.132	1.985	9,0	941	4,3	1.044	4,7
Campolide	15.460	1.553	10,0	714	4,6	839	5,4
Carnide	19.140	2.225	11,6	1.036	5,4	1.189	6,2
Estrela	20.116	1.902	9,5	895	4,4	1.007	5,0
Lumiar	45.683	5.146	11,3	2.442	5,3	2.704	5,9
Marvila	37.794	4.416	11,7	2.090	5,5	2.326	6,2
Misericórdia	13.041	1.136	8,7	483	3,7	653	5,0
Olivais	33.788	3.192	9,4	1.494	4,4	1.698	5,0
Parque das Nações	21.025	1.862	8,9	944	4,5	918	4,4
Penha de França	27.967	2.449	8,8	1.023	3,7	1.426	5,1
Santa Clara	22.480	2.761	12,3	1.311	5,8	1.450	6,5
Santa Maria Maior	12.765	1.106	8,7	440	3,4	666	5,2
Santo António	11.855	1.021	8,6	456	3,8	565	4,8
São Domingos de Benfica	33.043	3.215	9,7	1.534	4,6	1.681	5,1
São Vicente	15.399	1.223	7,9	527	3,4	696	4,5

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Educação

Ensino Pré-Escolar

Apesar de facultativa, a frequência do Pré-Escolar revela taxas elevadas tanto no Continente, como na AML e sobretudo em Lisboa, onde o número de crianças matriculadas é superior ao número de crianças residentes entre os 3 e os 5 anos, fenómeno que poderá ser explicado pela designada “importação”, ou seja, as crianças residentes em outros concelhos da AML, que acompanham diariamente um dos progenitores até Lisboa, concelho onde se situa o respectivo local de trabalho.

Taxa Bruta de Pré-Escolarização

O número de crianças matriculadas é superior ao número de crianças residentes entre os 3 e os 5 anos, fenómeno que poderá ser explicado pela designada “importação”, ou seja, as crianças residentes em outros concelhos da AML, que acompanham diariamente um dos progenitores até Lisboa, concelho onde se situa o respectivo local de trabalho.

Taxa Bruta de Pré-Escolarização¹³ (%), Continente, AML e Lisboa, 2004/2005 a 2013/2014

	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Continente	77,8	78,1	78,0	79,5	83,2	84,7	87,2	90,9	90,4	89,6
AML	70,5	69,9	68,4	68,9	74,6	76,1	78,8	82,9	81,4	80,1
Lisboa	127,2	122,9	115,4	113,8	116,4	118,1	119,2	118,1	111,3	104,5

Fonte: Anual, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

Em consequência da quebra da taxa de natalidade, das crescentes dificuldades económicas em contexto de crise, ou de ambas, o número de inscritos no pré-escolar tem contudo vindo a decrescer em Lisboa, ao contrário do verificado na AML.

Entretanto, segundo os Censos de 2011, o número de residentes em Lisboa com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos a frequentar o ensino pré-escolar (em Lisboa ou noutro concelho) era de 11 667, correspondendo a 81,2%.

Em Lisboa, ainda segundo os Censos 2011, ao nível das freguesias, as maiores taxas de frequência de ensino pré-escolar registavam-se nas freguesias de Avenidas Novas (89,9%) e Belém (88,8%), enquanto as freguesias de Santa Maria Maior (61,4%), Marvila (67,3%) e Santa Clara (72,6%) apresentavam os valores mais baixos.

População Residente dos 3 aos 5 anos a frequentar o Ensino Pré-Escolar (nº) (%), Continente, AML e Lisboa, 2011

	População residente 3- 5 anos	População residente dos 3 aos 5 anos a frequentar o pré-escolar	
		(nº)	(%)
Continente			73,3
AML			69,2
Lisboa	14374	11667	81,2

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

¹³ Percentagem de crianças inscritas na educação pré-escolar em relação à população residente com idade entre 3 a 5 anos.

População Residente dos 3 aos 5 anos a frequentar o Ensino Pré-Escolar (nº) (%), Lisboa e freguesias, 2011

	População Residente 3- 5 anos	População Residente dos 3 aos 5 anos a frequentar o Pré-Escolar	
		(nº)	(%)
Lisboa	14374	11667	81,2
Avenidas Novas	493	443	89,9
Belém	483	429	88,8
Alvalade	777	685	88,2
Lumiar	1510	1325	87,7
Parque das Nações	950	833	87,7
São Domingos de Benfica	822	717	87,2
Campo de Ourique	550	478	86,9
Santo António	285	247	86,7
Areeiro	468	394	84,2
Estrela	566	472	83,4
Campolide	367	298	81,2
Misericórdia	289	234	81,0
Alcântara	316	255	80,7
Olivais	767	613	79,9
Carnide	575	454	79,0
Benfica	819	645	78,8
Penha de França	573	449	78,4
Arroios	689	535	77,6
Beato	334	245	73,4
São Vicente	336	246	73,2
Ajuda	366	267	73,0
Santa Clara	808	587	72,6
Marvila	1016	684	67,3
Santa Maria Maior	215	132	61,4

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Ensino Básico e Secundário

Em Lisboa, a evolução dos alunos inscritos acompanha a tendência nacional de redução, em resultado do decréscimo da taxa de natalidade e dos movimentos populacionais registados na última década.

**Alunos matriculados por Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (nº),
Continente, AML e Lisboa,-2009/2010 e 2014/15**

	Ensino Básico								Ensino Secundário	
	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Total		2009/2010	2014/2015
	2009/2010	2014/2015	2009/2010	2014/2015	2009/2010	2014/2015	2009/2010	2014/2015		
Continente	459.823	399.439	255.347	234.625	500.210	361.230	1.215.380	995.294	477.802	364.417
AML	134.901	124.272	70.691	70.505	122.316	104.617	327.908	299.394	129.843	104.788
Lisboa	28.608	↓ 26.534	14.990	↓ 14.933	28.591	↓ 22.038	72189	↓ 63505	38.674	↓ 31.925

NOTA: ↓ quebra de série

Fonte: DGEEC/MEC - Recenseamento Escolar

À semelhança do verificado no pré-escolar, em Lisboa o número de alunos matriculados em qualquer dos níveis do Ensino Básico ou do Secundário é superior à população residente em idade própria, revelando entre outros factores, como a retenção sobretudo a partir do 3º Ciclo, o fenómeno da “importação” (crianças e jovens residentes noutros concelhos da AML que se deslocam diariamente até Lisboa, nomeadamente, acompanhando um dos progenitores até ao respectivo local de trabalho).

Ensino Superior

Lisboa constitui o maior polo universitário do país, acolhendo 59 estabelecimentos dos subsistemas Público e Privado, que integram o Ensino Superior Universitário e Politécnico, assim como o Ensino Superior Público Militar e Policial.

Estabelecimentos de Ensino Superior por Sub-Sistema (nº), Lisboa, 2016

Ensino Público	Estabelecimentos	Subtotais	Total por Sub-Sistema
Universitário			
Universidade de Lisboa	17		
Universidade Nova de Lisboa	5	23	
Instituto Universitário de Lisboa	1		34
Politécnico			
Instituto Politécnico de Lisboa	7		
Escola Superior de Enfermagem	1	8	
Militar e Policial	3	3	
Ensino Privado			
Universitário	8		
Politécnico	17		25

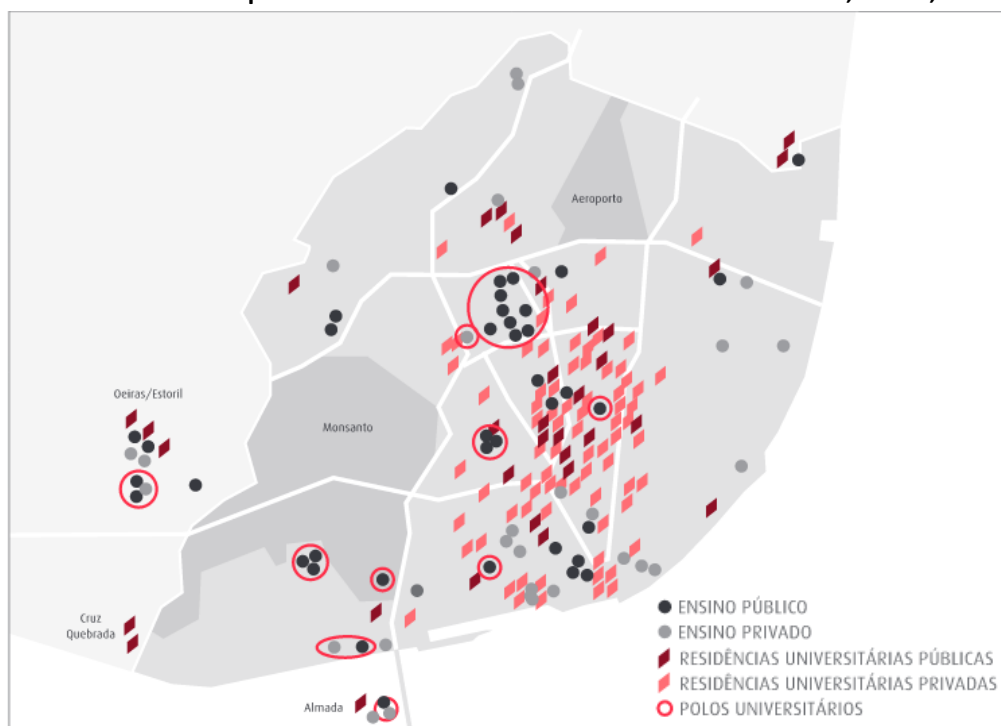
Fonte: MEC/DGES

A estes 59 estabelecimentos, acrescem 4 outros estabelecimentos e polos universitários na AML (Almada, Oeiras, Sintra e Cascais), dirigindo-se esta oferta não apenas aos respectivos residentes, mas também a todo o país, bem como a estudantes estrangeiros ao abrigo de protocolos e programas de mobilidade.

No ano lectivo de 2014/2015, estavam inscritos no ensino superior em Lisboa 111 637 alunos, representando cerca de 31% do total de alunos inscritos no Continente.

No mesmo ano lectivo, o número de estudantes matriculados em Lisboa era quase 4 vezes superior ao dos estudantes universitários residentes na cidade, facto que exige equacionar a oferta de alojamento para a população estudantil que se encontra deslocada do seu local habitual de residência, bem como assegurar outro tipo de apoios, designadamente refeitórios.

Estabelecimentos de Ensino Superior e Residências Universitárias Públicas e Privadas, Lisboa, 2013



Fonte: Worx, Real Estate Consultants, 2013

Abandono escolar

A razão entre a população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, e a população residente com as mesmas idades, é designada por Taxa de Abandono Escolar.

Este é o indicador tradicional utilizado para aferir o grau de concretização da escolaridade obrigatória de 9 anos, até aos 15 anos de idade, que gradualmente está a ser abandonado, a partir do momento que a escolaridade obrigatória passa dos 15 para os 18 anos.

Considerando no entanto que, a aplicação progressiva do alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos apenas passou a abranger a totalidade dos alunos a partir do ano lectivo de 2014/2015, continua a ser pertinente a análise deste indicador nas últimas décadas.

Diminuição da Taxa de Abandono Escolar

A Taxa de Abandono Escolar nos últimos 20 anos, entre 1991 e 2011, apresenta uma acentuada redução, principalmente na primeira década.

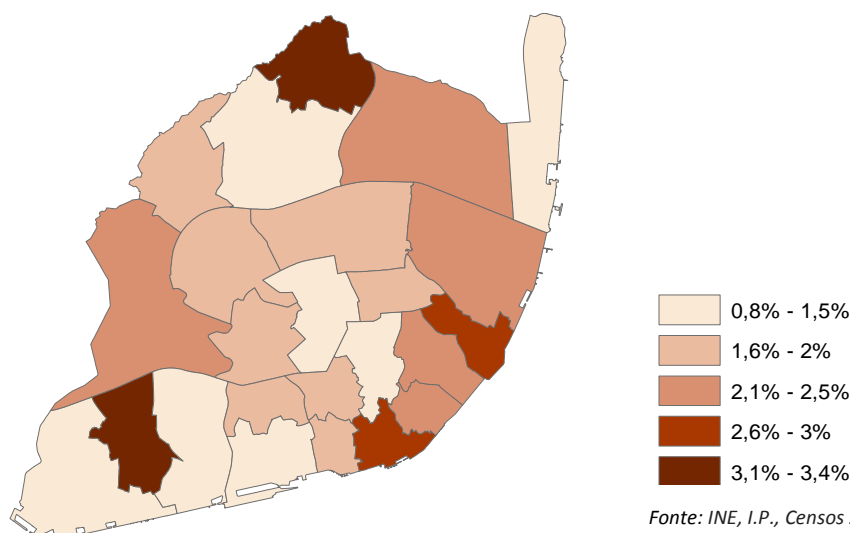
A redução do abandono escolar resultou do alargamento da escolaridade obrigatória e do sucesso das medidas que fomentam a manutenção dos jovens no sistema de ensino.

Taxa de Abandono Escolar (%), Continente, AML e Lisboa, 1991-2001-2011

	Taxa de Abandono Escolar (%)		
	1991	2001	2011
Continente	12,51	2,71	1,65
AML	5,17	1,89	1,82
Lisboa	6,23	2,22	1,80

Fonte: DGEEC/MEC

Taxa de Abandono Escolar por freguesia (%), Lisboa, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Abandono Precoce

O Abandono Precoce, Abandono Escolar Precoce ou Abandono Precoce de Educação e Formação, designações por que é também identificado conforme as fontes, é um indicador que tem como referência a conclusão do nível de escolaridade, usado actualmente para avaliar do sucesso escolar e do grau de concretização da escolaridade de 12 anos.

No ano de 2015, a taxa na AML (10,7%) situava-se abaixo da taxa no país (13,7%) e mesmo abaixo do Continente (12,9%).

Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação (%), Continente e AML, 2011 a 2015

	Continente			AML		
	HM	H	M	HM	H	M
2011	22,0	27,0	17,0	22,8	25,6	20,0
2012	19,8	26,1	13,4	19,9	26,2	13,6
2013	18,1	22,4	13,8	18,2	21,8	14,7
2014	16,7	19,9	13,5	14,4	14,3	14,4
2015	12,9	15,4	10,4	10,7	10,3	11,1

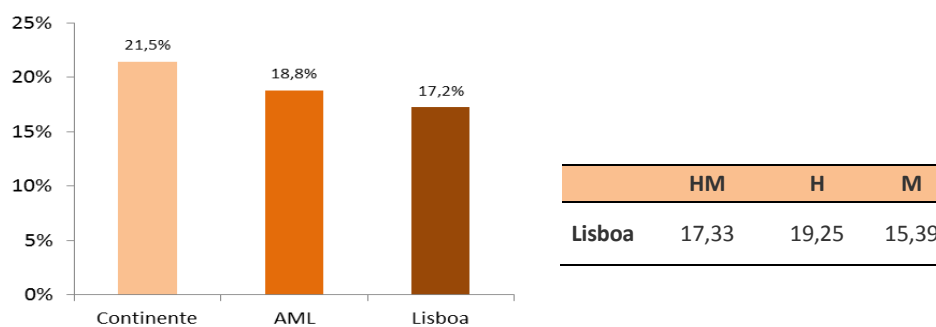
Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego

São diversas as consequências do abandono escolar precoce: “para o indivíduo, traduz-se em precariedade de emprego e baixo salário; para a sociedade, em fraco desenvolvimento e baixa produtividade; para as empresas, em falta de mão-de-obra especializada e, por isso, pouca competitividade em relação aos mercados.”¹⁴

¹⁴ “Factores do abandono escolar precoce e motivações para o regresso em educação de adultos” Maria do Rosário Diniz Albernaz Neves, Vila Nova de Gaia, 2012.

Para avaliar a realidade concelhia, torna-se necessário recorrer aos dados censitários, uma vez que as estimativas anuais não existem a esta escala.

População Residente entre 18 e 24 anos de idade com o 3º Ciclo do Ensino Básico completo que não está a frequentar o Sistema de Ensino (%), Continente, AML e Lisboa, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

A taxa de crianças/jovens, a frequentar o sistema de ensino, era no concelho de Lisboa, em 2011, de 93,9%.

Por freguesias, a maior taxa de frequência foi registada em Belém, com 97,2%, e a menor taxa em Santa Clara com 89,1%, valor muito abaixo do registado na cidade.

População Residente entre os 6 e os 19 anos, a frequentar o Sistema de Ensino (nº) (%), Lisboa e freguesias, 2011

	6-5 anos	6-19 anos	entre 6-15 anos		entre 6-19 anos	
			a frequentar o Sistema de Ensino		a frequentar o Sistema de Ensino	
			nº	%	nº	%
Lisboa	47179	67245	46440	98,4	63144	93,9
Belém	1625	2207	1611	99,1	2145	97,2
Lumiar	4763	6735	4713	99,0	6506	96,6
Santo António	884	1261	874	98,9	1217	96,5
São Domingos de Benfica	2772	4036	2741	98,9	3894	96,5
Parque das Nações	2575	3310	2543	98,8	3188	96,3
Avenidas Novas	1816	2677	1796	98,9	2578	96,3
Estrela	1843	2561	1824	99,0	2466	96,3
Alvalade	2508	3563	2474	98,6	3429	96,2
Areiro	1652	2367	1627	98,5	2261	95,5
Campo de Ourique	1880	2629	1855	98,7	2506	95,3
Alcântara	1023	1445	1011	98,8	1358	94,0
Carnide	1968	2846	1939	98,5	2658	93,4
Olivais	2845	4062	2789	98,0	3791	93,3
Penha de França	1971	2790	1937	98,3	2599	93,2
Arroios	2102	3053	2071	98,5	2840	93,0
Benfica	2723	3964	2680	98,4	3677	92,8
Misericórdia	879	1280	860	97,8	1185	92,6
São Vicente	1036	1465	1019	98,4	1355	92,5
Beato	968	1393	949	98,0	1279	91,8
Campolide	1209	1790	1192	98,6	1631	91,1
Marvila	3544	5274	3471	97,9	4754	90,1
Santa Maria Maior	753	1122	730	96,9	1001	89,2
Ajuda	1222	1712	1188	97,2	1526	89,1
Santa Clara	2618	3703	2546	97,2	3300	89,1

Fonte: INE, I.P., Censos 2011

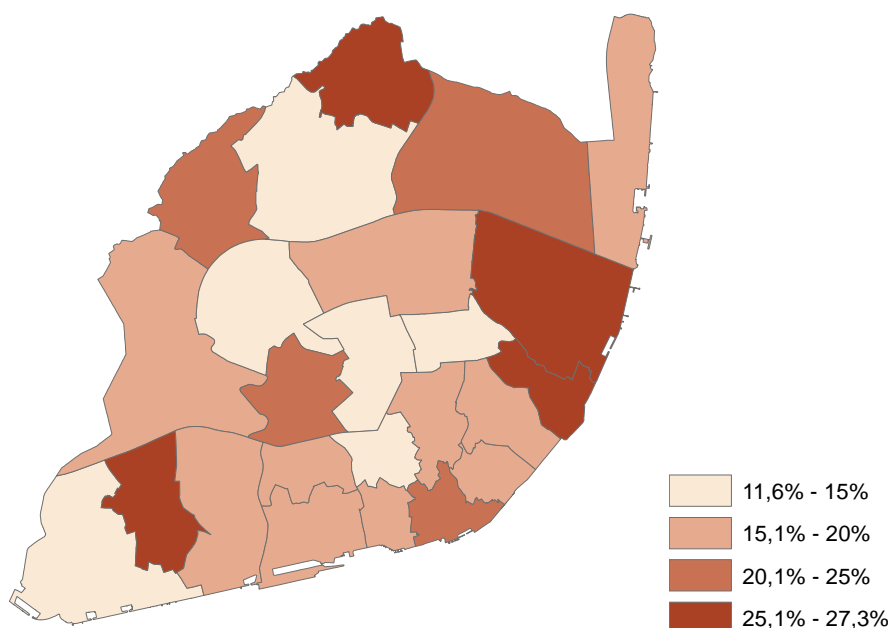
Jovens Nem-Nem¹⁵

Em Portugal, os jovens que nem estudam nem trabalham são conhecidos como os “nem-nem” e têm maioritariamente idades entre os 15 e os 29 anos. Este problema não é exclusivamente português, Portugal em 2012 era o 10º país do mundo com uma maior percentagem de jovens inactivos, até aos 29 anos de idade. Nalguns casos interrompem o ciclo e fazem alguns trabalhos precários, voltando depois à mesma situação.

Em 2011, segundo os Censos, em Lisboa, a percentagem da população entre os 20 e os 30 anos, que nem trabalhava, nem estudava, era de 18,21% da população do mesmo grupo etário.

As freguesias com a percentagem mais elevada eram, por sua vez, Santa Clara a Norte, com quase um terço dos jovens inactivos (27,26%), Marvila e Beato na zona Oriental e Ajuda a Ocidente, com mais de um quarto dos jovens sem ocupação, respectivamente 26,73%, 25,89% e 25,09%.

População Residente entre os 20 e os 30 anos que nem trabalha nem estuda por freguesia (%), Lisboa, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Em 2004, em Lisboa, 12% dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego tinham menos de 25 anos. Em 2014, essa proporção tinha descido para 9%, ao que pode não ser alheia a emigração jovem entretanto verificada, incluindo jovens qualificados.

De salientar que em 2014, o grupo etário dos 18 aos 24 anos era o que mais auferia RSI, chegando aos 9,4% da população deste escalão (Censos 2011).

Entre 2012 e 2015, Portugal registou uma taxa de desemprego jovem de 34,8%, valor duas vezes superior à média da União Europeia (16,6%)¹⁶.

¹⁵ *Nem Estudam Nem Trabalham (NEET-Young people not in employment, education or training).*

¹⁶ *Relatório da Organização Internacional do Trabalho “Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2015 (GLOBAL EMPLOYMENT TRENDS FOR YOUTH 2015 - Scaling up investments in decent jobs for youth, Employment Policy Department International Labour Office, Geneva, 2015).*

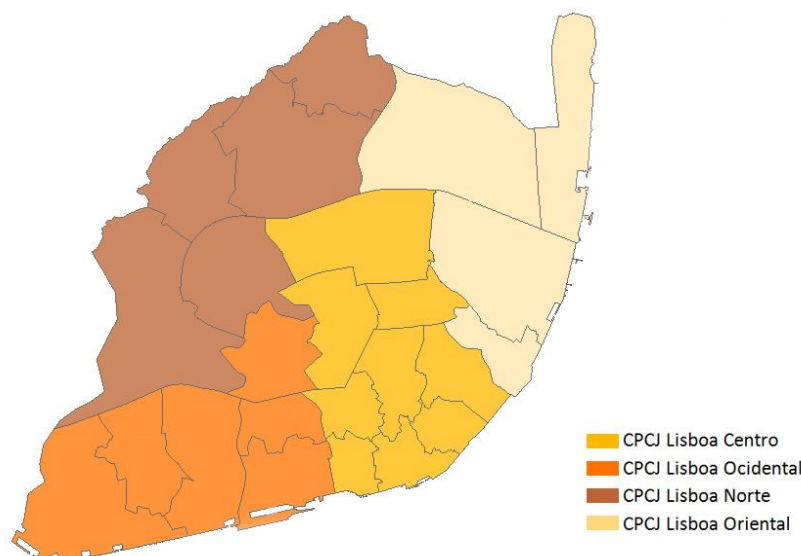
O facto de Portugal ter estado sujeito a programas de austeridade teve consequências no mercado de trabalho, nomeadamente entre os jovens, traduzindo-se num aumento de trabalho temporário ou em tempo parcial, com risco acrescido de pobreza e/ou exclusão social.

Crianças e Jovens em Risco

Para além da informação das próprias Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), Lisboa dispõe de um estudo recente¹⁷ sobre o seu desempenho, no sentido da identificação das boas práticas e integração da intervenção do Município nas suas actividades.

No âmbito deste estudo, encontra-se caracterizada a população em cada CPCJ e identificadas as suas vulnerabilidades, assim como traçado o perfil sócio-demográfico das crianças e dos jovens em risco e as principais problemáticas. O desempenho das Comissões Alargadas e das Comissões Restritas das CPCJ foram também alvo de análise, quer ao nível dos recursos humanos, quer ao nível processual e de medidas aplicadas.

Em Lisboa existem 4 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ):



Fonte: Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR)

Na CPCJ Lisboa Oriental, em 2015, a proporção de crianças e jovens sinalizados era de 4,4%, sendo esta área a que apresentava os mais elevados indicadores de vulnerabilidade social: 86,18% de beneficiários do RSI e 51,47% de beneficiários de prestações de desemprego.

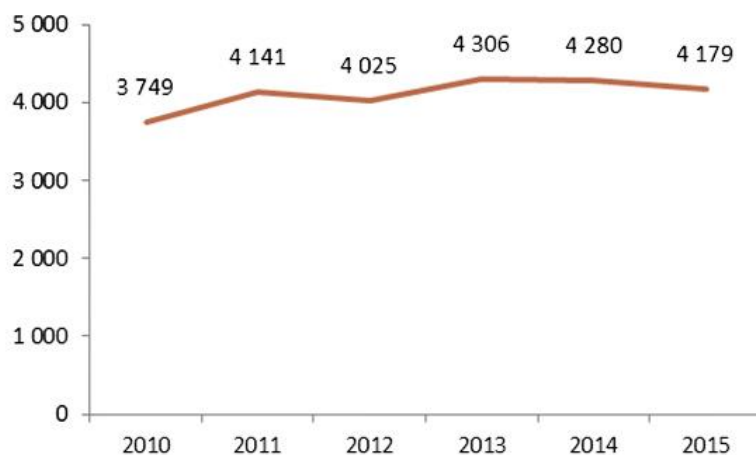
A CPCJ Lisboa Ocidental, com 3,9% de crianças e jovens sinalizados, era a que apresentava os indicadores de vulnerabilidade mais baixos com 34,83% de beneficiários do RSI e 37,49% de beneficiários de prestações de desemprego.

Considerando o número total de processos das 4 CPCJ da cidade nos últimos cinco anos, verifica-se um aumento, passando de 3 749 em 2010 para 4 141 em 2011, mantendo-se sempre acima dos 4 000 processos nos anos seguintes. Em 2015 o número total de processos foi de 4 179.

¹⁷ PEDROSO, Paulo (Coordenador), CASALEIRO, Paula (Co-Coordenadora), SANTOS, Andreia, BRANCO, Patrícia "As Crianças em Perigo no Concelho de Lisboa – Mapa(s) Sociológico(s) do Desempenho das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens do Município de Lisboa, Dezembro de 2015 - Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra para a Câmara Municipal de Lisboa.

A CPCJ Lisboa Norte registou entre 2010 e 2015 o maior número total de processos: 7 926, enquanto no mesmo período a CPCJ Lisboa Centro registou 6 852 processos, a CPCJ Lisboa Oriental 5 668 e a CPCJ Lisboa Ocidental 4 234.

Total de Processos Instaurados, Transitados e Reabertos nas 4 CPCJ (nº), Lisboa, 2010 a 2015



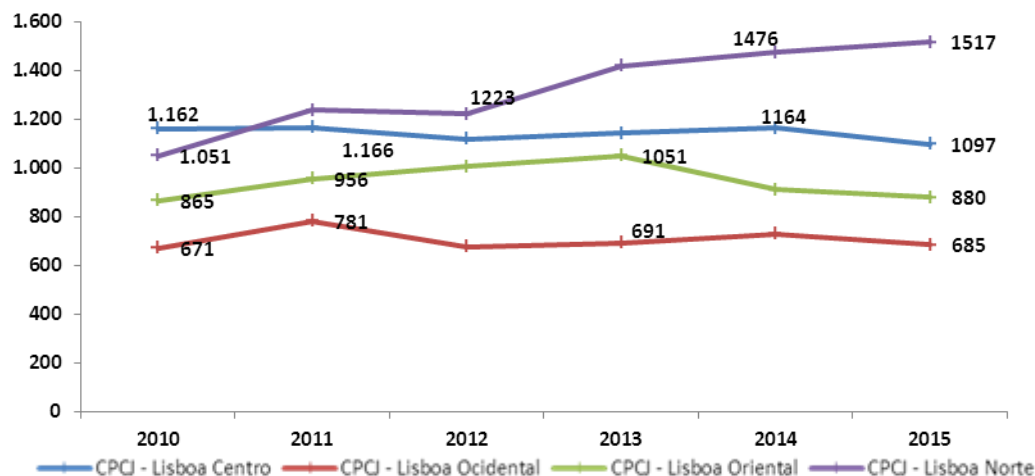
Em 2015, na cidade, 4,3% de crianças e Jovens encontravam-se sinalizados.

A CPCJ Lisboa Norte era a área com maior número de indivíduos dos 0 aos 19 anos (30 383), em que se verificava também a maior proporção de crianças e jovens sinalizados (5%).

Fonte: Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens

Quanto ao ritmo com que os aumentos se verificaram, a CPCJ Lisboa Norte foi a que registou, todos os anos, um aumento do número total de processos, enquanto a CPCJ Lisboa Ocidental registou sempre valores sensivelmente idênticos (671 em 2010 e 685 em 2015). A CPCJ Lisboa Centro manteve também valores sempre próximos (1 100 processos em 2010 e 1 097 em 2015).

Total de Processos Instaurados, Transitados e Reabertos nas 4 CPCJ (nº), Lisboa, 2010 a 2015

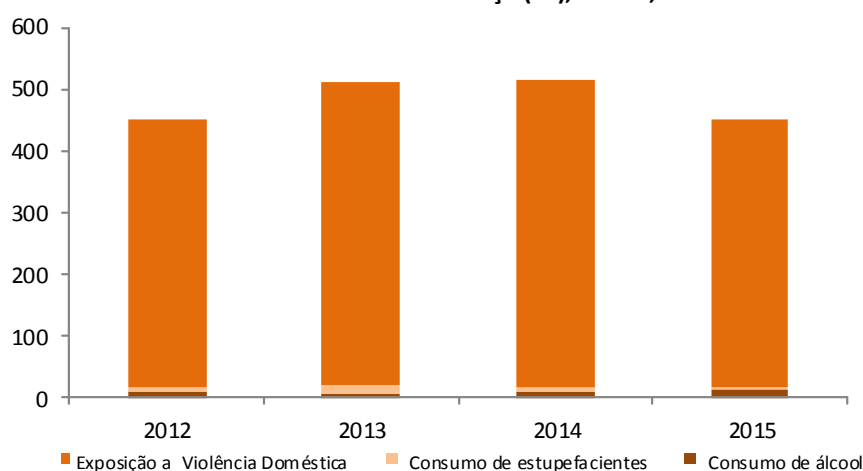


Fonte: Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens

Entre 2012 e 2015, os 3 tipos de Situações de Perigo com maior número de sinalizações foram, por ordem decrescente: (1) “Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança”, (2) “Negligência” e (3) “A Criança/jovem assume comportamentos que afectam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada”.

No primeiro caso, o tipo de situação que registou o maior número de ocorrências foi a “Exposição a Violência Doméstica”¹⁸, havendo a salientar um decréscimo em 2015, comparativamente aos dois anos anteriores. Os dois outros tipos de exposição, ao “Consumo de Estupefacientes” e ao “Consumo de Álcool”, apresentaram sempre uma expressão residual comparativamente à “Violência Doméstica”.

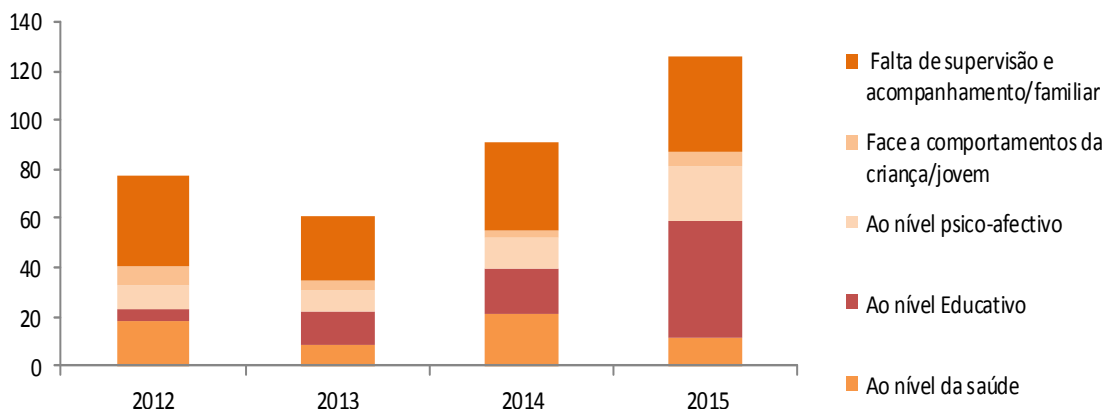
Ocorrências por tipos de Exposição a Comportamentos que Possam Comprometer o Bem-Estar e Desenvolvimento da Criança (nº), Lisboa, 2012 a 2015



Fonte: Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens

No segundo caso (“Negligência”), a “Falta de supervisão e acompanhamento familiar” foi a mais registada entre 2012 e 2015, tendo mantido, ao longo desse tempo, sensivelmente o mesmo número de sinalizações, embora se tenha registado um progressivo aumento do número de ocorrências quanto à “Negligência ao nível educativo”, especialmente significativo entre 2014 e 2015.

Ocorrências por tipos de Negligência (nº), Lisboa, 2012 a 2015



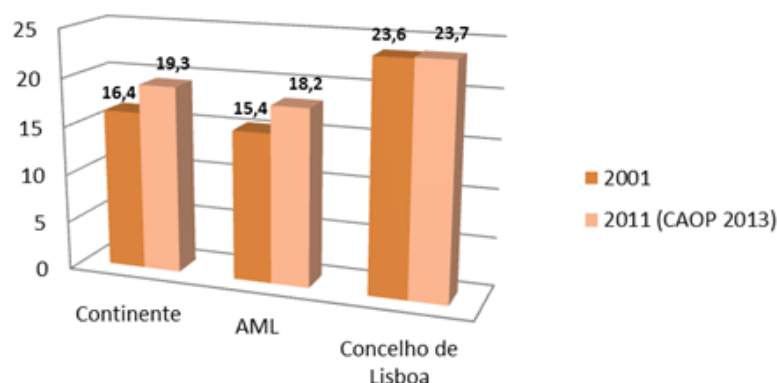
Fonte: Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens

População Idosa e Envelhecimento

Lisboa mais envelhecida do que a AML e o Continente

Em 2011, a população com 65 e mais anos a residir na cidade de Lisboa era de 131 147 habitantes, correspondendo a cerca de 23,7% do total de indivíduos residentes. Comparativamente com o Continente e a AML, Lisboa apresentava uma percentagem de idosos superior.

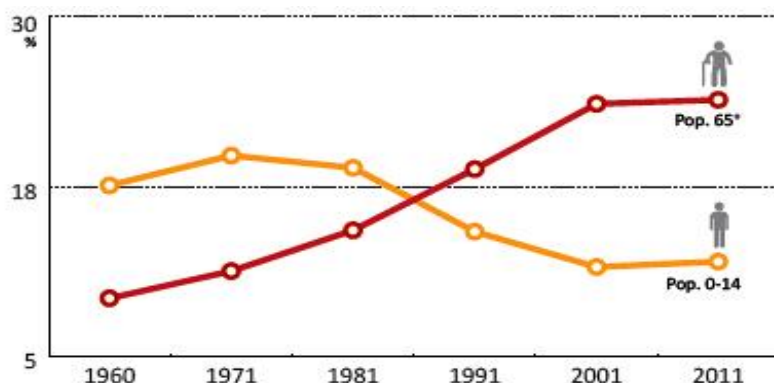
Indivíduos com 65 e mais anos (%), Continente, AML e Lisboa, 2001 e 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2001, 2011

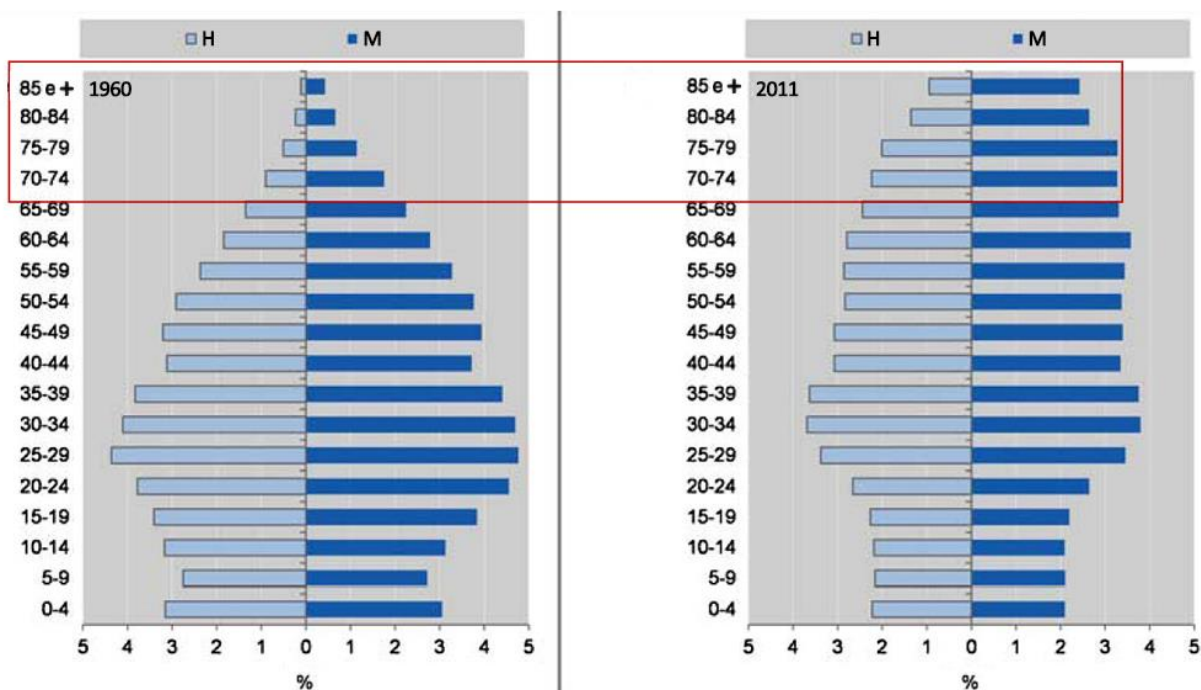
A evolução do envelhecimento na cidade de Lisboa revela um aumento contínuo da população com 65 e mais anos desde 1960, com um aumento acentuado entre 1981 e 2001, e uma ligeira diminuição entre 2001 e 2011.

População idosa e crianças (%), Lisboa, 1960 a 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 1960 a 2011

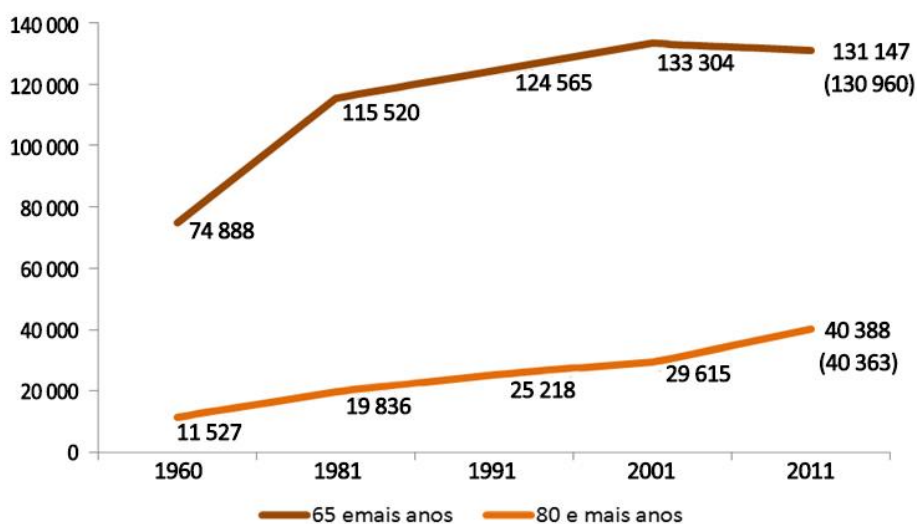
A partir dos anos 80 do século XX, a estrutura etária da cidade de Lisboa inverteu-se no que respeita à relação entre jovens e idosos, tendo o número de idosos sempre crescido para finalmente estabilizar e até apresentar uma ligeira diminuição apenas na última década (133 304 idosos em 2001 contra 131 147 em 2011 (CAOP 2013)).



Fonte: INE, I.P., Censos 2011 / AGEING IN CITIES OECD 2015

De acordo com o estudo recente da OCDE – “Ageing in Cities”, no qual a cidade de Lisboa foi um estudo de caso, verifica-se igualmente a tendência de longo prazo, entre 1960 e 2011, para a inversão da pirâmide etária de Lisboa, no sentido do envelhecimento.

População Residente com 65 e mais e 80 e mais (nº), Lisboa, 1960 a 2011

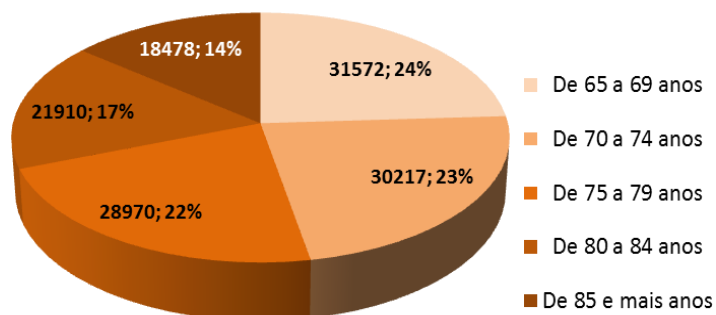


Fonte: INE, I.P., Censos 2011 (CAOP 2013)

Considerando o total da população, a proporção de indivíduos muito idosos (75 ou mais anos) era em 2001 de 10,3%, tendo passado para 12,5% em 2011, confirmando a tendência de rápido envelhecimento da população de Lisboa mediante o crescimento da proporção dos indivíduos muito idosos.

Paralelamente verificava-se que mais de metade da população idosa correspondia a indivíduos com 75 e mais anos (53%), o que confirma a tendência de crescimento dos grupos etários dos designados “grandes idosos”, com destaque para os indivíduos com 80-89 anos que representavam perto de 30%.

População Residente dos 65 e mais anos por grupos quinquenais (%), Lisboa, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

O aumento dos “grandes idosos”

A proporção de indivíduos nos grupos etários da população idosa e muito idosa aumentou significativamente entre 2001 e 2011, particularmente no género feminino, tendo nalguns casos mais do que duplicado, sobretudo nos grupos etários de 75 e mais anos.

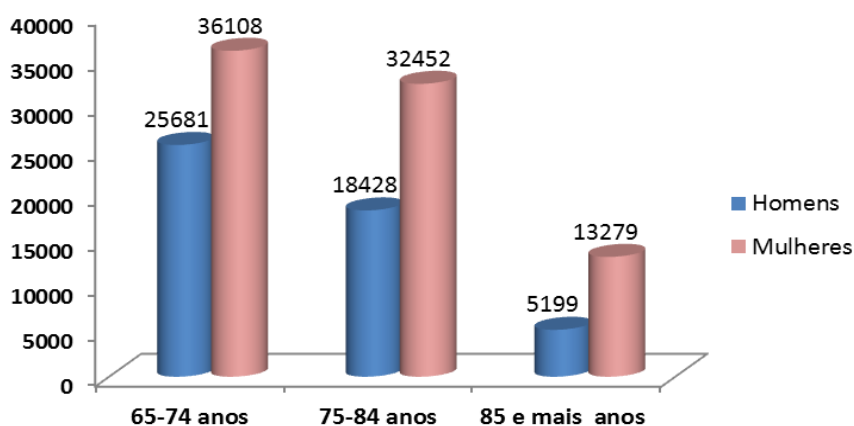
O número de idosos com 80 e mais anos cresceu em mais de dez mil pessoas (10 773) com uma variação positiva de 36,4%.

Alterações recentes na estrutura etária e feminização do envelhecimento

A estrutura etária da população de Lisboa alterou-se de 2001 para 2011, tendo-se verificado um aumento considerável da população muito idosa, sobretudo de mulheres pertencentes aos grupos etários dos 80 aos 89 anos, o que traduz também a tendência de feminização do envelhecimento na cidade de Lisboa: 27,3% das mulheres tinham 65 ou mais anos em 2011.

A relação de masculinidade, em 2011, em relação à população total, era de cerca de 85 homens (84,6) por cada 100 mulheres, mas se se considerar apenas o grupo etário dos 65 e mais anos, este valor reduz-se para 60 homens para cada 100 mulheres. É sobretudo acima dos 60 anos que esta diferença entre homens e mulheres se acentua, sendo a percentagem de mulheres em relação aos homens proporcionalmente maior à medida que se atingem os grupos etários dos 75 e mais anos, o que confirma a realidade da intensa feminização do envelhecimento na cidade de Lisboa.

População Residente com 65 e mais anos por grupos etários e sexo (nº), Lisboa, 2011



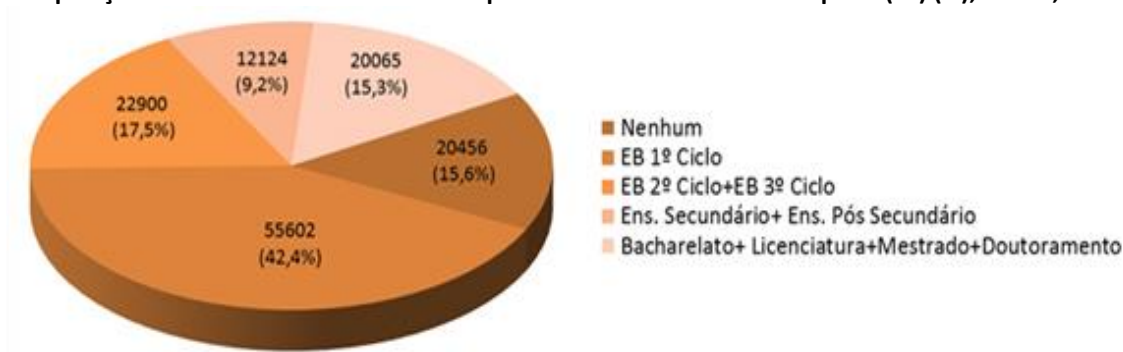
Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Nesta faixa etária predominam as baixas qualificações, cerca de 60% dos idosos detêm baixos níveis de escolaridade completo (nenhum e 1.º ciclo) e apenas cerca de 15% tem um nível de escolaridade superior.

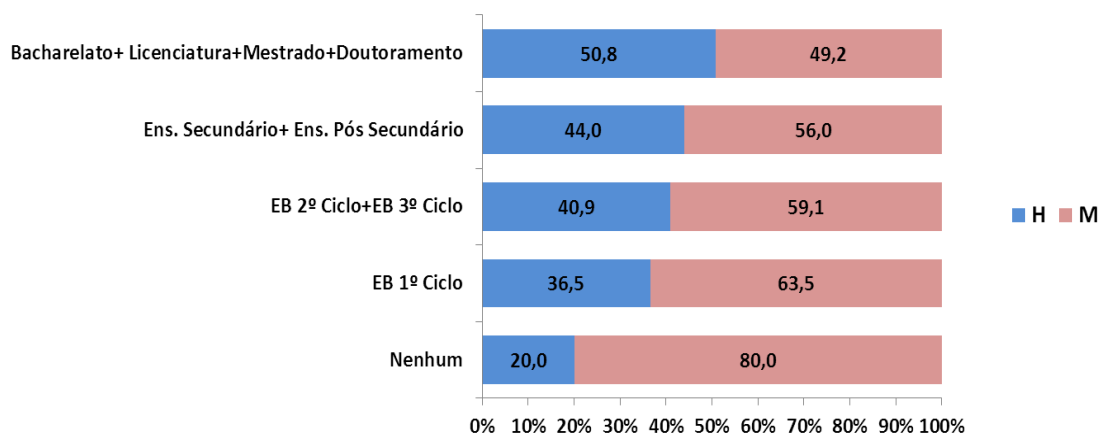
As mulheres neste grupo etário, nos níveis de escolaridade mais baixos, detêm um peso bastante superior à dos homens, deixando de se registar diferenças significativas de género a partir do ensino secundário.

Esta realidade corresponderá eventualmente a um maior número de mulheres viúvas de idades mais avançadas, grupo que nesta década teve um maior crescimento, reforçando a maior vulnerabilidade feminina.

População Residente com 65 e mais anos por Nível de Escolaridade completo (nº) (%), Lisboa, 2011

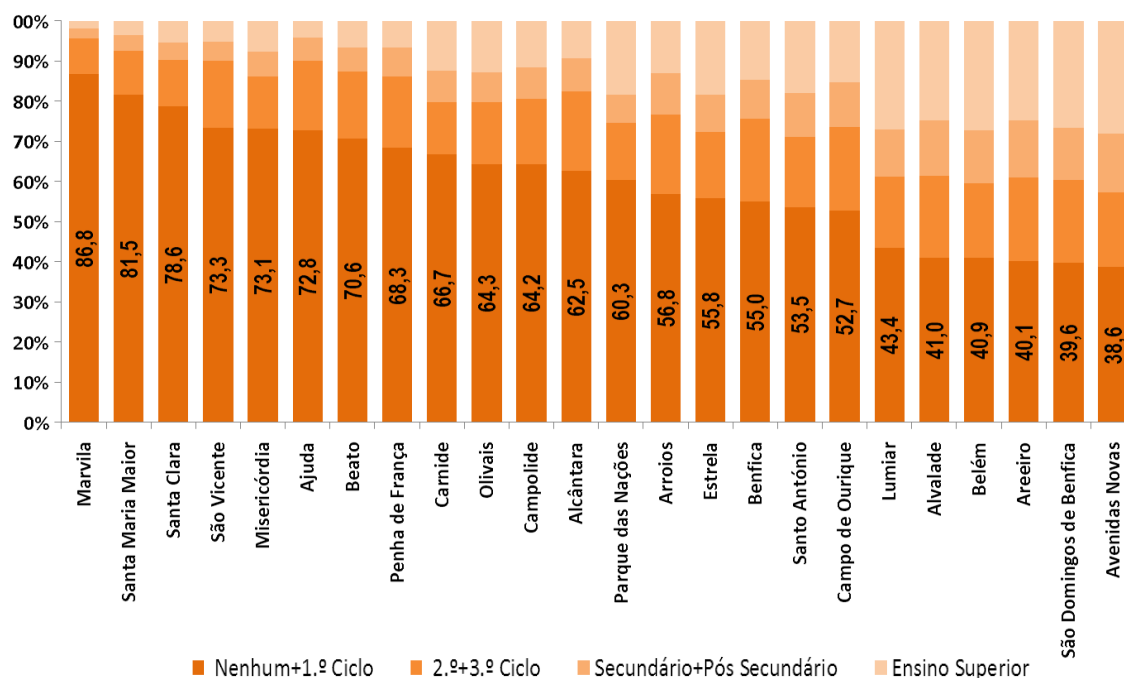


Fonte: INE Censos 2011



Contudo a territorialização deste indicador revela fortes assimetrias. Existem freguesias em que os idosos com nenhum ou apenas o 1º Ciclo representavam mais de 3/4 da população idosa, como sejam as freguesias de Marvila (86,8%), Santa Maria Maior (81,5%), Santa Clara (78,6%) e São Vicente (73,3%, e outras freguesias como Lumiar, São Domingos de Benfica e Avenidas Novas, em que a população com o ensino superior completo ultrapassava os 25%, chegando no caso de Avenidas Novas perto de 30% (28,1%).

População Residente com 65 e mais anos segundo o Nível de Escolaridade completo (%), freguesias, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Esta realidade tenderá no entanto a alterar-se, à medida que se desenvolvem políticas e projectos direccionados para uma nova geração emergente de idosos reformados, com maior grau de instrução e com autonomia.

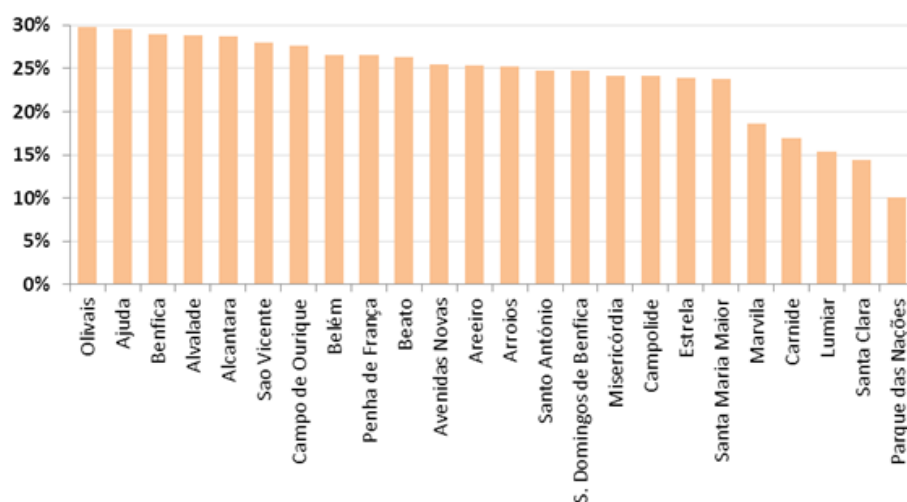
Estas realidades requerem que as respostas sociais sejam readaptadas às novas necessidades específicas e à complexa diversidade de situações, resultantes de novos perfis da população idosa e de diferentes resultados do processo de envelhecimento.

Analisando a estrutura etária da população de Lisboa por freguesia, verifica-se que as cinco freguesias mais envelhecidas, ou seja, com a maior percentagem de população nos escalões etários de 65 e mais anos, eram Olivais (29,75%), Ajuda (29,52%), Benfica (28,99%), Alvalade (28,76%) e Alcântara (28,69%), enquanto Parque das Nações (10,02%), Santa Clara (14,34%), Lumiar (15,39%), Carnide (16,85%) e Marvila (18,63%) apresentavam a menor percentagem de idosos.

Mais de metade das freguesias de Lisboa com uma proporção de idosos superior à média da cidade

Das 24 freguesias de Lisboa, verifica-se que 19 tinham mais de 20% de população com 65 e mais anos, e destas últimas, 13 freguesias apresentavam uma proporção de população idosa superior a 25%, sendo a média da cidade de 23,73%.

População com 65 e mais anos por freguesia (%), Lisboa, 2011



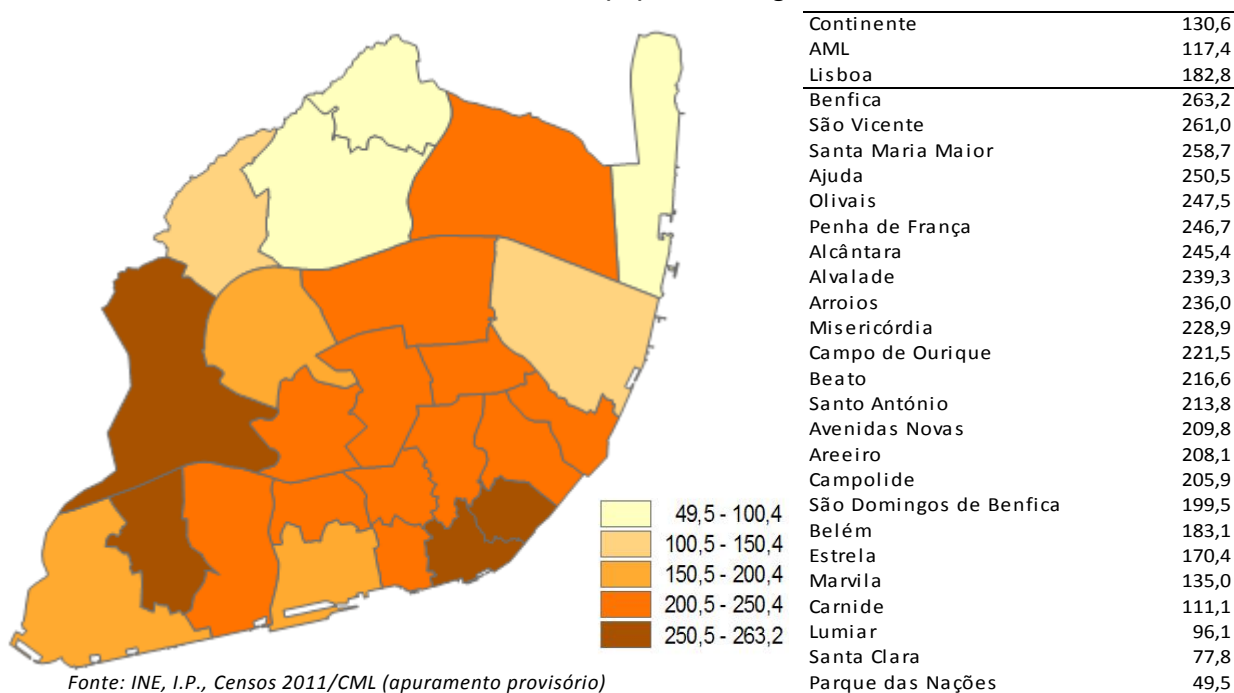
Fonte: INE, I.P., Censos 2011/CML (apuramento provisório)

Lisboa apresentava em 2011 um dos mais elevados Índices de Envelhecimento¹⁹ (182,8), superior ao da AML ou mesmo do Continente.

Analisando este indicador por freguesia, verifica-se que a maior parte das freguesias apresentavam um valor superior a 200, sendo as freguesias de Benfica, São Vicente, Santa Maria Maior, Ajuda e Olivais, aquelas em que existia maior número de idosos em relação ao número de crianças.

As freguesias de Marvila, Carnide, Lumiar, Santa Clara e Parque das Nações apresentavam entretanto os valores mais baixos deste índice, sobretudo por serem as freguesias onde se verificava um maior número de crianças dos 0-14 anos.

Índice de Envelhecimento (nº), Lisboa, freguesias, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011/CML (apuramento provisório)

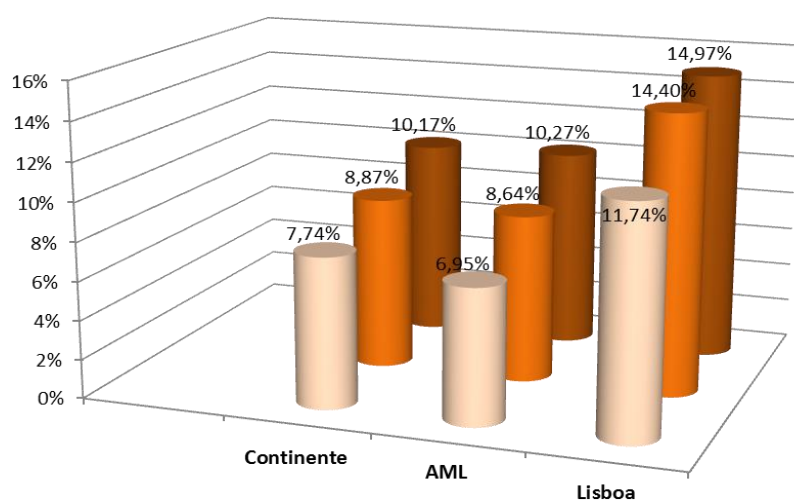
¹⁹ Número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.

População Residente com 65 e mais anos que vive só ou na companhia de outros idosos (nº), Lisboa (NUTS 2002), 2011

Total de indivíduos com 65 ou mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário	Alojamentos com 1 pessoa com 65 ou mais anos
84 946	35 223

Fonte: INE Censos 2011

Famílias Clássicas Unipessoais constituídas por pessoas com 65 e mais anos (%), Continente, AML e Lisboa, 1991 a 2011



Em 20 anos, de 1991 a 2011, o número de famílias unipessoais constituídas por pessoas com 65 e mais anos aumentou tanto no Continente, como na AML e em Lisboa, sendo principalmente significativa a proporção na cidade de Lisboa, superior à AML e ao Continente, em qualquer dos momentos censitários.

Fonte: INE Censos 2011

Rendimento

Em Lisboa, em 2014, existiam 224 121 pensionistas, entre pensionistas de velhice da Segurança Social e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Entre 2009 e 2014, o número total de pensionistas decresceu, tendo aumentado ligeiramente a proporção de pensionistas da CGA (de 41% para 44%).

Pensionistas Activos por sistema (nº), Lisboa, 2009 e 2014

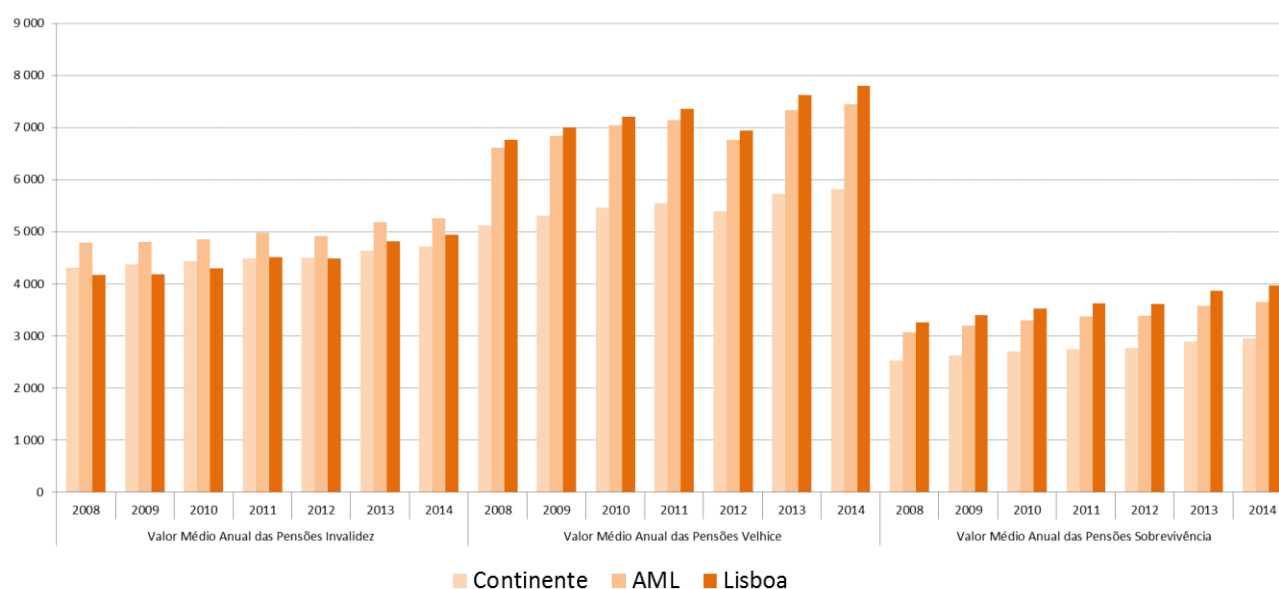
	Total		Segurança Social Pensões de Velhice		Caixa Geral de Aposentações	
	2009	2014	2009	2014	2009	2014
Lisboa	228 013	224 121	133 759	125 456	94 254	± 98 665

Fonte: INE, I.P., Anuários Estatísticos / ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia

Se se considerar o valor médio das pensões, verifica-se que o valor médio anual das pensões tem vindo globalmente a aumentar, embora muito ligeiramente. Em Lisboa, entre 2008 e 2014, este aumento foi apenas de 8%.

Pensões de Invalidez, Velhice e Sobrevivência (valor médio anual), Lisboa, 2008 a 2014

	Valor Médio Anual																				
	Pensões Invalidez							Pensões Velhice							Pensões Sobrevivência						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Continente	4 309	4 376	4 435	4 491	4 502	4 645	4 717	5 117	5 312	5 466	5 545	5 392	5 729	5 813	2 528	2 628	2 701	2 747	2 773	2 892	2 951
AML	4 789	4 804	4 860	4 984	4 914	5 185	5 261	6 616	6 845	7 038	7 139	6 764	7 333	7 445	3 069	3 200	3 299	3 375	3 386	3 571	3 658
Lisboa	4 166	4 184	4 302	4 515	4 490	4 816	4 948	6 763	6 999	7 202	7 354	6 939	7 620	7 799	3 259	3 402	3 531	3 633	3 615	3 873	3 974



Fonte: INE, I.P., Anuários Estatísticos

Entretanto, a Pensão Social de Velhice destina-se aos idosos mais vulneráveis, que nunca descontaram ao longo da vida em idade activa, detendo rendimentos muito baixos. Em 2014, o número de beneficiários da Pensão Social de Velhice ascendia a perto de 2 000 idosos (1 788), em que mais uma vez predominavam as mulheres, representando cerca de 3/4 do total²⁰.

Em síntese, poder-se-á afirmar que na população idosa existe um predomínio de mulheres, a viverem sozinhas, com baixos níveis de escolaridade, com fracos recursos financeiros e frequentemente com idades avançadas, o que incrementa a vulnerabilidade e exclusão social neste segmento da população.

Isolamento

A viuvez, a morte progressiva de amigos e familiares, a perda de contacto com as crianças da família à medida que vão crescendo, são factores que contribuem para o isolamento social das pessoas idosas e para a diminuição das redes de apoio.

²⁰ Ver Sub-Capítulo III.9

A inactividade após a reforma e o sentimento de inutilidade pela perda do papel desempenhado na sociedade contribuem igualmente para o seu isolamento.

Embora o viver só não tenha de ser sinónimo de isolamento e solidão, encontram-se frequentemente associados, pelo que o isolamento social dos idosos na cidade de Lisboa poderá ser de alguma forma traduzido pelo facto de, em 2011, 42,8% das famílias unipessoais serem constituídas por pessoas com mais de 65 anos a viverem sós.

Em Março de 2012, no âmbito de um inquérito a mais de 20 000 idosos a viver em Lisboa²¹, 65,7% (14 888) afirmaram viver com outras pessoas, contra 34,4% que afirmaram viver sozinhos (7 791).

Um indicador importante apresentado neste estudo é o Índice de Isolamento, que mede a condição do isolamento agregando informação de 4 variáveis:

- a dimensão do agregado;
- a frequência de saída de casa;
- as pessoas a que o idoso recorre em caso de necessidade
- a ocupação do dia-a-dia

Assim, o isolamento é classificado segundo 3 graus:

- “pouco ou nada isolado” (79,4%)
- “isolado” (18,8%)
- “muito isolado” (1,8%)

Níveis de Isolamento da população inquirida por escalão etário (nº) (%), Lisboa, 2012

	<65 anos		65 a 74 anos		75 a 84 anos		85 e mais anos		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Muito isolados	9	4,7	78	0,9	196	1,9	127	3,5	410	1,8
Isolados	57	29,8	1259	14,4	1960	19,4	980	26,9	4256	18,8
Pouco ou nada isolados	125	65,4	7398	84,7	7954	78,7	2531	69,6	18013	79,4
Total	191	100,0	8735	100,0	10110	100,0	3638	100,0	22679	100,0

• Fonte: Relatório de Apresentação dos Resultados do Inquérito realizado pelo Programa INTERGERAÇÕES - Março a Junho de 2012, SCML, Gabinete de Monitorização e Apoio à Gestão

De um modo geral, a maioria da população idosa:

- é essencialmente feminina (mais de 2/3 dos inquiridos são do sexo feminino);
- reside em andares (86%);
- vive em companhia de outro idoso (66%);
- é casado (48%) ou viúvo (37%);
- tem filhos vivos (80%);
- tem mais de 75 anos (60%);
- tem um baixo grau de instrução (42% tem a 4ª classe e 12% não sabe ler nem escrever);
- são pensionistas (87%).

²¹ Inquérito realizado por equipas de rua a 22 679 pessoas com mais de 65 anos residentes em Lisboa, no âmbito do Programa Intergerações- Renovar a Esperança da SCML.

Medidas de combate ao Isolamento

De forma a combater a solidão e o isolamento, prevenindo essencialmente situações de risco que daí possam advir, algumas medidas têm sido adoptadas para dotar os idosos de meios de contacto e acesso a serviços de urgência.

Estão neste caso o Serviço de Teleassistência e a Operação S.Ó.S, em que o primeiro pretende contribuir para a manutenção da autonomia dos idosos no seu domicílio, com dignidade e segurança, proporcionando uma resposta imediata em situação de urgência, 24 horas por dia, 7 dias por semana, bem como o apoio na solidão a todos aqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade ou dependência (física ou psicológica).

Em Dezembro de 2015 existiam 544 beneficiários do serviço de Teleassistência, sendo 420 mulheres e 124 homens.

Transporte Solidário e Lx Porta-a-Porta

Como resposta às dificuldades de deslocação, principalmente dos idosos, para acesso aos serviços de saúde, de finanças, correios, de abastecimento diário ou simplesmente a actividades de convívio, algumas Juntas de Freguesia, em parceria com outras instituições ou com co-financiamento de programas de apoio social como o BIP/ZIP, criaram um serviço designado por “Transporte Solidário”.

O serviço de Transporte Solidário é gratuito e dirigido às pessoas idosas em situação de isolamento social, contribuindo para a diminuição do isolamento, do sentimento de solidão e de insegurança.

Mediante marcação prévia, o transporte assegura as deslocações dentro da freguesia de residência ou ao Hospital de referência, destinando-se nalgumas freguesias apenas às pessoas mais vulneráveis.

O “Lisboa porta-a-porta” surgiu para responder às necessidades da população, funcionando apenas nos dias úteis entre as 9h e as 17h, com uma interrupção para almoço.

Igualmente gratuito, o Lx Porta-a-Porta dispõe de um circuito fixo e paragens móveis, abrangendo 17 freguesias.

Actualmente todas as freguesias dispõem de pelo menos um destes tipos de transporte adaptado às necessidades dos moradores mais vulneráveis.

Há contudo necessidade de avaliar as diferentes modalidades deste tipo de transporte para complementaridade e rentabilização de recursos inter-freguesias.

Envelhecimento Activo e Saudável

O conceito de Envelhecimento Activo pressupõe uma actuação multi e interdisciplinar de modo a que o processo de envelhecimento seja acompanhado das medidas que minimizem os seus efeitos limitadores da autonomia e assegurem condições para o prosseguimento da actividade e participação individual na sociedade ao longo de todo o ciclo de vida.

As pessoas idosas devem continuar a ter oportunidade de participação e contribuição para a sociedade, pelo que um envelhecimento activo e saudável contribui para que possam exercer os seus direitos de cidadania, combatendo o “idadismo”, ou seja, a atitude preconceituosa e discriminatória com base na idade, sobretudo em relação a pessoas idosas.

Famílias

Nas duas últimas décadas acentuaram-se as alterações das formas de viver em família, com novas estruturas familiares a ganharem importância e de uma maior diversidade nos tipos de organização e de co-residência familiar.

“As tendências demográficas registadas nas últimas décadas (aumento da esperança de vida, queda da fecundidade, adiamento da parentalidade, aumento das uniões de facto e do divórcio...) implicam um processo de mudança progressivo e persistente em direcção a novas formas de viver em casal e em família. Nos últimos 50 anos assistiu-se ao aumento do peso relativo dos casais sem filhos, dos núcleos familiares monoparentais e das pessoas que vivem sós, e à diminuição do peso das famílias complexas”²². Existem mais famílias reconstituídas e as famílias são cada vez de menor dimensão.

Ao mesmo tempo a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, a evolução das qualificações profissionais e a própria conjuntura económica têm também influenciado a mudança da dimensão média das famílias, a redução da natalidade e do número de filhos.

Embora a população de Lisboa não tenha registado um crescimento populacional nesta última década, o número de famílias aumentou, sendo de dimensão cada vez mais reduzida. Este aumento do número de famílias é maior em relação ao Continente e mesmo à AML, comportamento inerente a um meio mais urbano, de maior diversidade de tipologias de famílias e de novas formas de organização familiar.

Famílias Clássicas (nº), Continente, AML e Lisboa, 1960 a 2011

	1960	1981	2001	2011
Continente	2.222.655	2.803.028	3.505.292	3.869.188
AML	447.106	810.770	1.005.671	1.147.775
Lisboa	245.537	285.960	234.451	<i>245894</i> (243.892)

NOTA: O valor entre parêntesis respeita aos Censos 2011 segundo a NUTS 2002 (53 freguesias);
o valor em itálico respeita aos Censos 2011 segundo a CAOP 2013 (24 freguesias).

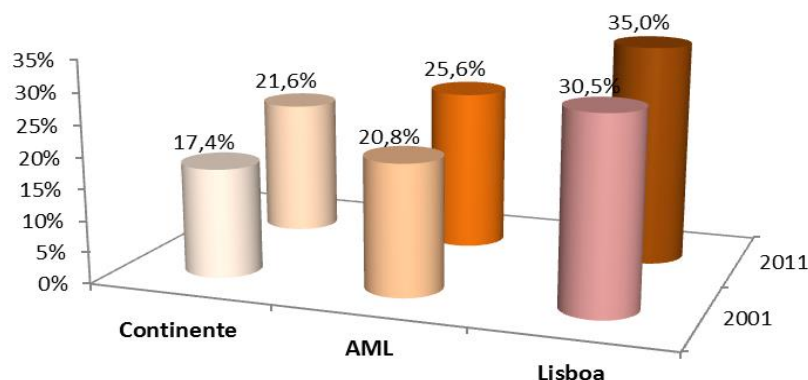
Fonte: INE, IP, Censos 2011 / CML, Censos Lisboa 2011 (apuramento provisório)

A dimensão média das famílias de Lisboa regista um decréscimo acentuado passando de 3,1 pessoas em 1960, para 2,2 em 2011, valores sempre inferiores ao Continente e mesmo à AML.

²² INE, *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, 2014.

No Continente as famílias unipessoais representam cerca de 22% das famílias clássicas, valor que aumenta para os 25% na AML e atinge os 35% em Lisboa.

Famílias Clássicas Unipessoais (%), Continente, AML e Lisboa (NUTS2002), 2001 e 2011



Fonte: INE, IP, Censos 2011

As razões para se viver sozinho são variadas, salientando-se (1) a viuvez, que atinge principalmente as mulheres idosas, (2) os adultos, que, por opção ou não, permaneceram sós, (3) os que já tendo vivido em casal, passaram por situações de ruptura conjugal, ou (4) as novas gerações em transição para a vida adulta. Em relação a este último fenómeno, Portugal está na cauda da Europa dada a falta de recursos económicos. Com outras condições económicas, haveria, entre jovens, sem dúvida, um maior número a viverem sozinhos²³.

Famílias Unipessoais e Famílias Unipessoais constituídas por idosos (%), Continente, AML e Lisboa (NUTS2002), 2001 e 2011

	Famílias Unipessoais		Famílias Unipessoais constituídas por idosos	
	2001	2011	2001	2011
Continente	17,4	21,57	8,87	10,17
AML	20,8	25,55	8,64	10,27
Lisboa	30,5	34,95	14,40	14,97

Fonte: INE, IP, Censos 2011

As pessoas que vivem isoladas são mais vulneráveis; nomeadamente os idosos de ambos os sexos e as mulheres são dois grupos que o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento identificou como sendo as pessoas que vivem sós e com mais probabilidade de risco de pobreza²⁴.

Em Lisboa, o crescente número de famílias unipessoais constituídas por idosos pode ser explicado, também, pelo crescente envelhecimento da população residente, em que 24% têm mais de 65 anos e em que o grupo etário acima dos 75 anos cresceu na última década²⁵. Das 85 244 famílias unipessoais na cidade de Lisboa, 42,8% eram pessoas a viverem sós com mais de 65 anos.

Nos últimos dois recenseamentos, observou-se um crescimento das famílias monoparentais, que na cidade de Lisboa representavam, em 2011, mais de 20% dos agregados domésticos, e sobretudo das

²³ "Viver Só, Mudança social e estilos de vida", Rosário Mauritti, socióloga e investigadora do CIES-IUL.

²⁴ Ver Sub-capítulo III.8.1 Pobreza.

²⁵ Ver Sub-capítulo III.5 - População Idosa e Envelhecimento.

famílias reconstituídas, com maior expressão na AML e em Lisboa, em que registaram um crescimento de 8%.

Por outro lado registou-se um crescimento significativo dos casais de facto com e sem filhos, nomeadamente os casais de facto sem filhos que, na cidade de Lisboa, duplicou.

**Núcleos Familiares de Casais com filhos, Monoparentais e Reconstituídos (%),
Continente, AML e Lisboa (NUTS 2002), 1991 a 2011**

	Núcleos Familiares de Casais com filhos			Núcleos Familiares Monoparentais		Núcleos Familiares Reconstituídos	
	1991	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Continente	67,59	64,42	58,36	11,30	14,77	1,50	6,55
AML	67,10	62,08	55,87	14,00	18,16	2,20	10,25
Lisboa	59,73	55,39	49,74	18,00	21,32	1,70	9,72

Fonte: INE, IP, Censos 2011

No concelho de Lisboa, as famílias monoparentais com filhos com menos de 25 anos correspondiam a 7% das famílias clássicas e eram as mães a viverem com os filhos que constituíam mais de 85% destas famílias, evidenciando ainda a persistência da guarda materna após o divórcio ou separação.

Considerando o total de agregados domésticos monoparentais com filhos solteiros (28 887), a proporção relativa ao total de famílias clássicas elevava-se para 12%.

**Famílias Monoparentais com pelo menos 1 filho menor de 25 anos (nº) (% no total de Famílias Clássicas),
Continente, AML e Lisboa (NUTS2002), 2011**

	Famílias Clássicas	Famílias Monoparentais com pelo menos 1 filho menor de 25 anos		Pai	Mãe
	(nº)	(nº)	(%)	(%)	(%)
Continente	3 869 188	235 457	6,1	12,3	87,7
AML	1 147 775	88 171	7,7	13,4	86,6
Lisboa	243 892	16 155	6,6	14,6	85,4

Fonte: INE, IP, Censos 2011

O crescimento e a predominância do filho único

Em 2011, mais de metade dos casais portugueses tinham apenas um filho, tendência que se acentuou nas últimas décadas (54,48%)²⁶. Em Lisboa, igualmente em 2011, os casais com apenas um filho representavam 53,2%.

A tendência para a diminuição do número de filhos verifica-se também nas famílias reconstituídas (separados ou divorciados que voltam a formar família), apesar de nestes casais a percentagem de filhos continuar a ser mais do dobro da do total de casais com filhos.

²⁶ INE, *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, 2014. "Dos 1.614289 casais existentes em Portugal em 2011, 54,58% tinham apenas um filho. Em 1991 essa percentagem era de 44% e, em 2001, de 50,6%".

População Activa, Formação e Emprego

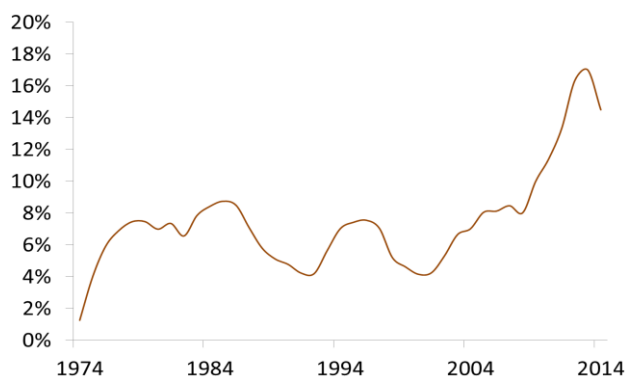
Entre 2009 e 2014, Portugal conheceu um fortíssimo choque de desemprego, caracterizado não só pelo acréscimo do volume da população desempregada, mas também pelo impacto que esta teve no volume da população activa que tendeu a estabilizar. Nestes 5 anos, a taxa de actividade da população com 15 e mais anos passou de 62,1% para 58,5%, sendo que a taxa de desemprego aumentou de 8,9% para 13,5%.

Foi elemento diferenciador dos últimos 5 anos a homogeneização da taxa de desemprego por sexo, aliada a um acréscimo significativo da taxa de desemprego jovem e a uma taxa de desemprego relativamente mais alta dos activos com qualificação académica superior.

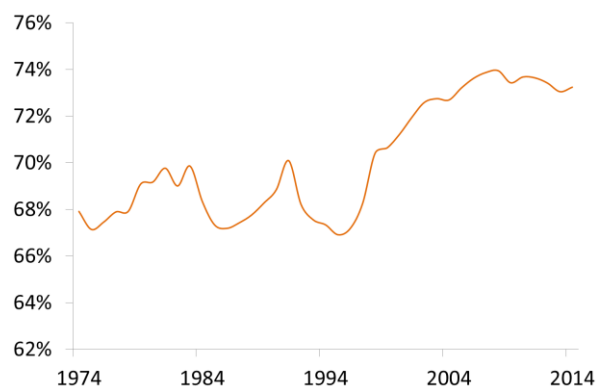
A população activa residente na AML era de 1 419 mil indivíduos no início de 2009 e reduziu em 3,45% no espaço de 5 anos, passando a 1 380 mil indivíduos. Esta redução na população activa ocorreu em simultâneo com o referido acréscimo da população desempregada, que passou de cerca de 130 mil indivíduos no início de 2009 para 194 mil no final de 2014, o que correspondeu a um acréscimo de 50%.

O efeito acumulado entre a redução da população activa e o aumento dos desempregados fez com que a taxa de desemprego da AML passasse de 9,1%, no início de 2009, para 14,0% no final de 2014, tendo atingido o seu ponto máximo de 19,5% no início de 2013.

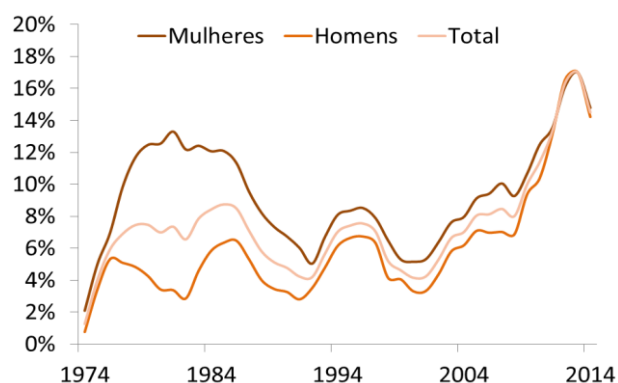
Taxa de Desemprego (%), Portugal, 1974 a 2014



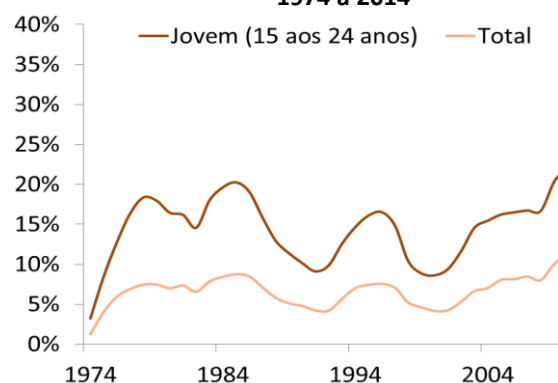
Taxa de Actividade (%), Portugal, 1974 a 2014



Taxa de Desemprego por género (%), Portugal, 1974 a 2014



Taxa de Desemprego Jovem, 15 aos 24 anos (%), Portugal, 1974 a 2014

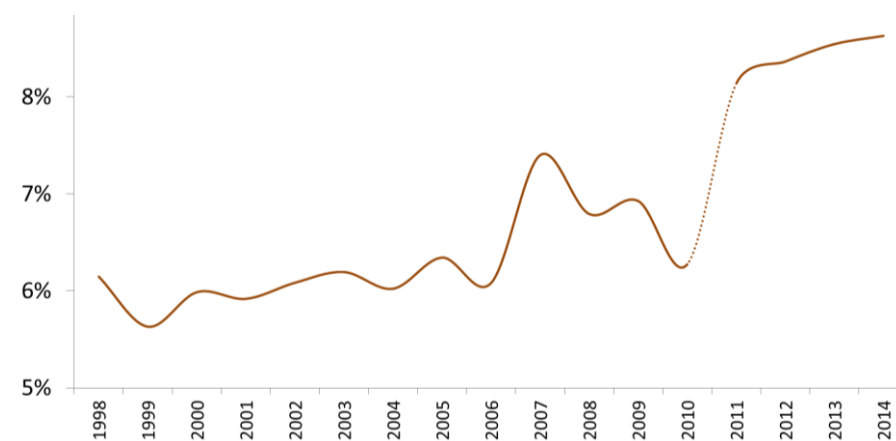


Fonte: Base de dados OCDE

Em 2014, cerca de 87% da população empregada na AML encontrava-se na situação de “empregado por conta de outrem” (este valor oscilou sempre entre 85% e 90% no período de 2009 a 2014). No conjunto dos trabalhadores por conta de outrem o peso dos que se encontravam a trabalhar a tempo parcial subiu em 2011, estabilizando num patamar entre 8% e 9%.

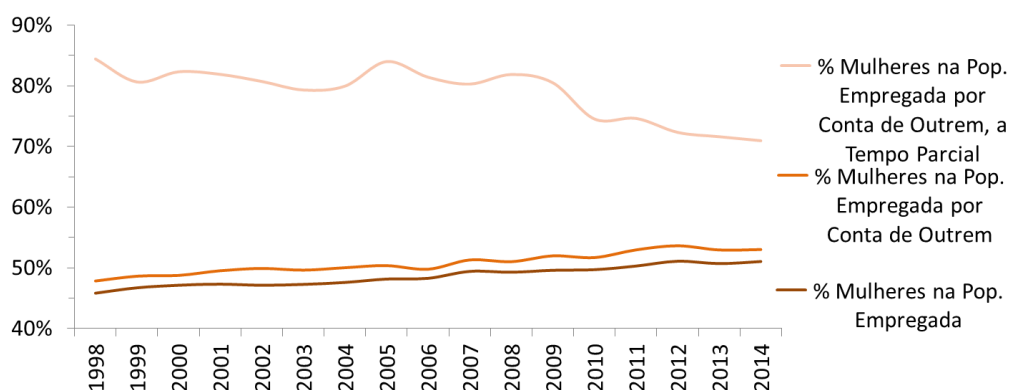
A presença feminina na população empregada é ligeiramente superior na AML (51,0%, em 2014), quando comparada com a média nacional (48,4%). Particularmente significativa é a proporção de mulheres entre os trabalhadores a tempo parcial. Se se verificar que o peso das mulheres se encontra entre os 50% e 55% da população empregada ou da população empregada por conta de outrem, o peso das mulheres na população empregada por conta de outrem a tempo parcial ultrapassa os 70%, o que, não obstante a significativa redução verificada nos últimos anos continua a ser o valor bastante expressivo.

População Empregada por conta de outrem, regime de duração de trabalho: Tempo Parcial (%), AML, 1998 a 2014 (dados anuais)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

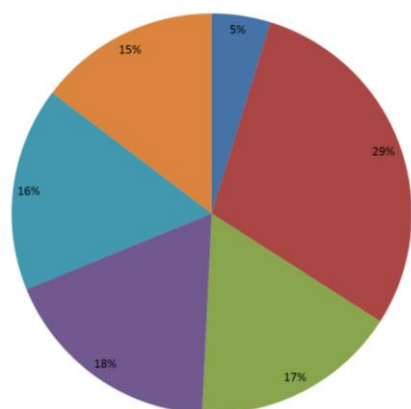
Participação das mulheres no mercado de trabalho (%), AML, 1998 a 2014 (dados anuais)



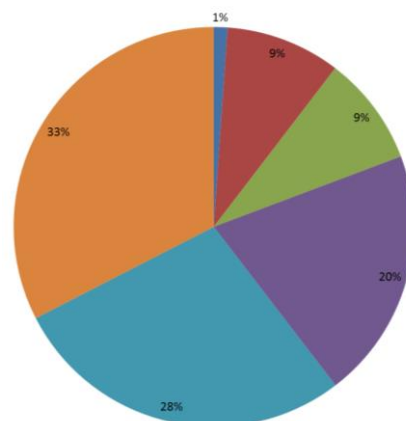
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A qualificação académica da população activa tem vindo a sofrer uma transformação intensa, quer ao nível nacional, quer regional. Em 1998 cerca de 31% da população activa da AML registava como qualificação o ensino secundário ou superior; este valor cresceu de modo significativo até 2014, altura em que 61% da população activa se encontrava com essa qualificação.

População Activa, segundo o Nível de Escolaridade mais elevado completo (%), AML, 1998



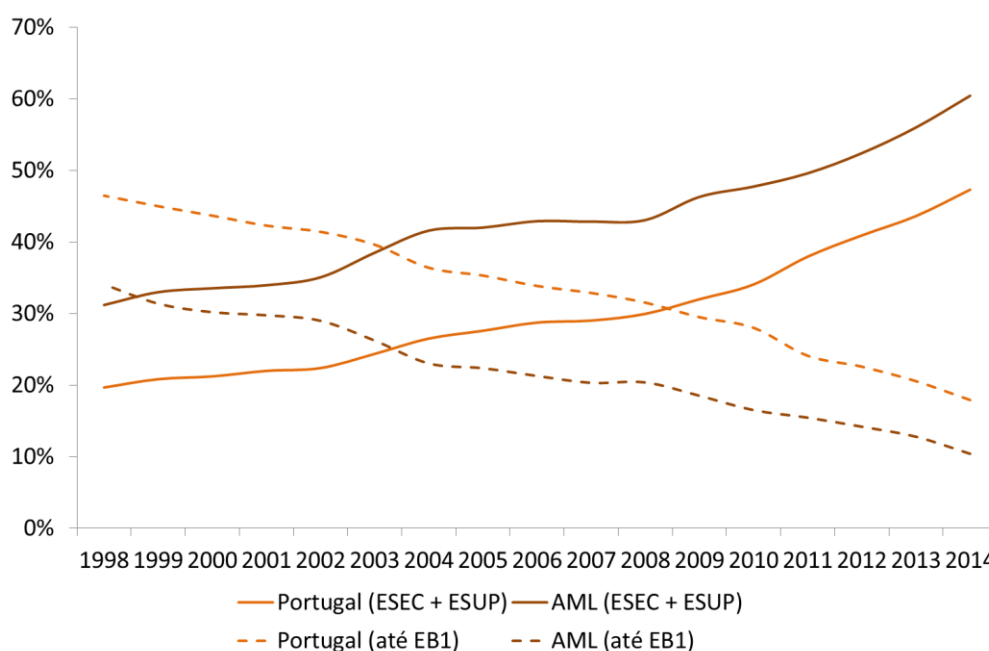
População Activa, segundo o Nível de Escolaridade mais elevado completo (%), AML, 2014



■ Nenhum ■ Básico - 1º Ciclo ■ Básico - 2º Ciclo ■ Básico - 3º Ciclo ■ Secundário e pós-secundário ■ Superior

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

População Activa segundo o Nível de Escolaridade mais elevado completo, Ensino Secundário ou Superior (ESEC + ESUP) e Ensino Básico 1º Ciclo ou inferior (até EB1) (%), Portugal e AML, 1998 a 2014 (dados anuais)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Ecosistema Empreendedor de Lisboa

A cidade de Lisboa tem vindo a assistir ao desenvolvimento de um conjunto muito diversificado de projectos e iniciativas no domínio do empreendedorismo e da criatividade, com uma forte aposta nas áreas do auto-emprego e da inovação, tendo o município vindo a desempenhar um papel federador e dinamizador de acções levadas a cabo por um vasto leque de actores.

Lisboa reforçou, em particular, o seu estatuto de «Startup City» através de um amplo conjunto de iniciativas como:

- a **Startup Lisboa**, fundada em 2012 e integrada num projecto de reabilitação urbana da Baixa lisboeta, é actualmente composta por três espaços de incubação, uma casa da StratUp Lisboa, gerindo, ainda o fundo *StartUp Lisboa Loans*;
- o **FabLab Lisboa**, inaugurado em Julho de 2013, é um laboratório de fabricação digital que se destina à prototipagem rápida, fabrico personalizado e experimentação industrial. O seu objectivo principal é transformar ideias em realidade, permitindo a criação de novos produtos, que por sua vez se possam potenciar a criação de emprego e riqueza na cidade de Lisboa;
- a **Rede de Incubadoras de Lisboa**, que com todos os espaços de incubação existentes na cidade tem vindo a integrar, de forma progressiva, um número crescente e diversificado de actores: Aceleração de *startups*, Espaços de *coworking*, *Fab Labs*, *Hubs Criativos*, *Business Angels* e empresas de Capital de Risco, entre outros;
- o programa **Lisboa Empreende** ganhou em 2015 o 1º lugar nos “Prémios Europeus de Promoção Empresarial”/ “*European Enterprise Promotion Awards*” (Comissão Europeia), é um programa de iniciativa Municipal de Financiamento para novas empresas e PME que oferece serviços de consultoria gratuita e acesso a instrumentos de microcrédito que podem ascender até 20 000 Euros;
- o **Programa de Empreendedorismo Jovem de Lisboa**, que proporciona aos jovens educação e formação em áreas como a cidadania e a ética, o empreendedorismo e a literacia financeira;
- **Lisbon Challenge**, um acelerador internacional sediado em Lisboa e que selecciona um conjunto de *startups* de todo o Mundo e lhes fornece apoio e orientação de primeira ordem;
- **LabsLisboa**, uma incubadora urbana universitária, tem como entidades fundadoras a Câmara Municipal de Lisboa, a Fundação Calouste Gulbenkian e o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, sendo a sua gestão da responsabilidade do Audax – Centro de Empreendedorismo e Inovação do ISCTE-IUL;
- **Projecto Europeu DELI – Empreendedorismo**, é um inovador projecto europeu que visa apoiar políticas e estratégias inclusivas, orientadas para o tecido empresarial imigrante, promovendo formas de desenvolvimento local, sensíveis aos direitos económicos dos imigrantes e potenciando a diversidade sociocultural.

Lisboa, «Startup City»

Lisboa reforçou, em particular, o seu estatuto de «Startup City» através de um amplo conjunto de iniciativas que conduziram ao reconhecimento pelo Comité das Regiões em Junho de 2014, como *European Entrepreneurship Region 2015*”

Correspondendo à Acção do PDS 2013-2015, intitulada “Incubadora Social de Lisboa”, refira-se ainda a estrutura que se está a instalar na Casa dos Direitos Sociais, em execução do Programa Municipal para a Economia Social (PMES).

Simultaneamente, Lisboa assistiu nos últimos anos a vários processos de inovação e criatividade capazes de orientarem acções e actividades para finalidades sociais de mais-valia à vida dos indivíduos de vários grupos geracionais.

A parceria entre várias entidades públicas e privadas, instituições de diferentes áreas e a experiência e o conhecimento dos indivíduos e das organizações trouxeram a Lisboa programas que pretendem apoiar projectos e políticas de responsabilidade social que permitam alavancar um impacto social positivo.

Vulnerabilidade Social

Pobreza

A aplicação das medidas de austeridade, decorrentes da crise global iniciada em 2008, teve consequências profundas no país, tendo vindo a assistir-se ao aumento do número de pobres e de pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

É neste período de grandes constrangimentos que se assiste à alteração dos critérios de atribuição de prestações sociais²⁷, comprometendo a evolução dos resultados da intervenção ao nível nacional, que se vinha a desenvolver no combate à pobreza.

A partir de 2010, foram introduzidas medidas de restrição das condições de acesso e de redução de prestações sociais como o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Complemento Social de Idosos (CSI) e o Abono de Família, assim como nas pensões.

Os dados nacionais revelam que, de 2009 a 2013²⁸, os 10% mais ricos tiveram um decréscimo dos seus rendimentos de apenas 8% enquanto os mais pobres viram os seus rendimentos decrescer 24%, conduzindo a um desperdício de potencial humano e a uma fraca mobilidade social.

De acordo com a OCDE²⁹, o fosso entre ricos e pobres atingiu o valor mais elevado dos últimos 30 anos. A OCED destaca ainda que hoje uma grande percentagem de pessoas que trabalha é pobre.

O trabalho temporário, em *part-time* e o trabalho por conta própria, representam 1/3 do trabalho total (nos países da OCDE) e desde os anos 90 constituem mais de metade do trabalho criado.

Através da estratégia Europa 2020, a Comissão Europeia em 2010 assumiu medidas de combate à crise económica com o objectivo de retirar da pobreza 20 milhões de pessoas.

A pobreza é um problema multidimensional, em que as pessoas e as famílias nessa condição combinam frequentemente problemas nos seus múltiplos domínios: baixo nível escolar, emprego precário, baixa qualificação, problemas de saúde, habitação degradada, dificuldade de acesso aos serviços, etc.

²⁷ DL 70/2010 de 16/06 e DL 133/2012 de 27/06.

²⁸ Farinha Rodrigues, 2015.

²⁹ In It Together: Why Less Inequality Benefits All, Overview of Inequality Trends, Key findings and Policy Directions, OECD (2015), OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264235120-en>

Rendimento e Condições de Vida ao Nível Nacional

A coberto do Dia Nacional da Erradicação da Pobreza, o INE publicou um documento intitulado “Rendimento e Condições de Vida”, 2015, alertando para que:

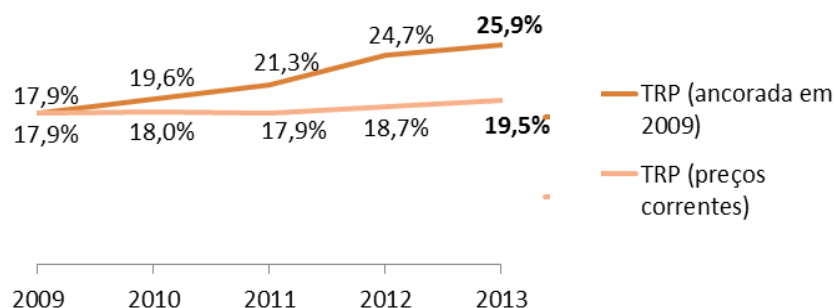
- a) As **crianças** são o grupo mais vulnerável, verificando-se a tendência para o risco de pobreza na população infantil ser superior ao da restante população;
- b) A pobreza na **população idosa**, que vinha a decrescer, inverteu esta tendência de acordo com os últimos dados disponíveis;
- b) A tendência de risco de pobreza mais elevado para as **mulheres** mantém-se;
- e) As **famílias numerosas e as monoparentais com um filho** constituem os agregados familiares mais vulneráveis;
- c) Mais de metade da população em risco de pobreza é **população activa**.

Mas são ainda de referir como grupos vulneráveis os imigrantes, as pessoas sem-abrigo, as pessoas com deficiência e quaisquer grupos minoritários, a que acrescem as condições de privação.

Taxa de Risco de Pobreza

Entende-se como “Taxa de Risco de Pobreza” a proporção da população cujo rendimento equivalente³⁰ se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente³¹, o que, em 2014, significava o número de pessoas com rendimentos líquidos abaixo dos 5 059 euros anuais, ou seja, cerca de 422 euros por mês.

Taxa de Risco de Pobreza considerando a linha de pobreza a preços correntes e ancorada em 2009, (%), Portugal, 2010-2014



Fonte: Eu-SILC- Rendimento e Condições de Vida, 2015

O aumento da Taxa de Risco de Pobreza

Entre 2009 e 2013, em Portugal, assistiu-se ao aumento de 17,9% para 19,5% da Taxa de Risco de Pobreza, o valor mais elevado deste período, valor que se manteve em 2014, segundo a última publicação de Rendimento e Condições de Vida de 2015 (dados provisórios).

Desta percentagem, uma em cada cinco pessoas (20,4%) esteve em situação de pobreza em pelo menos dois dos três anos anteriores.

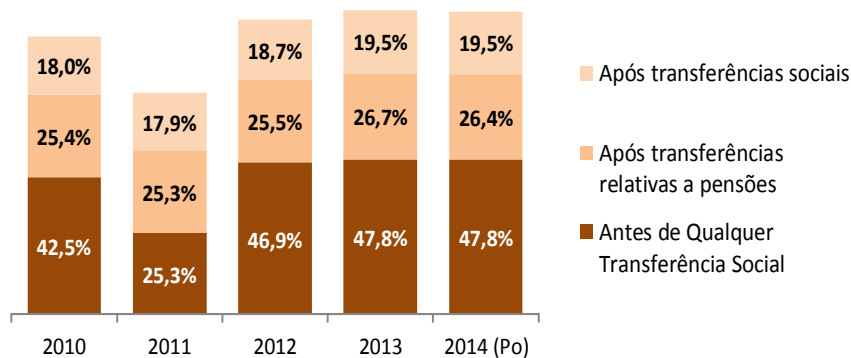
³⁰ O rendimento equivalente corresponde ao rendimento que cada pessoa teria se todas as famílias tivessem a mesma composição, isto é, se todos vivessem com o mesmo número de adultos e de crianças. É obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão.

³¹ “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. O rendimento equivalente é atribuído a cada membro do agregado. (metainformação – INE).

Em 2014³², se excluíssemos a transferência das prestações sociais, 47,8% da população em Portugal estaria em risco de pobreza.

Para o mesmo ano, os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência reduzem em 21,4 p.p. o risco de pobreza (26,4%).

Taxa de Risco de Pobreza antes e após transferências sociais (%), 2010-2014, Portugal



(Po) valor provisório

Fonte: Eu-SILC- Rendimento e Condições de Vida, 2015

Quanto mais baixos são os rendimentos das pessoas abaixo da linha de pobreza, mais alta é a taxa de intensidade de pobreza. Esta taxa cresceu entre 2011 e 2013, até atingir 30,3%, e, embora em 2014 tenha decrescido ligeiramente (29,0%), nestes quatro anos registou-se um crescimento de 5 p.p..

Rendimento e condições de vida na cidade de Lisboa

Em 2014, o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (EAPN Portugal – Rede Europeia Anti Pobreza), com o objectivo de aferir preventivamente os níveis de vulnerabilidade das condições de vida dos residentes na cidade de Lisboa, desenvolveu um novo índice sintético, designado por Índice de Precariedade Social na Cidade de Lisboa.

Este índice construído a partir de 17 indicadores³³ agrupados em 4 categorias: Trabalho e Remuneração, Acesso a Bens e Serviços, Apoio Social de Emergência, Educação, permite constatar que entre 2008 e 2013, as condições de vida dos residentes em Lisboa se agravaram na ordem de 38,6%.

O Índice de Precariedade Social na Cidade de Lisboa

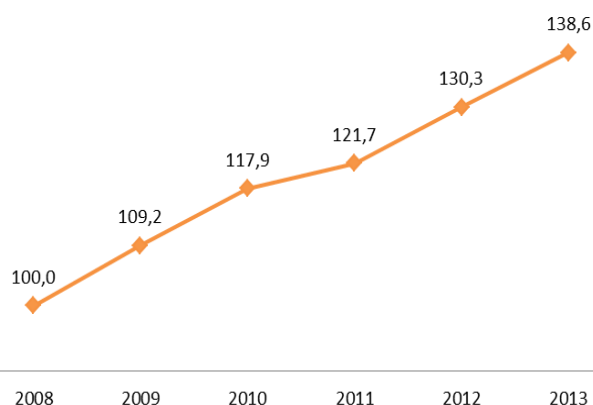
Em 2014, o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (EAPN Portugal – Rede Europeia Anti Pobreza) levou a cabo uma fase de teste e experimentação de um novo índice sintético, designado por Índice de Precariedade Social na Cidade de Lisboa.

De acordo com este índice, entre 2008 e 2013, as condições de vida dos residentes em Lisboa agravaram-se na ordem de 38,6%.

³² Dados provisórios.

³³ **Trabalho e Remuneração** (Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, Desempregados inscritos nos centros de emprego com <25 anos, Desempregados inscritos nos centros de emprego com 25-34 anos, Desempregados inscritos nos centros de emprego com 35-54 anos, Desempregados inscritos nos centros de emprego com 55 e + anos) / **Acesso a Bens e Serviços** (Consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico (kWh), Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante, Cortes de água efectuados, Passageiros do metro de Lisboa com passe social) / **Apoio Social de Emergência** (n.º de atendimentos de famílias e pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa, Atendimento Social de Emergência (SCML), n.º de beneficiários com cartão de saúde da SCML, n.º de pessoas apoiadas pelos serviços sociais da AMI) / **Educação** (Crianças inscritas na educação pré-escolar com apoio social escolar, Alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico com apoio social escolar, Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Taxa de retenção e desistência no ensino secundário).

Índice de Precariedade Social, Lisboa, 2008-2013 (ano base 2008 = 100)



Fonte: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Indicadores de Alerta

Entretanto, o Referencial Estratégico para monitorização do desenvolvimento social de Lisboa, coordenado igualmente pela EAPN, através do Observatório de Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa, é um instrumento de suporte à visão do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), que visa principalmente a análise da coesão social na cidade, e que se pretende em constante actualização.

Esta monitorização da cidade é realizada através dos domínios chave: Rendimento e Meios de Vida; Mercado de Trabalho; Educação; Habitação e Demografia³⁴, tendo igualmente o ano de 2008 (2008=100) como base para os vários índices de cada domínio.

Rendimento e Meios de Vida

Ganho médio mensal (preços de 2010) (€), Portugal, AML e Lisboa, 2008-2012

Ano	Portugal	variação (%)	AML	variação (%)	Lisboa	variação (%)
2008	1014	-	1299	-	1504	-
2009	1049	3,5	1331	2,5	1530	1,7
2010	1075	2,5	1365	2,6	1575	2,9
2011	1046	-2,7	1326	-2,9	1521	-3,4
2012	1028	-1,7	1308	-1,4	1493	-1,8

Fonte: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Referencial Estratégico, Relatório Anual 2015

³⁴ **Rendimentos e Meios de Vida** (Ganho médio mensal, IpC . poder de compra concelhio; Indicador de poder de comprar per capita, Subsídios de desemprego – valor processado, Rendimento social de inserção – beneficiários, Abono de Família – Beneficiários, Abono de Família – Valor processado, Complemento Solidário de Idosos, Venda de automóveis ligeiros, Famílias sobre endividadas (DECO) / **Mercado de Trabalho** (Taxa de actividade, Taxa de emprego, Taxa de desemprego, Estabelecimentos, Pessoal ao serviço dos estabelecimentos, Desempregados inscritos, Despedimentos colectivos / **Educação** (Taxa bruta de escolarização no ensino básico, Taxa bruta de escolarização no ensino secundário, Taxa de retenção e desistência ensino básico, Taxa de retenção e desistência ensino secundário, Taxa de analfabetismo, Taxa de abandono escolar, Escolaridade da população residente, Crianças na educação pré-escolar com apoio social escolar, Alunos 1.º ciclo básico, com apoio social escolar) / **Habitação** (Pedidos de habitação municipal, Cortes de água efectuados - Avisos emitidos, Consumo de gás butano, Consumo energia eléctrica consumidor doméstico, despesa anual média por agregado (% habitação), Escalão do valor da renda dos alojamentos clássicos) / **Demografia** (População residente, Proporção da população em idade ativa, Índice de dependência de idosos, Índice de envelhecimento, Índice dependência jovens, Índice longevidade, Índice renovação).

A evolução do ganho médio mensal (a preços de 2010) era no País, na Região de Lisboa e na cidade, ainda positiva entre 2008 e 2010, mas a partir de 2010 verifica-se uma queda progressiva.

Também a evolução do ganho médio mensal se manteve positiva entre 2008 e 2010, tendo o Indicador per capita de poder de compra (IpC)³⁵ vindo a decrescer desde 2007.

IpC – Indicador *per capita* de poder de compra, Portugal, AML e Lisboa, 2007-2011

	Portugal	variação (%)	AML	variação (%)	Lisboa	variação (%)
2007	136,85	-	147,87	-	235,74	-
2009	134,15	-1,97	145,25	-1,77	232,54	-1,36
2011	130,97	-2,37	142,41	-1,96	216,88	-6,73
2013	125,13	-4,46	-	-	207,91	-4,14
2007-2013	-11,72	-8,56	-	-	-27,83	-11,81

Fonte: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Referencial Estratégico, Relatório Anual 2015 / / Eu-SILC – Estudo sobre o poder de compra concelhio

Consumos Domésticos

Considerando o índice resultante da média aritmética simples, com base no ano 2008, das três variáveis: Consumo de gás butano (T), Consumo de energia eléctrica (KWh), Cortes de água efectuados após emissão de avisos de corte, verifica-se que até 2010 o índice evoluiu favoravelmente, relacionado com o consumo da energia eléctrica e a diminuição dos cortes da água, situação que se inverteu no ano seguinte. Em 2012 o índice voltou a apresentar valores positivos, principalmente pela diminuição dos cortes no abastecimento de água.

Números índice Habitação, Lisboa, (2008=100), 2008-2012

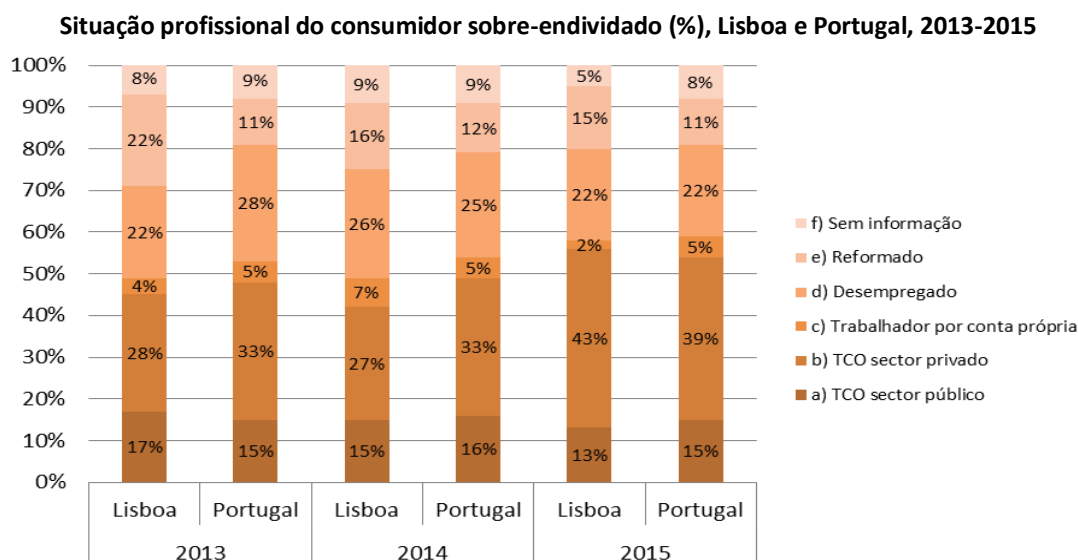
	Consumo de Gás Butano	Consumo de energia eléctrica por consumidor doméstico	Cortes água efectuados / N.º avisos corte emitidos	Média
2008	100,0	100,0	100,0	100,0
2009	100,5	109,0	119,2	109,6
2010	100,3	113,0	146,1	119,8
2011	86,3	106,4	102,1	98,3
2012	91,2	99,4	127,4	106,0

Fonte: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Referencial Estratégico, Relatório Anual 2015

³⁵ Indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões (PORDATA, Metainformação).

Sobre-endividamento em Lisboa

De acordo novamente com a informação do GAS/DECO³⁶, sobre as famílias que recorreram aos seus préstimos entre 2013 e 2015, o perfil do sobre-endividado em Lisboa é idêntico ao do país.



Fonte: DECO - Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado

Em Lisboa, tal como no resto do País, eram os trabalhadores do sector privado os mais endividados, constando-se um agravamento considerável no último ano, enquanto os trabalhadores por conta própria, tanto em Lisboa como no resto do País, apresentavam a taxa mais baixa.

Quanto ao número de filhos a cargo, eram os indivíduos sem filhos a cargo que apresentavam uma taxa de sobre-endividamento mais elevada, verificando-se entre 2013 e 2015 que a sua percentagem era cada vez maior.

Quanto ao Rendimento Mensal, em Lisboa eram os agregados familiares com rendimentos entre 500€ a 749€ os mais endividados, enquanto no País a maior proporção era de agregados com rendimentos inferiores a 500€.

Na estrutura das despesas, a maior parcela era destinada aos encargos com a habitação, quer em Lisboa, quer no País.

Apesar da relevância e gravidade da problemática da pobreza, esta não constitui uma proposta de Eixo Estrurante do futuro PDS 2016-2019, vindo a integrar-se transversalmente tanto nas temáticas dos segmentos mais vulneráveis da população, como as crianças ou os idosos, como nas questões do emprego ou na territorialização de medidas de correcção de assimetrias e de promoção da inclusão social.

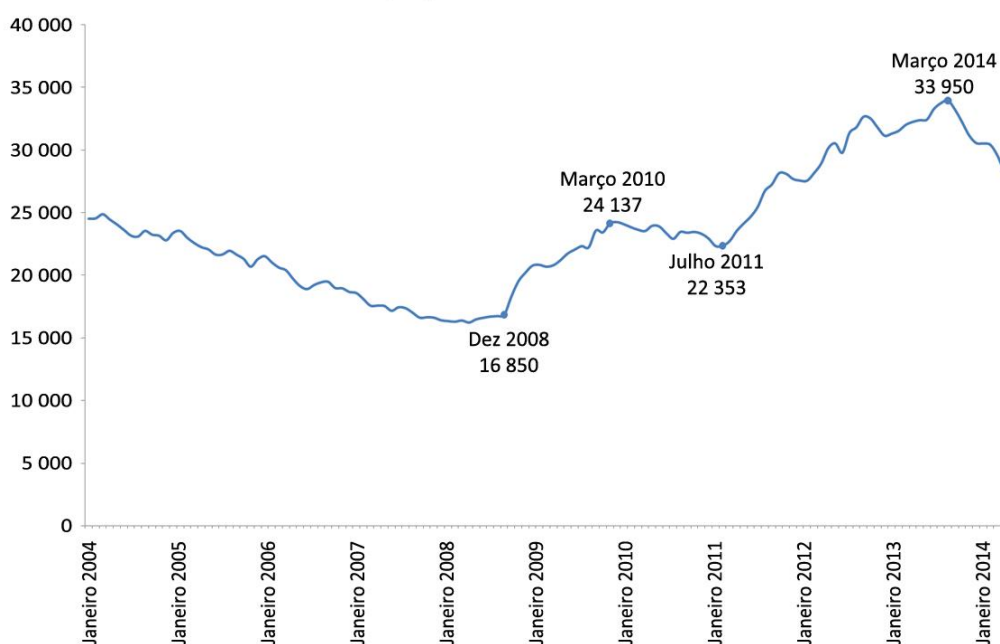
³⁶ Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO).

Desemprego

De Janeiro de 2004 a Dezembro de 2014, o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego da cidade de Lisboa evoluiu em três ciclos distintos:

1. **até Dezembro de 2008**, registou uma tendência de decréscimo, diminuindo em 30% em relação ao valor registado em Janeiro de 2004, a uma taxa média de -0,6% ao mês, ao longo desses 5 anos;
2. **entre Dezembro de 2008 e Março de 2014**, o desemprego registou uma tendência de subida acentuada, mais do que duplicando nesses 5 anos e 3 meses, a uma taxa média de 1,1% ao mês.
3. **a partir de Março de 2014**, o desemprego voltou a registar uma tendência decrescente, diminuindo 20% até Dezembro de 2014 a uma taxa média de -2,4% ao mês.

Desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (nº), Lisboa, 2004-2014

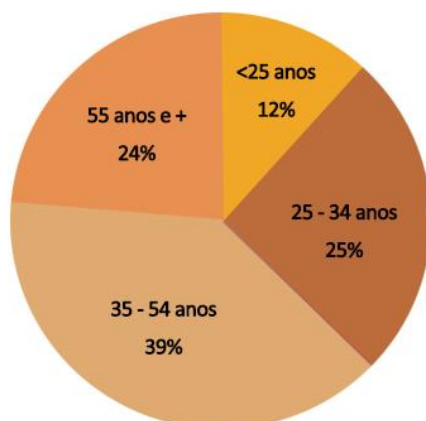


Fonte; IEFP, Desemprego Registado por Concelhos, Estatísticas Mensais (Janeiro 2004 a Dezembro 2014)

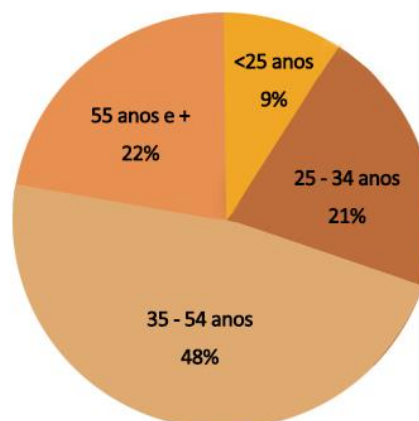
O peso de desempregados de longa duração tem vindo a crescer, enquanto o fluxo de inscrições tem apresentado uma tendência de alguma permanência, no período mais recente, dando sinais de que a permanência em situação de desemprego pode assumir um papel mais relevante em relação aos fluxos de entrada

Em termos etários registou-se uma redução do peso dos desempregados com menos de 25 anos até 2014 (de 12,5% em Dezembro de 2004 para 9% em Dezembro de 2014), e um novo acréscimo, nos anos mais recentes, do peso dos desempregados com mais de 55 anos (sendo 22,3% em Dezembro de 2014, após se ter registado um valor abaixo dos 17% no início de 2013), reaproximando-se do valor que estes representavam 10 anos antes (24,1% em Dezembro de 2004).

Desempregados inscritos nos Centros de Emprego por grupo etário (%), Lisboa, Dezembro de 2004



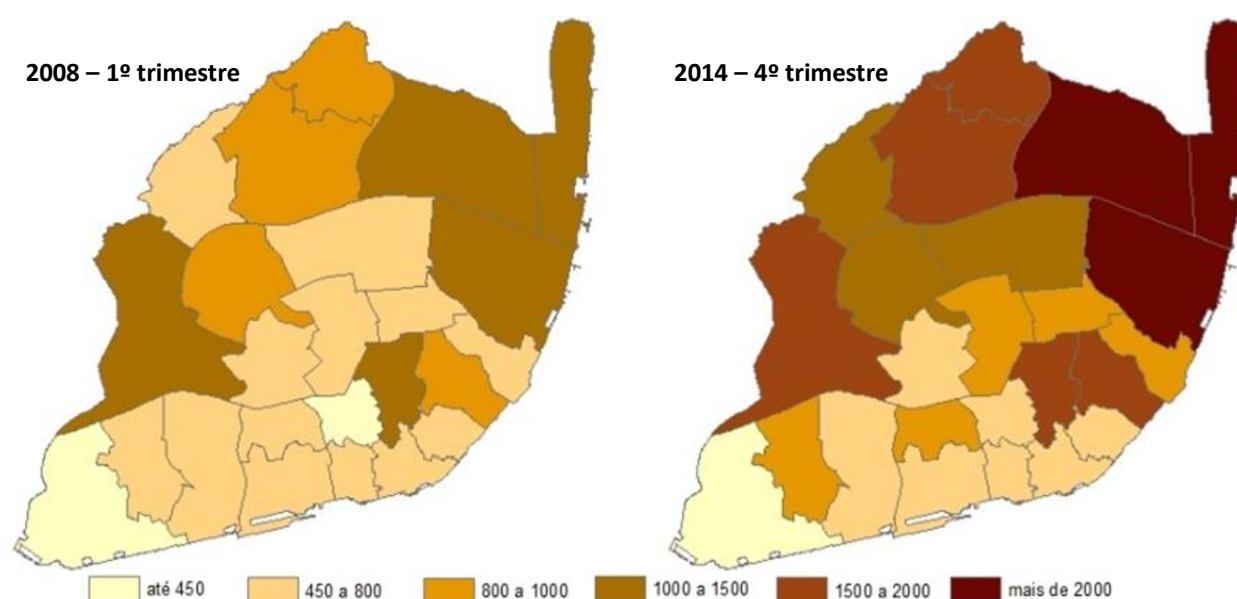
Desempregados inscritos nos Centros de Emprego por grupo etário (%), Lisboa, Dezembro de 2014



Fonte; IEFP, Desemprego Registado por Concelhos, Estatísticas Mensais

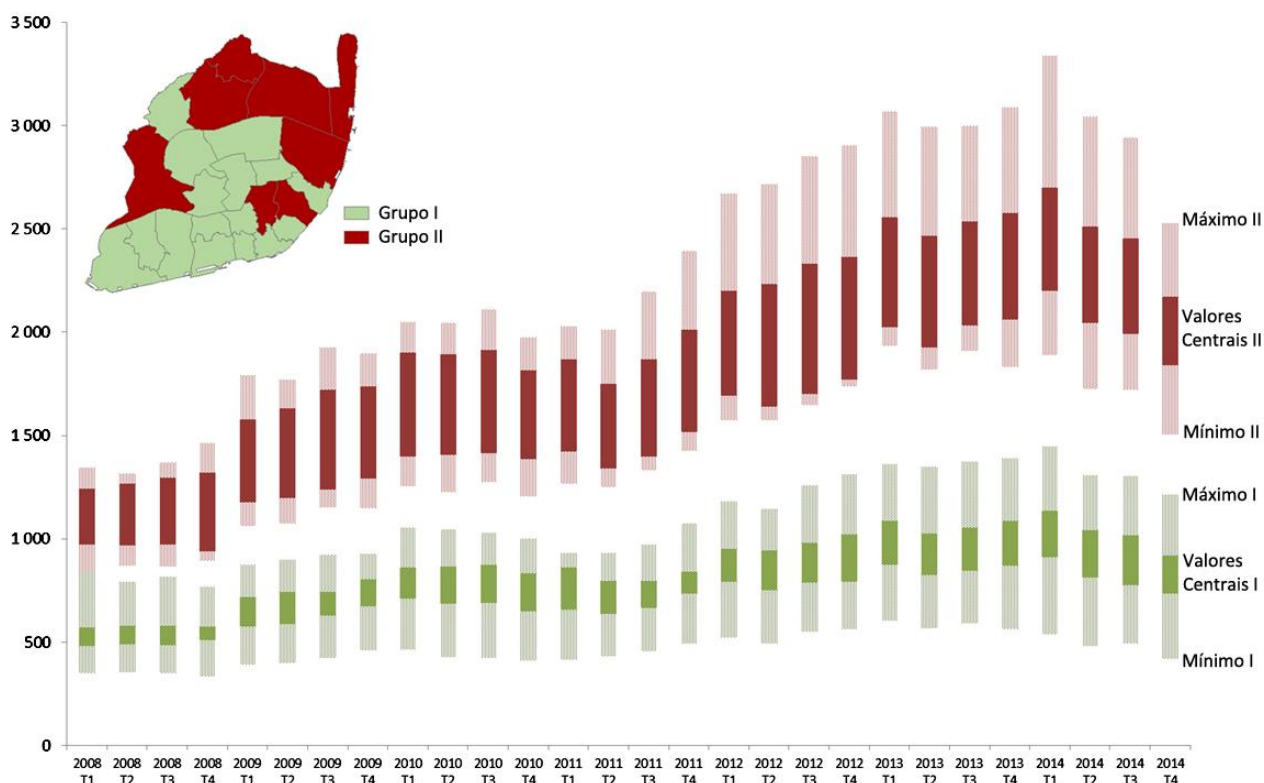
O desemprego distribuía-se de modo diferenciado dentro da cidade de Lisboa. Verifica-se que este indicador se manteve comparativamente mais elevado nas freguesias de Marvila, Olivais, Arroios, Benfica, Lumiar, Santa Clara e Penha de França.

Desempregados registados nos Centros de Emprego por freguesia (nº), Lisboa, 2008 – 2014



NOTA: Por impossibilidade de desagregação da informação anterior a 2013, as freguesias de Olivais e Parque das Nações surgem como uma só.
Fonte: Dados trabalhados a partir da informação disponibilizada pelo Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa.

Desempregados registados nos Centros de Emprego por grupos de freguesias (nº), Lisboa, 2008 – 2014



NOTA: Por impossibilidade de desagregação da informação anterior a 2013, as freguesias de Olivais e Parque das Nações surgem como uma só.

Fonte: Dados trabalhados a partir da informação disponibilizada pelo Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa.

Uma análise mais fina, em termos territoriais, dos dados de desemprego só é viável, recorrendo aos dados censitários.

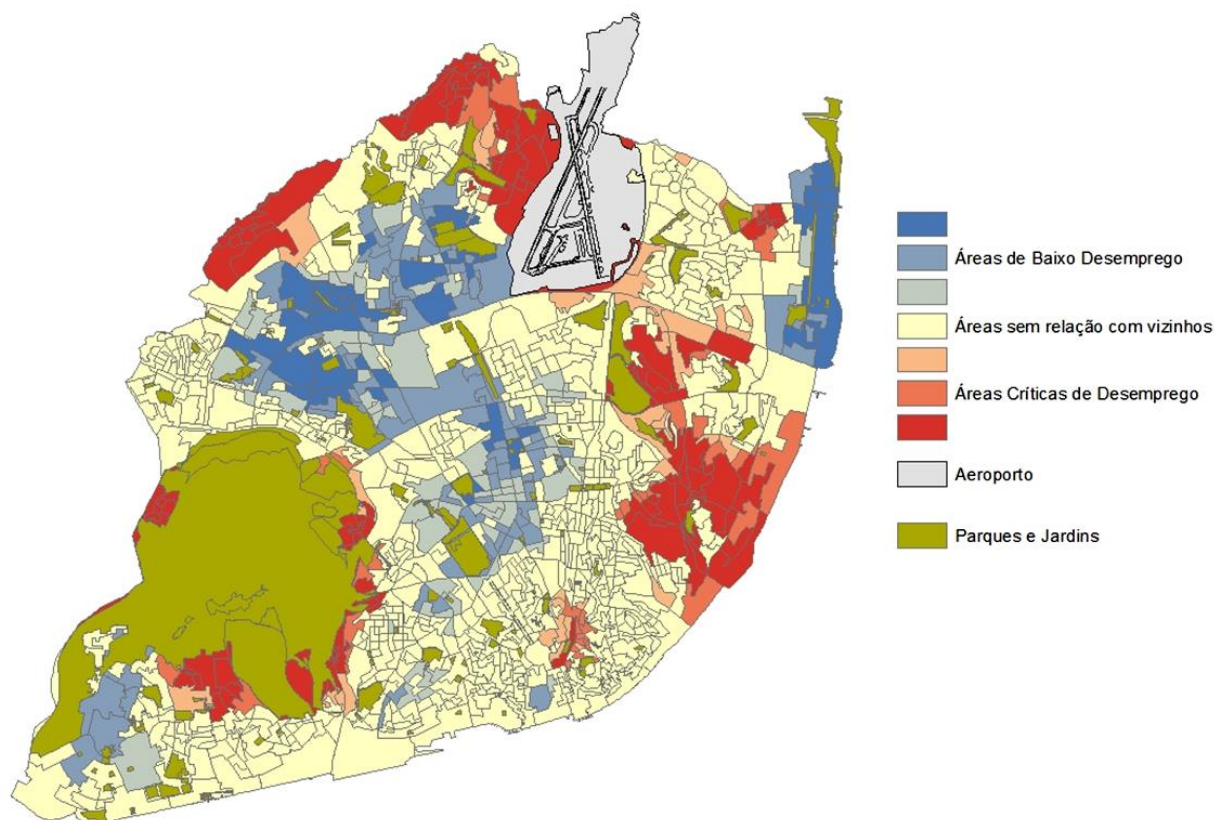
De assinalar contudo, que nesse contexto, a definição de desemprego é diferente, não sendo possível efectuar comparações directas com os dados apresentados anteriormente.

Pelo estudo dos dados censitários é possível então analisar de que forma os valores de desemprego registados num dado ponto do território³⁷ se relacionam com os valores registados nos territórios vizinhos.

É assim possível delimitar Áreas Críticas de Desemprego, que reúnem os espaços em que o desemprego é elevado, sendo também elevado nos seus espaços vizinhos, e, em contraponto, Áreas de Baixo Desemprego, que, por analogia, reúnem os espaços em que o desemprego é comparativamente mais baixo, sendo também baixo nos seus espaços vizinhos.

³⁷ Nesta reflexão analisaram-se os dados à secção estatística.

Nível de desemprego por Secção Estatística, Censos 2011, Lisboa, 2011



Fonte: CML/DMEI/DEP, dados trabalhados a partir da informação disponibilizada pelo INE, Censos 2011.

Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

Enquadramento e Caracterização

Na cidade de Lisboa, embora não exista um levantamento que contemple todas as situações referenciadas no conceito adoptado pela FEANTSA³⁸, no ano de 2010 foi realizada, no âmbito da Plataforma para a Pessoa Sem-abrigo, a monitorização desta população, tendo como base os dados de todas as equipas técnicas de rua. Deste levantamento foi possível apurar que de forma permanente “em rua”, se encontravam cerca de 600 pessoas.

Mais recentemente, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa realizou duas operações de contagem de pessoas sem-abrigo³⁹, em que considerou todos os indivíduos que diziam ir pernoitar na rua ou em espaços abertos e os que dormiam em centros de acolhimento, tendo contabilizado:

- Em 2013 - 852 pessoas das quais 509 a dormir na rua e 343 em centros de alojamento
- Em 2015 - 818 pessoas das quais 431 contadas na rua e 387 a dormir em centros de alojamento.

³⁸ European Federation of National Organisations working with the Homeless, cuja definição de Pessoa Sem-Abrigo inclui quem não tem casa, quem não tem onde dormir, quem vive em morada sem condições de habitabilidade.

³⁹ Em 12 de Dezembro de 2013 e 14 de Maio de 2015.

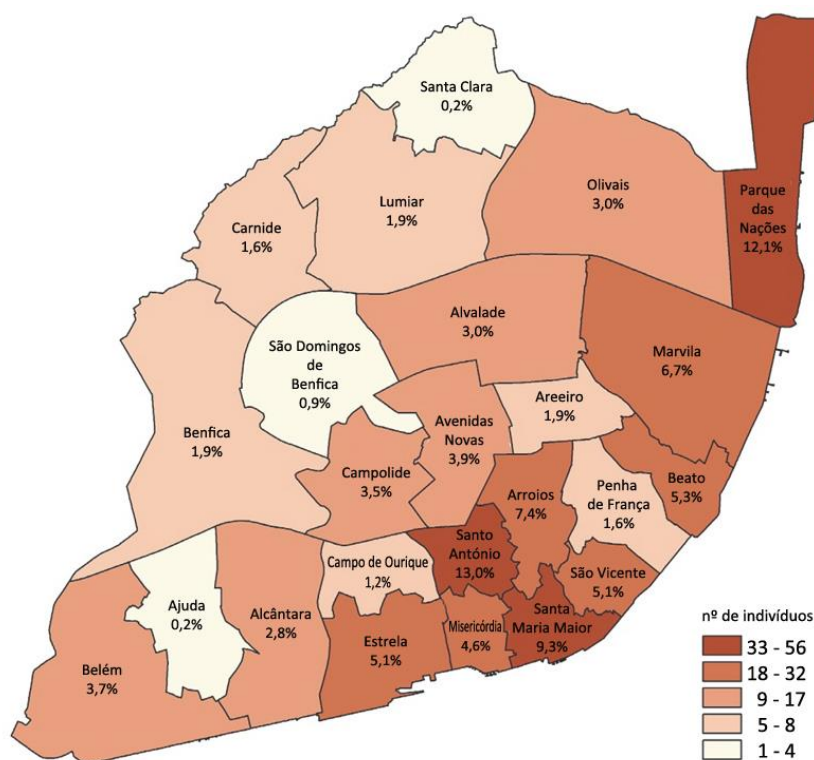
População Sem-Abrigo em 14 de Maio de 2015 por freguesia (nº) (%), Lisboa

	nº	%
Santo António	56	13,0
Parque das Nações	52	12,1
Santa Maria Maior	40	9,3
Arroios	32	7,4
Marvila	29	6,7
Beato	23	5,3
Estrela	22	5,1
São Vicente	22	5,1
Misericórdia	20	4,6
Avenidas Novas	17	3,9
Belém	16	3,7
Campolide	15	3,5
Alvalade	13	3,0
Olivais	13	3,0
Alcântara	12	2,8
Areeiro	8	1,9
Benfica	8	1,9
Lumiar	8	1,9
Carnide	7	1,6
Penha de França	7	1,6
Campo de Ourique	5	1,2
São Domingos de Benfica	4	0,9
Ajuda	1	0,2
Santa Clara	1	0,2
Total	431	100,0

Fonte: Programa Intergerações | Intersituações, SCML, 2015

Verifica-se assim que a população sem-abrigo se concentrava na zona oriental da cidade, com maior incidência na freguesia de Parque das Nações, e na zona central mais antiga com predominância nas freguesias de Santo António e Santa Maria Maior.

População Sem-Abrigo a pernoitar na rua em 14 de Maio de 2015 por freguesia e por locais (nº) (%), Lisboa



Fonte: Programa Intergerações | Intersituações, SCML, 2015

Para além das pessoas sem-abrigo a pernoitar na rua, foram contabilizadas 387 pessoas em centros de acolhimento e abrigos nocturnos, destacando-se a Associação Vitae⁴⁰, que tinha acolhido o maior número de pessoas (210), seguido do centro gerido pelo Exército da Salvação (67 pessoas) e pelos estabelecimentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (56 pessoas).

População Sem-Abrigo a pernoitar em centros de acolhimento em 14 de Maio de 2015 (nº), Lisboa

Instituição de Acolhimento	nº
Associação Vitae	210
Exército de Salvação	67
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	56
Centro Pedro Arrupe – Serviço Jesuíta aos Refugiados	24
Albergue Nocturno da Graça (AMI)	23
Residência Orientar	7
Total	387

Comparando as contagens efectuadas em 2013 e 2015, verificam-se algumas alterações:

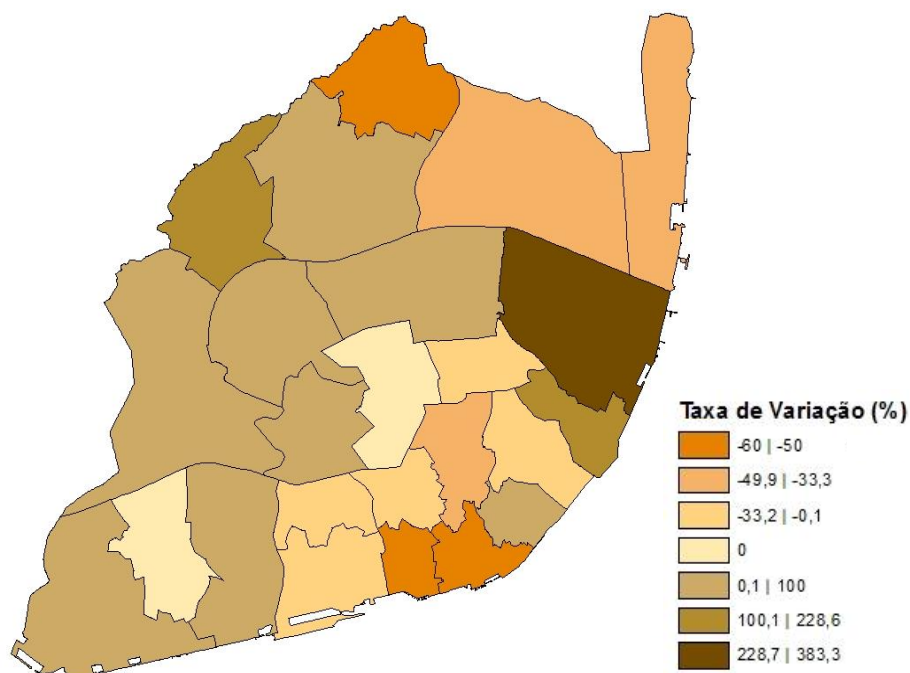
- **Diminuição de 852 para 818** no número de pessoas contadas globalmente, tendo o grupo das pessoas a dormir em centros de acolhimento aumentado de 343 para 387, e o grupo das pessoas a dormir na rua diminuído de 509 para 431;
- **Diminuição da intensidade de concentração** da população sem-abrigo em algumas freguesias, resultado de uma maior dispersão pela cidade;
- **Maior dispersão geográfica dentro de cada freguesia** das pessoas sem-abrigo a pernoitar na rua, resultando num maior número de locais identificados em 2015;
- **Diminuição do peso das freguesias de Santo António, Parque das Nações e Santa Maria Maior** de 46% em 2013 para 34% em 2015, embora se tenham mantido como as freguesias com mais pessoas a dormir na rua.

A distribuição geográfica da população sem-abrigo na cidade de Lisboa, identificada na contagem de 2015, revelava a permanência da zona oriental (em torno da Gare do Oriente), do centro histórico e da zona ribeirinha central, embora com menor intensidade do que em 2013.

Estes resultados traduzem a natureza dinâmica do fenómeno, que depende de factores diversos, desde a sazonalidade associada às condições meteorológicas, até à acessibilidade a recursos institucionais e às rotas de distribuição de alimentos por parte das instituições que actuam na cidade.

⁴⁰ A Vitae – Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional gere dois centros de acolhimento para as pessoas sem-abrigo e uma residência social.

Variação da População Sem-Abrigo por freguesia (nº) (%), Lisboa, 2013 e 2015



Fonte: Programa Intergerações | Intersituações, SCML, 2015

Perfil sociodemográfico e problemas de saúde

O perfil sociodemográfico da população sem-abrigo entrevistada (universo de 630 pessoas) era sobretudo masculina (88,6%), com idade entre os 35 e os 64 anos (68,1%), solteiros (48,3%) ou divorciados (14,3%), com nacionalidade portuguesa (56,5%), com uma escolaridade diversificada mas onde sobressaem os que terminaram o ensino secundário (20,0%) e os que terminaram o ensino primário (19,4%), sem meios de subsistência (27,9%) ou obtendo algum rendimento executando trabalhos irregulares/biscates (27,8%) ou através do Rendimento Social de Inserção (RSI) (13,5%).

Entre a população sem-abrigo que dorme na rua e que disse ter problemas de saúde, o tipo de problemas mais referido foram os problemas músculo-esqueléticos (30%), seguidos dos problemas respiratórios (20%), dos problemas cardiovasculares (16%) e dos problemas de tipo psicológico/psiquiátrico (15,5%).

De salientar ainda que 11,5% referiram doenças sexualmente transmissíveis (DST e HIV) e 9,5% afirmaram ter problemas de tipo neurológico, em que se incluía a epilepsia.

Problemas de saúde da População Sem-Abrigo (nº) (%), Lisboa, 2013

	nº	%
Problemas respiratórios	40	20,0
Infecções sexualmente transmissíveis	23	11,5
Problemas músculo-esqueléticos	60	30,0
Problemas cardiovasculares	32	16,0
Problemas psicológicos/psiquiátricos	31	15,5
Problemas neurológicos (incluindo epilepsia)	19	9,5
Problemas gastrointestinais	16	8,0
Diabetes	13	6,5
Outro	35	17,5

Nota: 200 respostas / a soma é superior a 200 e a 100%, pois tratou-se de pergunta de resposta múltipla.

Fonte: Programa Intergerações | Intersituações, SCML, 2015

NPISA, Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

Sinalizações

Com a entrada em funcionamento da Unidade de Atendimento para a Pessoa Sem-Abrigo (UAPSA) e a operacionalização do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), as sinalizações de toda a cidade de Lisboa, com excepção das efectuadas directamente para a sede da UAPSA, são geridas pelo Eixo do Planeamento do NPISA.

As sinalizações são encaminhadas pelos munícipes, empresas e outras entidades da sociedade civil, para um *e-mail* criado para o efeito⁴¹ e posteriormente triadas e distribuídas pelas 10 Equipas Técnicas de Rua (ETR) que trabalham na escala semanal do NPISA, deslocando-se ao local para avaliar a situação, para tentar contactar a pessoa sinalizada ou prestar o apoio psicossocial necessário e motivar para o encaminhamento para a UAPSA.

Com vista ao encaminhamento e acompanhamento adequado, na reunião semanal é avaliado o caso e identificada a problemática dominante, já que a vulnerabilidade social das pessoas é muitas vezes multi-problemática.

As problemáticas encontram-se divididas em:

- Empregabilidade
- Situações irregulares (no país);
- Saúde mental;
- Saúde física e idosos;
- Dependências e famílias.

Equipas Técnicas de Rua (ETR)

As ETR desenvolvem um trabalho especializado de intervenção psicossocial com a população em situação de sem-abrigo, deslocando-se à rua de forma a conceder apoio social e psicológico, estabelecendo-se uma relação de confiança, de modo a poder encaminhar e acompanhar estas pessoas de acordo com as dificuldades que apresentam.

Existem actualmente 3 ETR⁴², estando prevista no PMPSA a contratualização de 4 ETR com ampla cobertura territorial da cidade, como forma de manter a resposta de intervenção de proximidade, preferencialmente integradas na escala do NPISA.

⁴¹ sinalizacoes.npisa.lisboa@gmail.com

⁴² Da responsabilidade do Movimento ao Serviço da Vida (MSV), dos Médicos do Mundo e da Novos Rostos Novos Desafios, todas com apoio do Município.

Respostas Sociais para a Pessoa Sem-Abrigo

Na cidade de Lisboa existem vários tipos de respostas, como os Centros de Alojamento Temporário (CAT), Comunidades de Inserção com e sem alojamento, balneários e sanitários públicos e o Núcleo de Apoio Local (NAL) de Arroios.

Em Lisboa existem 2 Centros de Alojamento de Emergência (307 vagas), 8 Centros de Alojamento de Inserção (274 vagas), 5 respostas de Inserção diurnas (180 vagas) 1 Núcleo de Apoio Local (refeições para 50 pessoas), 12 cacifos solidários e 3 equipas de rua para cobertura de toda a cidade.

Respostas Sociais para a População Sem-Abrigo por tipologia e capacidade (nº), Lisboa, 2015

	capacidade
Centro de Alojamento de Emergência	
CAT Beato	271
CAT Mãe d'Água, SCML (CATMA)	36
Sub-total	307
Centro de Alojamento de Inserção	
CAT Graça ⁽¹⁾	75
CAT Xabregas ⁽⁴⁾	11
Housing First ⁽²⁾	50
É uma Casa, Mouraria Housing First ⁽²⁾	11
Loja da Solidariedade – Associação de Assistência São Paulo ⁽²⁾	20
Associação Albergues Nocturnos ⁽³⁾	55
Centro de Acolhimento Social dos Anjos, SCML	15
Centro Pedro Arrupe, Serviço Jesuíta aos Refugiados	25
Sub-total	274
Total	581
Respostas de Inserção Diurnas	
Orientar ⁽²⁾	30
Espaço Aberto ao Diálogo	50
Associação CAIS	50
Centro de Apoio Social de São Bento	50
Centros Porta Amiga, AMI (Olaias e Chelas)	N/D
Total	180
Outras Respostas	
Cacifos Solidários (Arroios) ⁽¹⁾	12
Núcleo de Apoio Local (NAL)	
NAL Arroios ⁽²⁾	50
Equipas Técnicas de Rua (ETR)	
Movimento ao Serviço da Vida (MSV) ⁽²⁾	
Médicos do Mundo ⁽²⁾	
Novos Rostos Novos Desafios ⁽²⁾	

(1) Iniciativa Municipal

(2) Com apoio do Município

(3) Parceiros

(4) Protocolo de Parceria CML

Fonte: Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo 2016/2018

Alojamento

Os Centros de Alojamento Temporário (CAT) são uma “Resposta Social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a Resposta Social mais adequada”.⁴³

Existem dois tipos de vagas de alojamento nos CAT, de emergência e temporário. Entende-se por alojamento de emergência aquele que decorre de um acontecimento súbito, por motivos ocasionais ou de risco social grave, em que a pessoa se encontra desprovida de meios para prover, de forma imediata, às suas necessidades básicas. O tempo considerado para uma vaga de emergência é de 72 horas.

Entende-se por alojamento temporário aquele que decorre de uma situação de carência habitacional ou risco social grave, em que a pessoa se encontra impossibilitada temporariamente de, por si própria, resolver a sua situação. Neste caso, a prioridade é a de estabelecer desde o início um plano individual, com base numa acção concertada com os recursos disponíveis na comunidade, sendo o tempo de permanência variável, de acordo com o regulamento interno de cada Instituição⁴⁴.

Na cidade de Lisboa existem 10 CAT num total de 600 camas. Destas, 18 são de emergência para o género masculino e 3 para o género feminino. Três dos equipamentos pertencem à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo os restantes geridos por instituições particulares, em que a CML financia três deles e/ou em que o espaço é propriedade municipal.

Comunidades de Inserção e Ateliers Ocupacionais

A Comunidade de Inserção é uma “Resposta Social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.”, enquanto o Atelier Ocupacional é definido como uma “Resposta Social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo e/ou em situação de exclusão social, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de actividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.”⁴⁵

Actualmente existem 7 equipamentos, que na totalidade dão resposta a cerca de 300 utentes, sendo 3 deles da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e 4 de associações particulares, em que a CML financia dois deles.

⁴³ *Resposta Sociais: Nomenclaturas e Conceitos. (Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, de 19 de Janeiro de 2006).*

⁴⁴ *Tempo médio de cerca de seis meses.*

⁴⁵ *Resposta Sociais: Nomenclaturas e Conceitos. (Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, de 19 de Janeiro de 2006).*

Observações e Metas para o Futuro

De acordo com os objectivos do PMPSA e do NPISA, são imperativas as seguintes metas para o futuro:

- Consolidar e alargar o trabalho em rede, potenciando a rede de parcerias com vista a uma melhor integração das Pessoas Sem-Abrigo;
- Manter actualizado o diagnóstico e a caracterização do fenómeno no território, procedendo à sua monitorização;
- Diminuir o número de pessoas em situação de sem abrigo na cidade de Lisboa.
- Criar, implementar e manter os Núcleos de Apoio Local;
- Criar novas respostas habitacionais e adequar as já existentes, que são insuficientes e não disponibilizam serviços especializados por tipos de população, quer do ponto de vista sociodemográfico e profissional, quer do ponto de vista das problemáticas;
- Reformular a rede municipal de balneários e sanitários públicos para responder à realidade actual, articulando-os com os NAL.

Violência Doméstica e de Género

Os dados mais recentes da Organização Mundial de Saúde (2013) revelam que, globalmente, 30% das mulheres, entre os 15 e os 69 anos, que têm ou já tiveram parceiro, já sofreram algum tipo de violência por parte deste. Tendo em conta apenas os países de mais elevado rendimento (conjunto de 23 países que não inclui Portugal), a prevalência desce para os 23% (OMS, 2013).

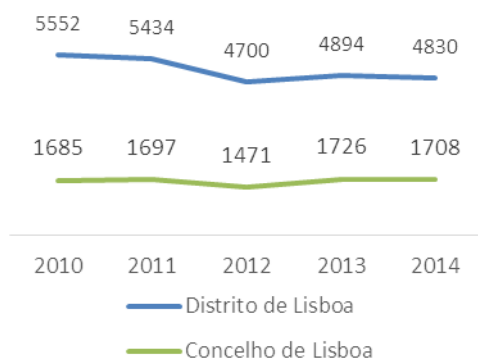
A violência contra as mulheres, doméstica e de género, constitui-se assim como um problema persistente, cujo combate e prevenção têm vindo a ganhar relevância num caminho para sociedades mais justas e igualitárias.

O mais recente estudo ao nível nacional de prevalência de violência de género (Lisboa *et al.*, 2009) revela que 38% das mulheres diz ter sido, em algum momento da sua vida, vítima de um acto de violência física, psicológica ou sexual. Observando apenas a violência ocorrida no ano anterior à realização do questionário, as mulheres que dizem ter sido vítimas de um acto de violência física, psicológica ou sexual representam 12,8%. Considerando apenas os actos criminalizáveis na legislação como violência doméstica, a prevalência de vítimas é de 6,4%.

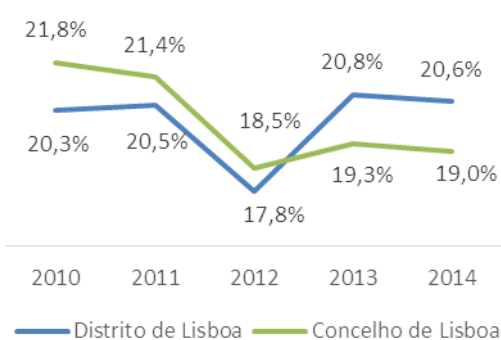
De forma a melhor compreender o fenómeno na cidade de Lisboa, o Grupo de Missão “Modelo de Intervenção Integrada para a área da Violência” do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015, efectuou um diagnóstico da situação na cidade, que assentou nos seguintes procedimentos metodológicos: recolha e análise de dados disponibilizados pelo conjunto dos parceiros, análise documental, aplicação de dois instrumentos de recolha de informação (problemáticas e funcionamento e articulação) e um grupo de discussão.

Entre 2010 e 2014, foram registadas pela Polícia de Segurança Pública (PSP), no concelho de Lisboa, um total de 8 287 participações.

Participações (nº), Distrito de Lisboa e Lisboa, 2010 a 2014



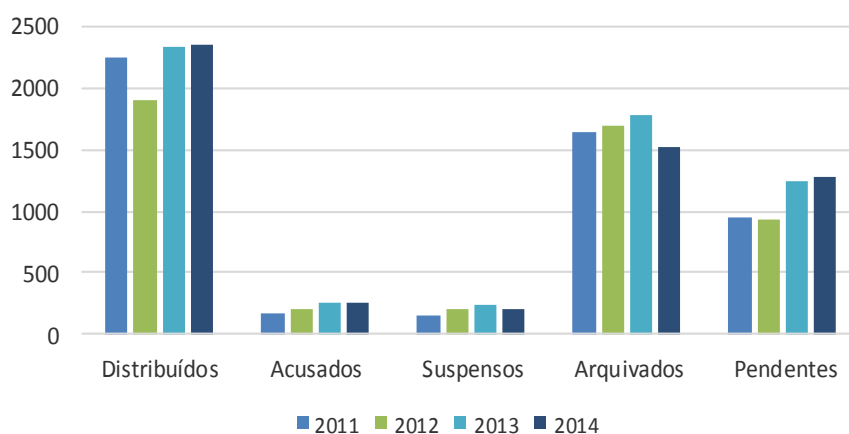
Participações (%), Distrito de Lisboa e Lisboa, 2010 a 2014



Fonte: Grupo Missão Para a Área da Violência Doméstica – Diagnóstico de Violência Doméstica na Cidade de Lisboa 2015

Relativamente ao período de 2011 a 2014, o número de Inquéritos do Ministério Público/DIAP, distribuídos em Lisboa, registou um ligeiro aumento, tendo sido o ano de 2014 aquele em que foi distribuído o maior número (2 360), o que se traduziu num aumento de processos de acusação (252).

Número de Inquéritos Instaurados pelo Ministério Público/DIAP, Lisboa, 2011 a 2014



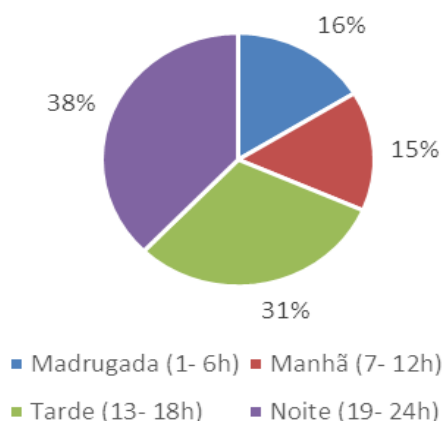
Fonte: Grupo Missão Para a Área da Violência Doméstica – Diagnóstico de Violência Doméstica na Cidade de Lisboa 2015

No período compreendido entre 1 de Janeiro de 2010 e 29 de Setembro de 2015, foram realizados 12 inquéritos de Homicídio no contexto dos crimes de Violência Doméstica, verificando-se que a grande maioria das Tentativas de Homicídio ocorreram em relações de intimidade, como é o caso de relações conjugais e de uniões de facto.

Os incidentes de violência doméstica registam-se expressivamente nos períodos da noite, fora do horário de funcionamento dos serviços de apoio especializado às vítimas; em 2014, 54% ocorreram no período entre as 19h e as 6h da manhã do dia seguinte (38% entre as 19h e as 24h e 16% entre a 1h e as 6h da manhã).

Os horários de funcionamento dos serviços de apoio especializado a vítimas, especialmente os recursos de emergência e intervenção na crise, terão de merecer um reajuste e serem reforçados, no sentido de garantir uma resposta mais adequada às necessidades das vítimas.

Período do dia no qual se registaram ocorrências (%), Lisboa, 2014

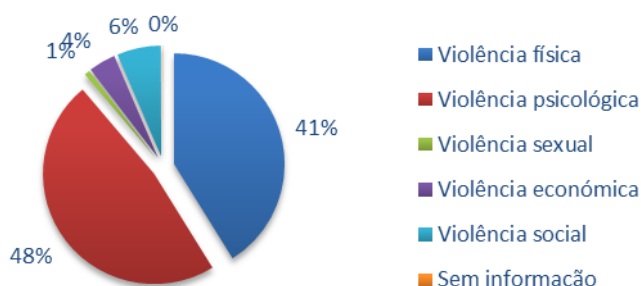


Período do dia no qual se registaram incidentes de violência doméstica

54% das ocorrências verificam-se entre as 19h e as 6h da manhã, fora do horário de funcionamento dos serviços de apoio especializado às vítimas.

Relativamente à caracterização do tipo de Violência, no total de ocorrências registadas entre 2010 e 2014 pela PSP (8 287), a violência psicológica foi a mais reportada (6 580 participações, correspondendo a 48%), seguida da violência física, (5 688 participações, 41%).

Tipologia de vitimação (%), Lisboa, 2010 a 2014

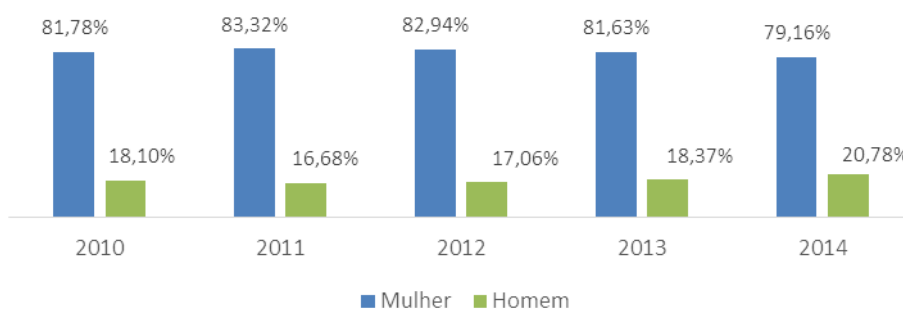


Violência psicológica e violência física

A violência psicológica foi a mais reportada (6 580 participações), correspondendo a 48%, seguida da violência física, identificada em 5 688 participações (41%).

Em qualquer dos anos, de 2010 a 2014, as vítimas de violência doméstica foram maioritariamente do sexo feminino; no total das 8 287 vítimas, 6 773 eram mulheres (81,73%) e 1 511 eram homens (18,23%).

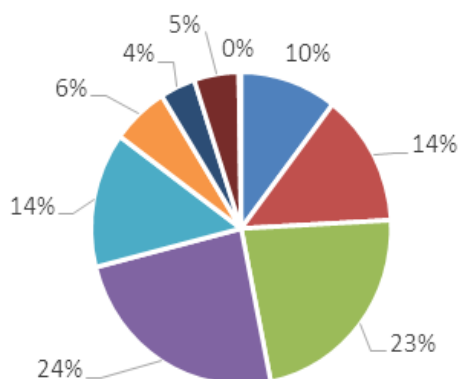
Vítimas por sexo (%), Lisboa, 2010 a 2014



Fonte: Grupo de Missão Para a Área da Violência Doméstica – Diagnóstico de Violência Doméstica na Cidade de Lisboa, 2015

Relativamente à idade das vítimas, verifica-se que a violência ocorre em todo o ciclo de vida, encontrando-se a maior percentagem de vítimas (47%) na faixa etária entre os 25 e os 44 anos (3 885 vítimas), sendo 2 005 vítimas (24%) entre os 25 e os 34 anos, e 1 880 vítimas (23%) entre os 35 e os 44 anos de idade. Em 10% (864) das participações, as vítimas tinham idade inferior a 18 anos.

Vítimas por idade (%), Lisboa, 2010 a 2014



Fonte: Grupo Missão Para a Área da Violência Doméstica – Diagnóstico de Violência Doméstica na Cidade de Lisboa 2015

Constrangimentos operacionais das entidades

Constata-se uma insuficiente articulação e comunicação entre as várias entidades e de procedimentos internos protocolados. Em relação às lacunas identificadas, propõe-se reformulação e/ou criação de respostas, de forma a permitir estruturar no terreno uma rede de respostas e serviços com uma estratégia coerente e concertada.

No que se refere à relação entre vítimas e agressores, a maior incidência da vitimação ocorreu nas relações de conjugalidade presente ou passada, tendo-se verificado que entre 2010 e 2014, no total das participações, 74,15% se registaram entre cônjuges e ex-cônjuges.

Em 30% dos agregados em que ocorreu uma participação por violência doméstica (2 478), verificava-se a presença de crianças. A forma de violência a que estas crianças estão expostas é considerada severa, atendendo a que, na violência a que assistem, esta é exercida por pessoas da sua esfera de confiança, na maioria das vezes pai e mãe, pessoas de quem dependem e de quem esperam protecção e segurança.

Em 2014, do conjunto de sinalizações efectuadas às 4 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lisboa, 4 297 crianças (21%) estavam expostas “a comportamentos que comprometem o seu bem-estar por situações de violência doméstica” ou eram “crianças vítimas de violência/ofensa física em contexto de violência doméstica”.

Para além da análise dos dados, foi efectuada uma reflexão aprofundada sobre os constrangimentos e potencialidades operacionais das entidades no apoio às vítimas de violência doméstica, bem como conhecido o seu funcionamento e a articulação inter-institucional na solução de situações concretas, tendo sido confirmada a insuficiente articulação e comunicação entre as várias entidades, reflectida nos procedimentos internos protocolados.

Em Dezembro de 2015, o Grupo de Missão apresentou um diagnóstico quantitativo e qualitativo, bem como um conjunto de propostas que visam melhorar a intervenção, pela reformulação e/ou criação de respostas para as lacunas identificadas, de forma a permitir estruturar no terreno uma rede de respostas e serviços com uma estratégia coerente e concertada.

Deficiência e Reabilitação

As políticas sociais e económicas que têm sido preconizadas ao longo dos tempos estão directamente relacionadas com os modelos de abordagem da deficiência e incapacidade, cuja evolução tem contribuído, de forma decisiva, para que as políticas levadas a cabo sejam actualmente mais integrativas e promotoras dos direitos e qualidade de vida da pessoa com deficiência.

A Estratégia Europeia para a Deficiência (2010-2020) é o Instrumento Europeu Orientador, em vigor, que prossegue o objectivo de capacitar as pessoas com deficiência para que possam usufruir de todos os seus direitos e beneficiar plenamente da sua participação na sociedade e na economia, colocando ênfase na eliminação das barreiras que se colocam às pessoas com deficiência, designadamente:

- **Acessibilidade:** garantir às pessoas com deficiência a acessibilidade a bens e serviços, incluindo os serviços públicos e a dispositivos de assistência;
- **Participação:** concretizar a plena participação das pessoas com deficiência mediante o garante das condições para que possam usufruir de todas as vantagens ligadas à cidadania da U.E, à eliminação das barreiras administrativas e comportamentais e à disponibilização de serviços de proximidade eficientes;
- **Igualdade:** erradicar a discriminação em razão da deficiência;
- **Emprego:** capacitar as pessoas com deficiência para que possam garantir a sua subsistência com uma actividade profissional;
- **Educação e formação:** promover a inclusão no ensino e na aprendizagem ao longo da vida para os alunos com deficiência;
- **Protecção social:** garantir condições de vida dignas às pessoas com deficiência;
- **Saúde:** favorecer a igualdade de acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde;
- **Acção externa:** promover o direito das pessoas com deficiência no quadro da acção externa da União Europeia.

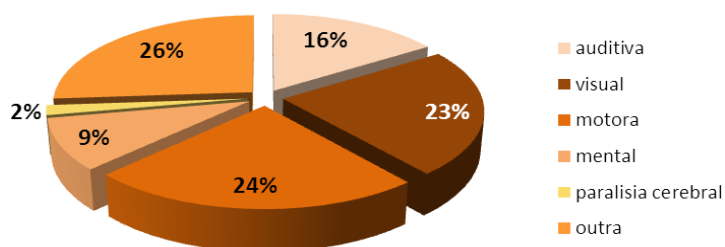
Em Portugal não existem actualmente estatísticas específicas sobre o tema da deficiência, nomeadamente o total de pessoas por tipo de incapacidade e respectivo grau, lacuna que é urgente colmatar, de modo a conhecer-se com profundidade este universo e a dimensão dos problemas inerentes a este tipo de população.

Em 2001, através dos Censos, foram recolhidas algumas informações, permitindo conhecer o total de indivíduos com deficiência, a sua caracterização nomeadamente por sexo, grupo etário, grau de deficiência ou nível de escolaridade.

Ainda que sejam dados com cerca de 15 anos, pode verificar-se que em Lisboa, segundo os Censos de 2001, existiam 43 453 indivíduos com deficiência (7,7%), dos quais 5 329 (12,3%) com um grau de deficiência atribuído superior a 80%.

Considerando os 6 tipos de deficiência, a maior incidência ocorria na deficiência motora (24%), seguida da deficiência visual (23%), representando o grupo das deficiências não especificadas 26%. A paralisia cerebral apresentava uma incidência de apenas 2%.

População Residente com deficiência segundo o tipo de deficiência (%), Lisboa, 2001

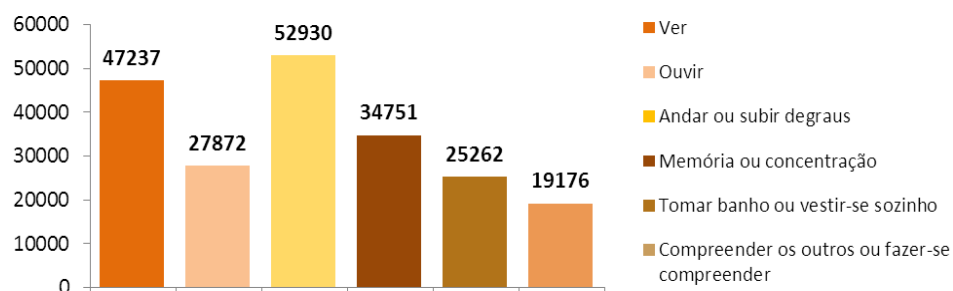


Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Contudo nos Censos de 2011, o tipo de informação anteriormente recolhida foi abandonado, tendo a informação sido substituída pela dificuldade ou incapacidade total para:

- Ver
- Andar ou subir degraus
- Tomar banho e vestir-se
- Ouvir
- Memorizar ou concentrar-se
- Compreender e fazer-se compreender

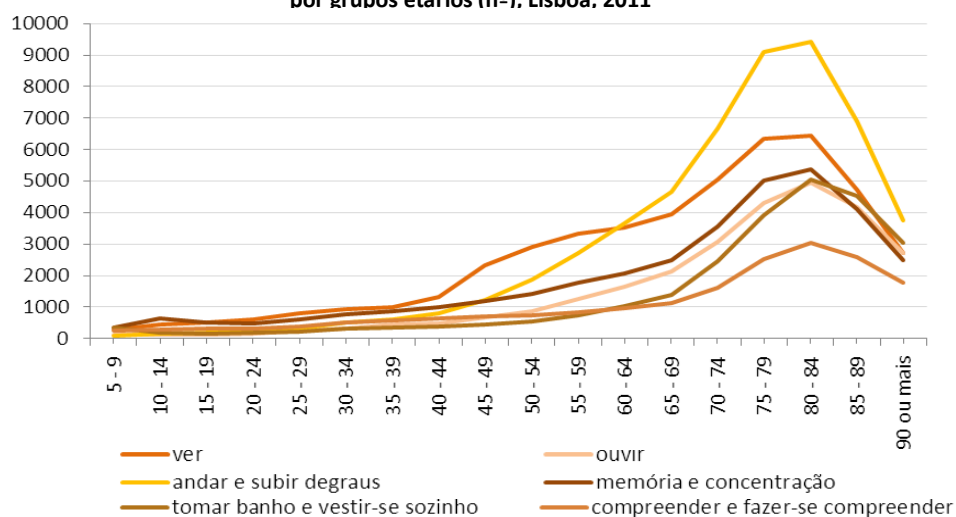
População com muita dificuldade e com incapacidade total para efectuar as seguintes acções (nº), Lisboa, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Em Lisboa é possível afirmar que cerca de 53 000 residentes tinham muita dificuldade ou não conseguiam de todo andar ou subir degraus e cerca de 47 000 tinham muita dificuldade ou não conseguiam ver.

População com muita dificuldade e com incapacidade total para efectuar as seguintes acções por grupos etários (nº), Lisboa, 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011

Pode concluir-se que prevaleciam três tipos de dificuldades:

- Dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho
- Dificuldade em ouvir
- Dificuldade em andar ou subir degraus

Crianças e Jovens com Deficiência

As crianças e jovens com deficiência em idade escolar (dos 6 aos 18 anos) podem frequentar, desde que existam os apoios adequados, quer estabelecimentos públicos de ensino regular, quer Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que desenvolvem respostas educativas, ou ainda estabelecimentos de Ensino Particular (Estabelecimentos de Ensino Especial), ao abrigo da gratuidade do ensino, consoante as suas necessidades específicas e as ofertas educativas existentes.

Alunos a frequentar Instituições de Ensino Especial por grupo etário (nº), Lisboa, 2011 a 2015

	2011			2012			2013			2014			2015		
	6-9	10-14	15-19	6-9	10-14	15-19	6-9	10-14	15-19	6-9	10-14	15-19	6-9	10-14	15-19
Ensino particular	30	225	276	37	232	250	24	181	315	36	223	191	21	170	265
IPSS	6	46	26	4	47	22	4	38	30	5	38	19	5	23	31
Rede pública	618	1340	733	618	1340	733	689	1506	770	511	1461	1061	582	1615	1911
Total	654	1611	1035	659	1619	1005	717	1725	1115	552	1722	1271	608	1808	2207

Nota: Na rede pública regular, a DGEEstE não possui dados disponíveis relativos ao ano de 2012 pelo que se consideraram os de 2011

Fonte: DGEEstE

O número de alunos a frequentar instituições de ensino especial em Lisboa aumentou entre 2011 e 2015, tendo vindo a aumentar a oferta educativa para crianças com necessidades educativas especiais na rede pública. Em 2015, o total de crianças e jovens com deficiência, no sistema escolar, foi de 4 623.

Prestações Sociais

O Sistema de Segurança Social⁴⁶ tem como objectivos prioritários garantir a concretização do direito de todos à segurança social, promover a melhoria de uma forma sustentada dos níveis de protecção social e o reforço da respectiva equidade, bem como a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

Orienta-se, entre outros, pelos princípios gerais de universalidade, igualdade, solidariedade, diferenciação positiva, equidade social e inserção social, assegurando os direitos básicos dos cidadãos.

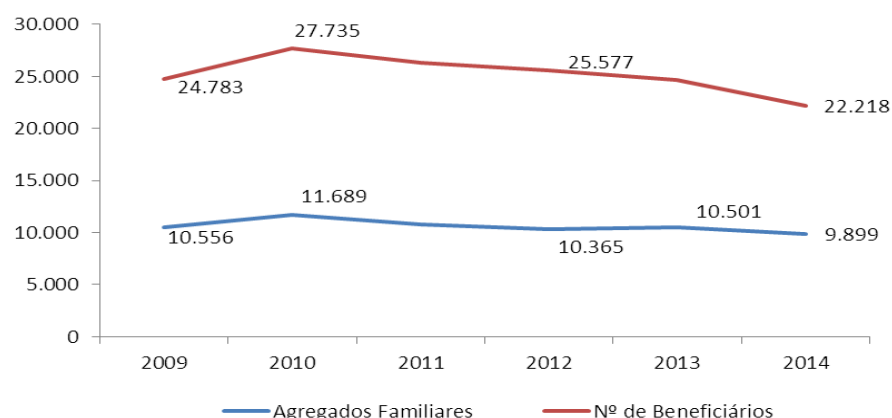
⁴⁶ Lei 4/2007 de 16 de Janeiro com as alterações introduzidas pela Lei 83-A/2013.

O Sistema de Segurança Social engloba três sistemas: o de Protecção Social de Cidadania, o Previdencial e o Complementar, nos quais se inserem as prestações sociais, nomeadamente:

- Rendimento Social de Inserção;
- Prestações de Desemprego;
- Pensões;
- Complemento Solidário para Idosos;
- Prestações Familiares.

Rendimento Social de Inserção

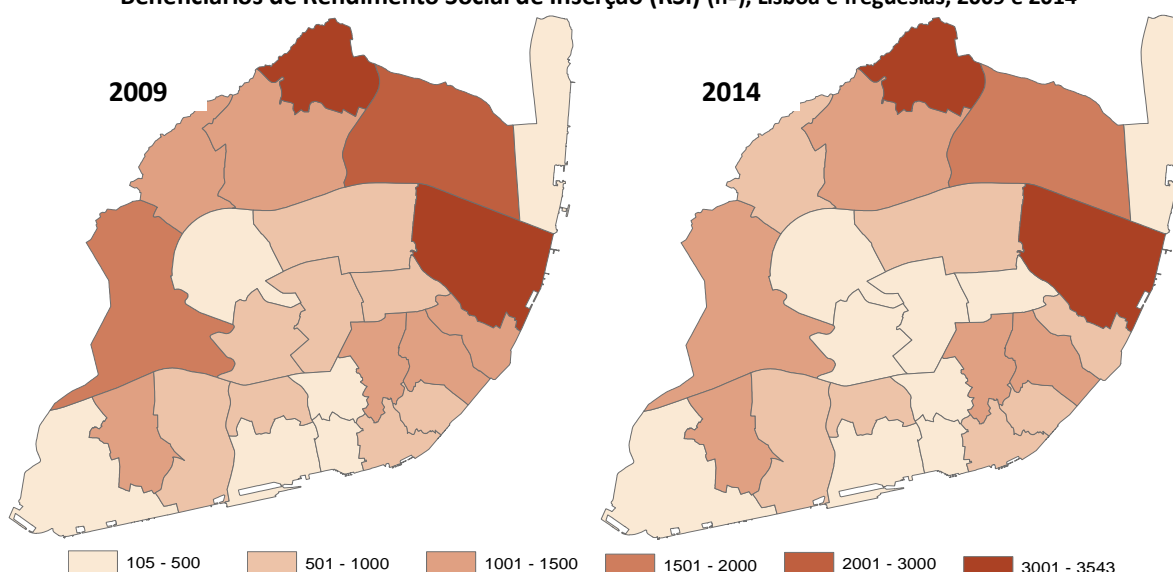
Famílias e Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) (nº), Lisboa, 2009-2014



Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia⁴⁷

Em Lisboa, em 2009, beneficiavam da prestação do Rendimento Social de Inserção (RSI), 10 556 famílias, enquanto em 2014 se encontravam abrangidas por esta prestação 9 899, verificando-se um decréscimo na ordem dos 6%, não obstante o ligeiro aumento ocorrido em 2010.

Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) (nº), Lisboa e freguesias, 2009 e 2014



Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia

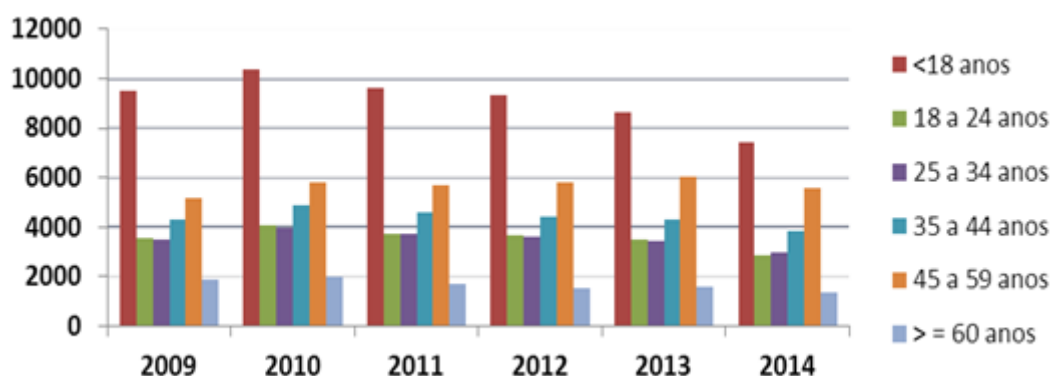
⁴⁷ Os dados de 2009-2010 do RSI reflectem a situação da base de dados (SESS) a 18-09-2015 / Os dados de 2011-2014 do RSI, reflectem a situação da base de dados (SESS) a 01-04-2015.

Analisado o número de beneficiários de RSI nos anos de 2009 e 2014, ao nível das freguesias é possível observar-se que, quer em 2009 quer em 2014, as que apresentam maior predominância de pessoas a beneficiar desta prestação eram Marvila, Santa Clara e Olivais, as duas primeiras situando-se sempre acima de 3 000 beneficiários e Olivais que continuava a ocupar o terceiro lugar em 2014, com 1 893, não obstante ter ocorrido uma diminuição deste valor, que se situava acima dos 2 000 em 2009. A diminuição do número de beneficiários também se verificava em Benfica, tendo passado de 1 583 em 2009, para 1 304 em 2014.

Em 2009, as freguesias de Ajuda, Arroios, Beato, Carnide, Lumiar e Penha de França, registavam entre os 1 000 e 1 500 beneficiários, no entanto é de notar que, em 2014, deste grupo de freguesias apenas o Beato e Carnide apresentavam valores abaixo dos 1 000.

Fazendo uma análise ao número de beneficiários do RSI, ao nível da freguesia, em relação aos seus residentes, constata-se que em 2014, Santa Clara detinha 13,7% da sua população a receber esta prestação, seguindo-se Marvila e o Beato, com uma diferença entre os 5% e 6%, relativamente a Santa Clara. Tal situação demonstra que apesar de ser a freguesia de Marvila a que apresentava um maior número de beneficiários do RSI, Santa Clara é a que detinha a percentagem mais elevada em proporção aos seus residentes.

Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) segundo o grupo etário (nº), Lisboa, 2009 a 2014

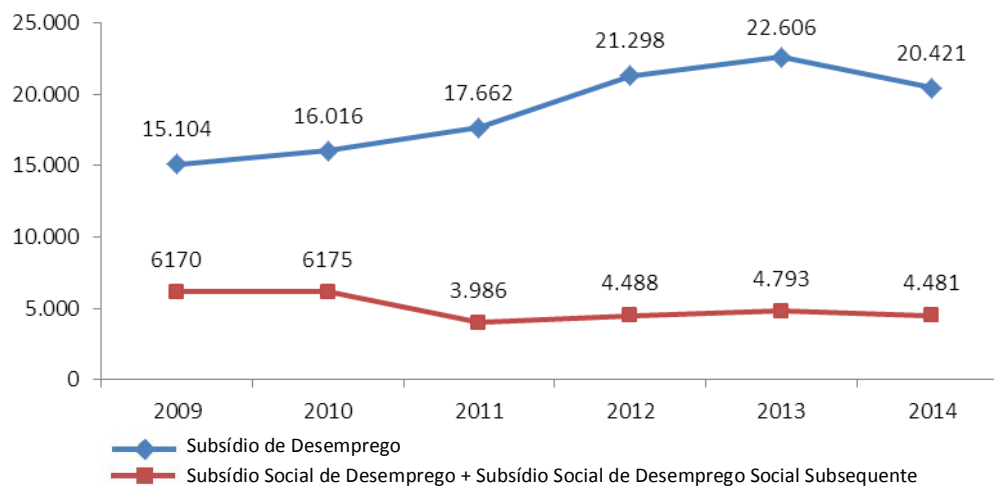


Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia

No que se refere ao número de beneficiários do RSI, observa-se que em todos os anos foram os indivíduos com menos de 18 anos que mais auferiram desta prestação, seguindo-se o escalão etário entre os 45 a 59 anos, sendo que em 2014, estes grupos etários representavam 31% e 23%, respectivamente.

Prestações de Desemprego

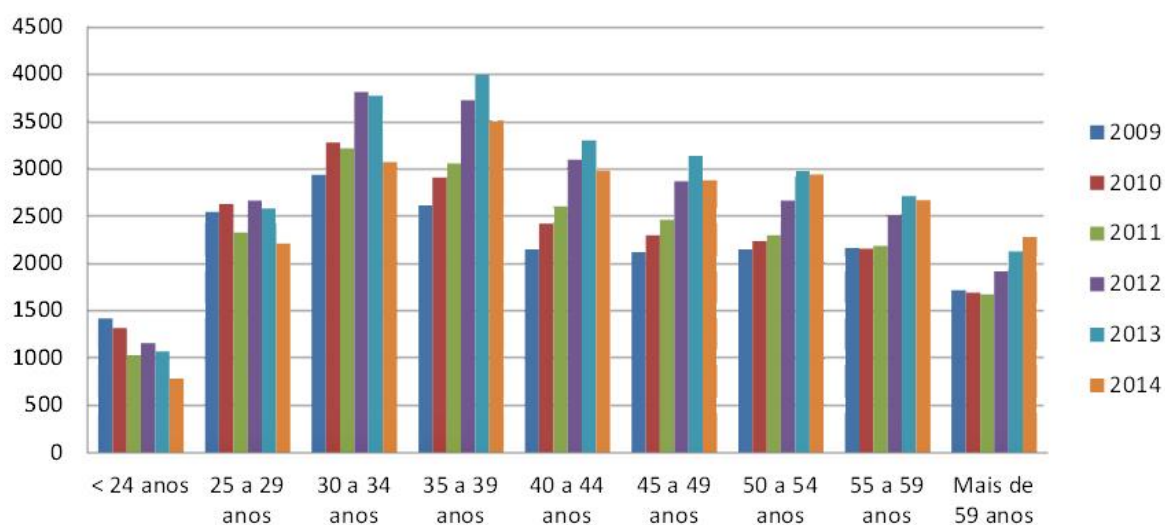
Beneficiários de Prestações de Desemprego (nº), Lisboa, 2009-2014



Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia⁴⁸

De 2009 a 2014, registou-se um acréscimo no número de beneficiários de prestações de desemprego, na ordem dos 17%. No entanto, ao analisar-se separadamente o Subsídio de Desemprego e o Subsídio Social de Desemprego, conjuntamente com o Subsídio Social de Desemprego Subsequente, observa-se que foi a primeira destas prestações que contribuiu para o aumento registado, uma vez que de 2009 a 2014 aumentou 35%, enquanto que a segunda sofreu um decréscimo de 27% em 2010 em relação a 2009.

Beneficiários de Prestações de Desemprego por escalão etário (nº), Lisboa, 2009-2014



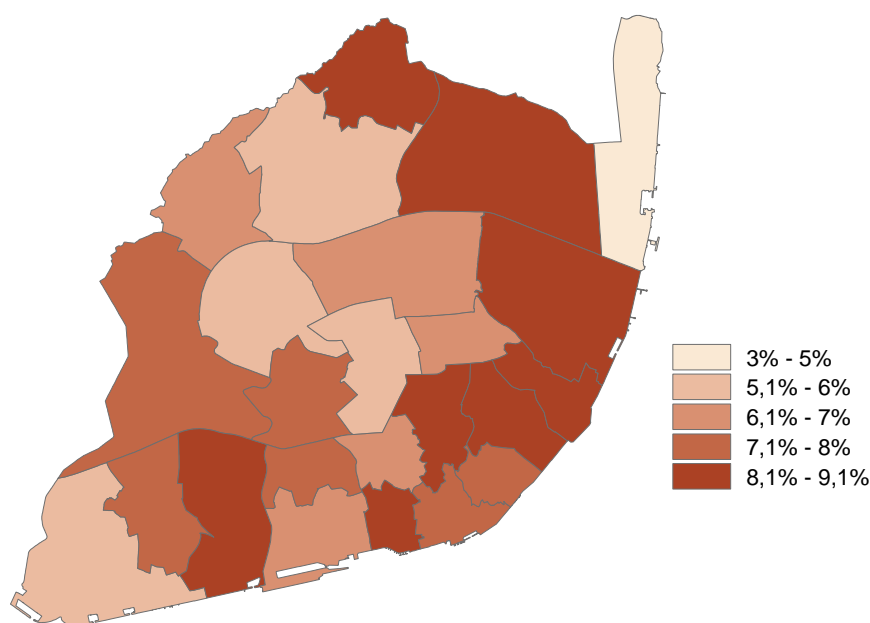
Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia

⁴⁸ Os dados de 2009-2014 das Prestações de Desemprego reflectem a situação da base de dados (SESS) a 20-11-2015.

Ao nível da estrutura etária, de 2009 a 2014, observa-se uma oscilação do número de beneficiários das prestações de desemprego. Até 2012, o grupo etário dos 30 aos 34 anos era o que mais beneficiava destas prestações, representando nesse ano 16% do total, tendo a partir desta data dado lugar ao grupo etário dos 35 aos 39 anos, que em 2014 detinha um peso de 15%.

No entanto, nos anos mais recentes, o grupo etário dos 40 aos 44 anos aumentou, assim como a sua representatividade, que passou de 11% para 13%, em detrimento das faixas etárias mais jovens.

Beneficiários de Prestações de Desemprego, (% do total de residentes em idade activa), Lisboa, 2014



Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia e INE - Censos 2011

Ao analisar-se a proporção de beneficiários de prestações de desemprego em relação à população em idade activa, observa-se que, em 2014, um grupo de freguesias, principalmente na zona oriental da cidade, detinha entre 8,1 % e 9,1% da sua população activa a receber esta prestação.

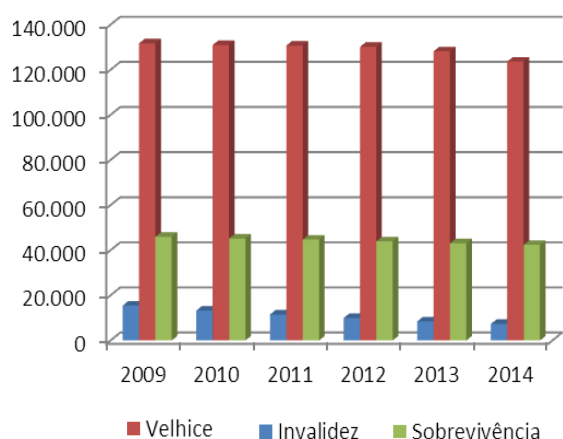
Apesar de o número de beneficiários de prestações de desemprego ser mais elevado na freguesia de Marvila entre 2009 e 2014, o mesmo não se verificava quando analisada a sua proporção em relação ao número total de residentes, situando-se nos 7,5% (2009) e 8,5% (2014).

Em 2009, a freguesia do Beato era a que detinha a maior proporção de residentes a receber aquela prestação (8,2%). No entanto, esta realidade foi-se alterando progressivamente; em 2013 era Olivais que apresentava o maior valor (10%), tendo descido para 9,1% em 2014, mas mantendo-se em primeiro lugar.

Pensões

Em Lisboa, o número de indivíduos a receber Pensão de Velhice, de Invalidez e de Sobrevivência, incluindo em cada um destes tipos de pensão os pensionistas de Pensão Social, registou um decréscimo em 2014, relativamente a 2009, na ordem dos 6,2%, 47% e 8%, respectivamente.

Pensionistas Activos por tipo de Pensão (nº), Lisboa, 2009-2014



	Pensão Velhice	Pensão Social Velhice	Pensão Invalidez	Social invalidez	Pensão Sobrevivência	Pensão Social Sobrevivência
2009	131.754	2.005	15.494	2.005	45.986	146
2010	131.023	1.921	13.267	1.952	45.221	138
2011	130.748	1.844	11.498	1.927	44.737	130
2012	130.221	1.851	9.972	1.930	43.983	131
2013	128.240	1.846	8.480	1.919	43.134	143
2014	123.668	1.788	7.357	1.936	42.423	154

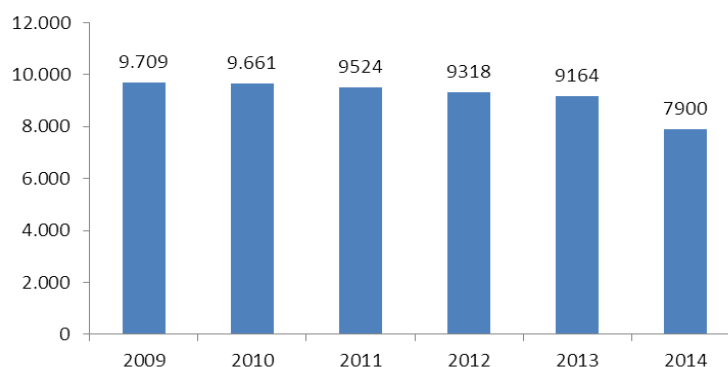
Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia⁴⁹

De referir que as pensões sociais também registaram uma diminuição no seu valor, embora pouco significativo, tendo sido a Pensão Social de Velhice a que registou o decréscimo mais elevado (11%) em relação a 2009.

Complemento Solidário para Idosos

Em Lisboa, de 2009 a 2014, observou-se uma diminuição no número de beneficiários da prestação do Complemento Solidário para Idosos (CSI), com maior incidência em 2014, o que se traduziu num decréscimo em relação a 2009 na ordem dos 19%.

Beneficiários de Complemento Solidário de Idosos, (nº), Lisboa, 2009 - 2014

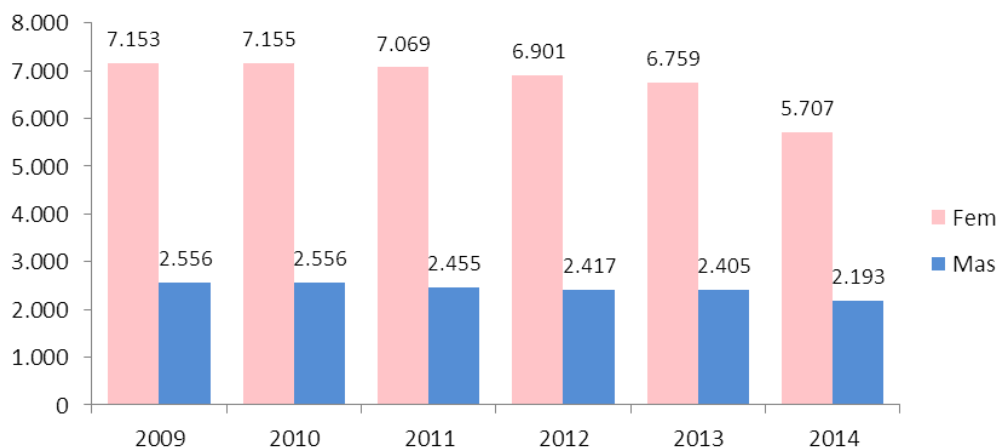


Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia⁵⁰

⁴⁹ Os dados de 2009-2014 das Pensões reflectem a situação da base de dados a 31 de Dezembro de cada ano.

⁵⁰ Os dados de 2009-2010 do CSI reflectem a situação da base de dados (SESS) a 18-09-2015 / Os dados de 2011-2014 do CSI, reflectem a situação da base de dados (SESS) a 01-04-2015.

Beneficiários de Complemento Solidário de Idosos por sexo, Lisboa, 2009 a 2014

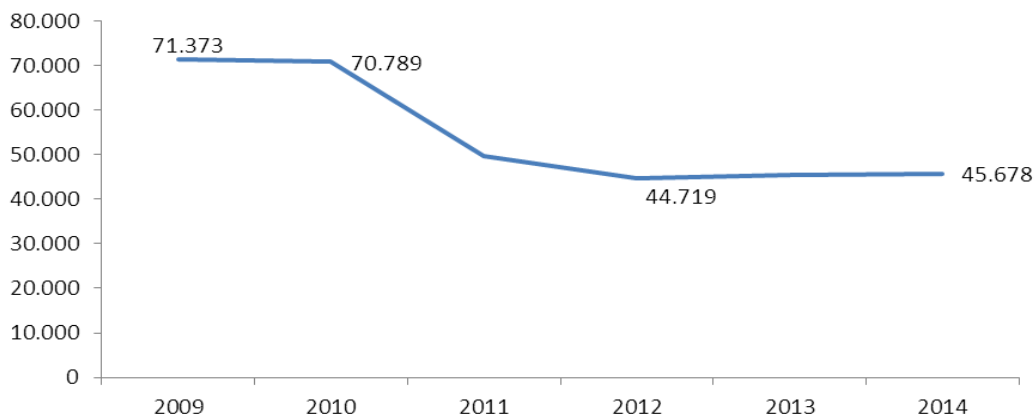


Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia

Ao longo do período em análise, constata-se que a população feminina era quem mais beneficiava da prestação do CSI, representando cerca de 74% do total de beneficiários, em todos os anos, com exceção de 2014 em que representava 72%.

Prestações Familiares

Abono de Família para Crianças e Jovens (nº), Lisboa, 2009 a 2014



Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia⁵¹

No âmbito das prestações familiares, de 2009 a 2014, registou-se uma diminuição no número de titulares a beneficiar da prestação de Abono de Família, o que se traduziu num decréscimo de 36%.

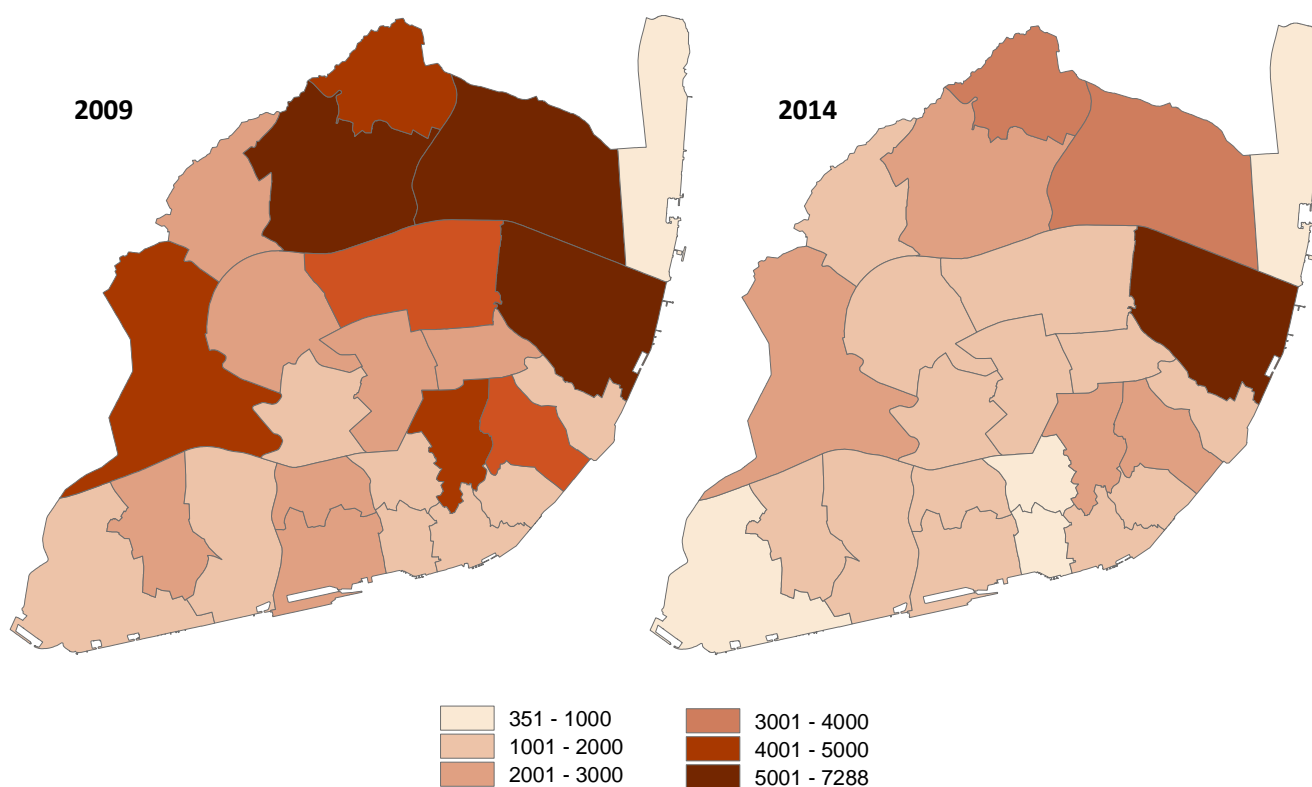
De salientar que em 2014, situavam-se no primeiro escalão 52% dos titulares de Abono de Família, 32% no segundo e 16% no terceiro.

⁵¹ Os dados de 2009-2010 das Prestações Familiares reflectem a situação da base de dados (SESS) a 18-09-2015. Os dados de 2011-2014 das Prestações Familiares, reflectem a situação da base de dados (SESS) a 01-04-2015.

O facto de a legislação referente às prestações familiares ter sofrido alterações relativamente aos critérios de atribuição estabelecidos em 2010, justifica em grande parte a descida no número de titulares de Abono de Família a receber a prestação.

É importante referir que até ao ano de 2010, vigoraram 5 escalões e que, após a alteração efectuada à legislação, passaram a existir apenas 4 escalões de atribuição, ainda que neste último o valor a conceder é de zero euros.

Titulares de Abono de Família (nº), Lisboa e freguesias, 2009 e 2014

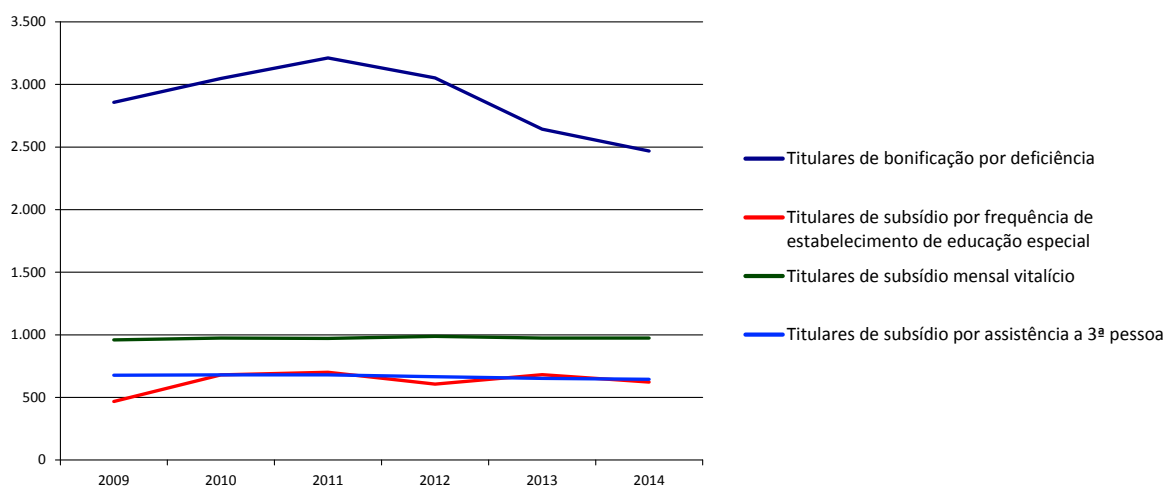


Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia

Ao nível das freguesias, em 2014, era a Norte e a Este que se registava o maior número de beneficiários, destacando-se a freguesia de Marvila com o número mais elevado (5 612 titulares), seguida de Olivais e Santa Clara com 3 813 e 3 905, respectivamente.

De 2009 para 2014, verificou-se em todas as freguesias uma diminuição significativa no número de titulares, sendo o decréscimo mais acentuado no Parque das Nações com 63%, Belém com 60% e S. Domingos de Benfica com 53%.

Titulares de Prestações Familiares (nº), Lisboa, 2009 a 2014



Fonte: ISS,IP- Gabinete de Planeamento e Estratégia

No conjunto destas prestações, a bonificação por deficiência destaca-se com o número mais elevado de titulares. No caso do número de titulares de subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, registou-se um ligeiro acréscimo de 2009 a 2014.

Imigração e Interculturalidade

Em 2014, a população estrangeira residente em Portugal era de 395 195 cidadãos, dos quais 205 669 na AML e 50 047 em Lisboa. A população estrangeira residente em Lisboa representava assim 12,7% do total de imigrantes ao nível do país e 24,3% na AML.

Em relação ao ano anterior (2013), registou-se uma variação de -1,5% de residentes estrangeiros ao nível nacional e uma variação mínima de -0,6% na AML; pela primeira vez nos últimos anos, o número de novos títulos emitidos aumentou 6,1% (35 265), em parte potenciado pelo regime de autorização de residência para actividade de investimento⁵².

População Estrangeira Residente (nº) (%), Portugal, AML e Lisboa, 2006 a 2014

		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Portugal	nº	420.189	435.736	440.277	454.191	445.262	436.822	417.042	401.320	395.195
	Variação %	-	3,7	1,0	3,2	-2,0	-1,9	-4,5	-3,8	-1,5
AML	nº	-	-	226.641	232.167	223.236	219.491	213.131	206.956	205.669
	%	-	-	-	2,4	-3,8	-1,7	-2,9	-2,9	-0,6
Lisboa	nº	-	-	43.527	44.548	44.784	45.626	45.915	46.426	50.047
	Variação %	-	-	-	2,3	0,5	1,9	0,6	1,1	7,8

Fonte: SEF – Estatísticas

⁵² Serviço de Estrangeiros e Fronteiras "Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2014.

Em Lisboa, pelo contrário, de 2009 a 2014, o crescimento da população estrangeira manteve-se. Entre 2013 e 2014 este aumento foi o mais elevado desde 2009 (7,8%), revelando a cidade de Lisboa uma maior atractividade em relação ao país ou mesmo à AML.

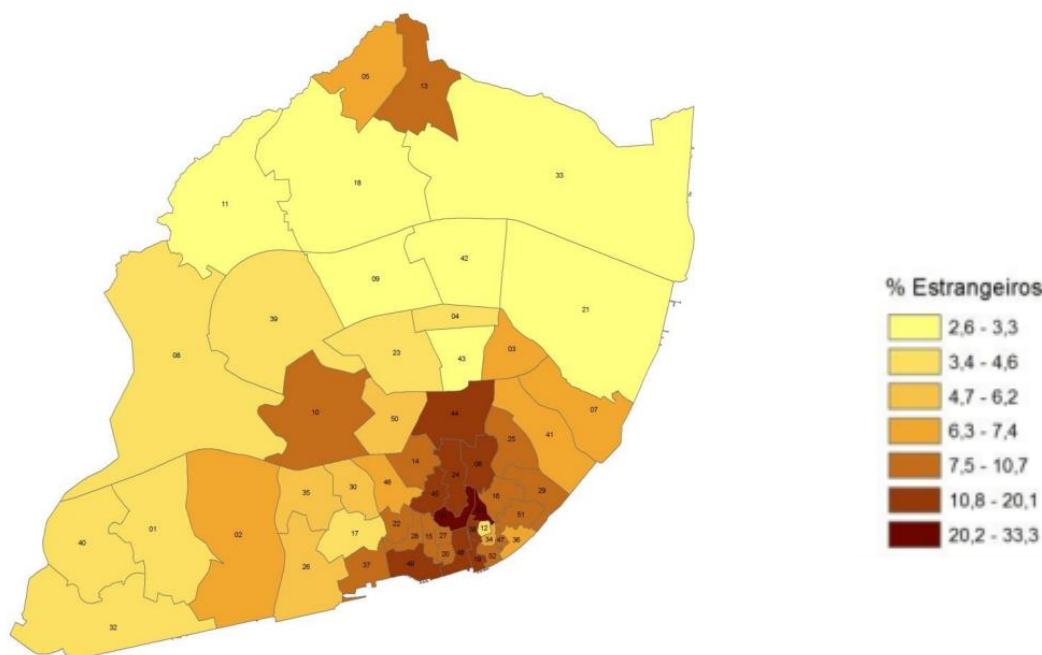
Quanto à população estrangeira em Lisboa, que solicitou estatuto de residente, assistiu-se a uma quebra do número de pedidos, que atingiram um valor mínimo no ano de 2012 (5 884 pedidos). Depois de 2012, assistiu-se a uma retoma do número de solicitações para estatuto de residentes, com o ano de 2014 a registar um número similar de pedidos (8 400) relativamente a 2008 (8 608).

Caracterização da População Imigrante em Lisboa

Em 2015 a Câmara Municipal de Lisboa elaborou o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMIIL) de Lisboa 2015-2017, que permitiu conhecer e aprofundar a realidade desta população na cidade e que serviu de fonte a este diagnóstico, nomeadamente nas questões relacionadas com nupcialidade e casamentos, nível de instrução, condições perante o trabalho e condições de habitação, entre outras.

Em Lisboa, no ano de 2011, do total de 547 733⁵³ residentes na cidade, 5,8% eram estrangeiros (31 833 indivíduos).

Residentes Estrangeiros por freguesia (%), Lisboa (NUTS 2002), 2011



Fonte: INE, I.P., Censos 2011 / PMIIL

As áreas com maior presença de imigrantes correspondiam “ao Centro Histórico e sua envolvente, com destaque para o prolongamento oriental ao longo do eixo Rua da Palma/Almirante Reis e, também, à freguesia de Ameixoeira-Charneca.”⁵⁴

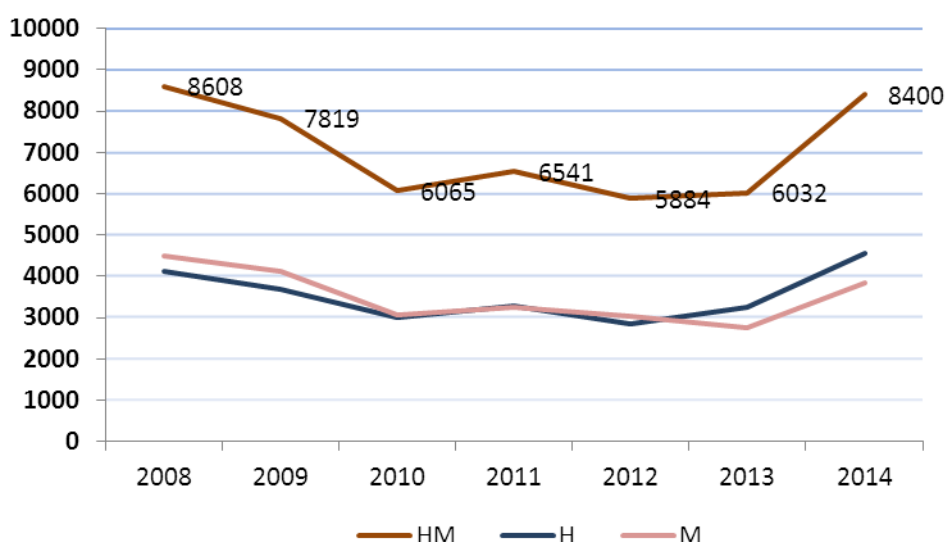
⁵³ População de 2011 anterior à Reforma Administrativa.

⁵⁴ Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMIIL).

É nesta zona da cidade que se concentravam grande parte das habitações vagas para aluguer, muitas das quais necessitando de obras de conservação, praticando-se por isso valores de arrendamento mais baixos; este poderá ser um dos motivos que explicam esta realidade.

As freguesias de Santo António (antigas freguesias de Coração de Jesus, São José e São Mamede), com 9,4% de residentes estrangeiros, Campolide com 9,2% e Santa Clara (antigas freguesias da Ameixoeira e Charneca) com 7,5% apresentam também uma taxa considerável de estrangeiros residentes.

População Estrangeira que solicitou Estatuto de Residente segundo o sexo (n.º), Lisboa, 2008 a 2014



Fonte: INE, I.P.

A análise das nacionalidades mais representativas em Lisboa, incluindo a respectiva taxa de variação relativamente a 2008, permite observar as dinâmicas da imigração na cidade, destacando-se a diminuição de grupos de imigrantes mais tradicionais, como Cabo Verde (-18,09%), Angola (-8,7%) e Guiné Bissau (-25,92%).

O Brasil, embora apresentasse uma taxa de -11,22%, relativamente a 2008, continuava a ser a nacionalidade mais representada.

A China, de acordo com os dados do SEF, passou a ocupar o 2º lugar em 2013, registando um aumento de população de 63, 56%⁵⁵.

⁵⁵ Câmara Municipal de Lisboa - Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes em Lisboa 2015-2017, Volume 2 - Diagnóstico da População Imigrante residente em Lisboa.

Nacionalidades mais representativas (nº de residentes) e variação em relação a 2008 (%), Lisboa, 2013

	residentes nº	variação 2008 %
Brasil	10591	-11,22
China	4261	63,76
Cabo Verde	3490	-18,09
Roménia	3057	33,32
Angola	2184	-8,70
Ucrânia	2172	-16,40
Índia	2021	15,88
Nepal	1834	463,26
Espanha	1695	15,38
Guiné Bissau	1475	-25,92
Bangladesh	1229	55,96
Itália	1222	43,76
São Tomé e Príncipe	980	-5,04
França	916	15,08
Alemanha	744	29,62

Fonte: SEF Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Da avaliação das condições de habitação nos alojamentos, particularmente através da análise do índice de lotação, verifica-se, regra geral, a existência de piores condições de habitabilidade entre os ocupantes estrangeiros⁵⁶.

Os alojamentos sobrelotados quase que triplicavam para a população estrangeira (30,6%) quando comparada com a população nacional (11%).

A sobrelotação funciona como uma estratégia de ocupação da habitação, permitindo baixar o valor da renda por indivíduo.

Índice de Lotação dos Alojamentos Familiares Clássicos, ocupados como Residência Habitual, (População portuguesa e estrangeira), Lisboa, 2011 (NUTS 2002)

	Alojamentos nº	%		
		Alojamento sublotado	Alojamento c/ lotação normal	Alojamento sobrelotado
TOTAL	237 247	61,7	26,2	12,1
Portugal	221 160	62,9	26,0	11,1
Estrangeira	10 279	41,3	28,1	30,6

Fonte: INE, Censos 2011

⁵⁶ Considera-se que um alojamento se encontra sobrelotado sempre que as divisões estão em falta tendo por referência o número de elementos das famílias.

Segundo o PMIIL, a sobrelotação do alojamento seria ainda uma condição mais comum junto dos agregados familiares de maior dimensão provenientes de comunidades mais frágeis (PALOP) que encontram uma oferta limitada de habitação a preços razoáveis.

O Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Lisboa 2015-2017 (PMIIL) está enquadrado na política nacional para as migrações, decorrente da política comunitária em vigor e do Plano Estratégico para as Migrações (PEM), que, entre outras medidas, prevê a criação de planos locais para as migrações, como ferramenta de desenvolvimento de políticas locais na área do acolhimento e integração.

Este Plano foi realizado em parceria com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), responsável pela elaboração do diagnóstico da situação dos imigrantes em Lisboa, e com um amplo conjunto de entidades e parceiros com responsabilidades e interesses nas áreas do acolhimento e integração dos imigrantes.

O PMIIL assenta em três Eixos de Intervenção, 14 Áreas de Análise e 67 Medidas, baseando-se no princípio de que a integração é um processo bidireccional de adaptação mútua de todos os imigrantes e residentes nos Estados-Membros, com medidas, quer para os imigrantes, quer para a comunidade.

Eixos, Áreas de Análise e Número de Medidas do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa (PMIIL)

Eixo 1 Cidadania e Participação (Total: 25 medidas)	Eixo 2 Emprego, Empreendedorismo, Valorização e Capacitação (Total: 18 medidas)	Eixo 3 Diversidade (Total:24 Medidas)
Acolhimento (4 Medidas)	Emprego (6 Medidas)	Relações com Países de Origem (3 Medidas)
Habitação (3 Medidas)	Empreendedorismo (5 Medidas)	Diálogo Inter-Religioso e Inter-Cultural (8 Medidas)
Saúde (4 Medidas)	Qualificação (7 Medidas)	Dinâmicas Culturais Urbanas (3 Medidas)
Educação (6 Medidas)	Racismo e Discriminação (3 Medidas)	Exclusão Social (7 Medidas)
Participação Pública e Política dos Imigrantes (3 Medidas)		
Associativismo (5 Medidas)		

Fonte: Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa 2015-2017, Volume 1, pag. 26

Por outro lado a integração é considerada um processo dinâmico, com um modelo de governação assente em 3 grupos de coordenação (1 para cada eixo), em que participam entidades que fazem parte do Conselho Municipal para a Imigração e Cidadania (CMIC), uma rede de Pontos de Contacto nas Juntas de Freguesia e nas Comissões Sociais de Freguesia e uma rede de Pontos de Contacto dos diversos serviços da Câmara Municipal De Lisboa.

Neste contexto o contributo da Rede Social de Lisboa será essencial para identificar os territórios prioritários de intervenção na cidade.

Resposta da Autarquia à Crise de Refugiados na Europa

Perante a crise humanitária que se vive na Europa, devido ao elevado fluxo de refugiados, o Município de Lisboa assumiu o compromisso de acolher cerca de 10% do total nacional de refugiados do país, ou seja, cerca de 500 pessoas refugiadas, resultando este contingente da triagem efectuada nos campos de refugiados europeus, nomeadamente de Itália e Grécia.

Desta forma, em 21 de Julho de 2015, foi assinado um protocolo que reforça o acolhimento a refugiados entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS Portugal) com o objectivo de criar um Fundo para apoiar o acolhimento de refugiados, em articulação com instituições e centrando o apoio na criação de alojamentos temporários, alimentação, cuidados de saúde e educação.

A CML propõe-se implementar o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na Cidade de Lisboa (PMAR Lx), nomeadamente o seu Acolhimento, Acompanhamento e Integração. O compromisso assumido passa pelo contributo à prestação de 2 anos de apoio no auxílio à construção de um projecto de vida, nas 9 áreas de intervenção identificadas:

- Acesso à habitação;
- Acesso à saúde;
- Acesso à educação;
- Aprendizagem do português;
- Acesso a alimentação e vestuário;
- Acesso à formação;
- Validação de competências;
- Acesso ao mercado de trabalho;
- Participação e vida em comunidade.

A Comissão de Acompanhamento ao Acolhimento de Refugiados em Lisboa será constituída pela Assembleia Municipal de Lisboa (AML), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Conselho Português para os Refugiados (CPR) e pelo Serviço Jesuíta aos Refugiados.

Habitação

Embora nas últimas duas décadas o município de Lisboa tenha assistido a uma melhoria das condições de habitabilidade dos alojamentos, com uma cobertura quase total de infra-estruturas (água canalizada, sistema de esgotos e instalação de banho/duche), o número de alojamentos sem requisitos mínimos de conforto ainda são inquietantes.

Considerando particularmente as condições de acessibilidade, em 2011, dos edifícios clássicos com 3 ou mais alojamentos (31 322), 19 499 (62%) não tinham acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada e destes, 15 091 não tinham elevador.

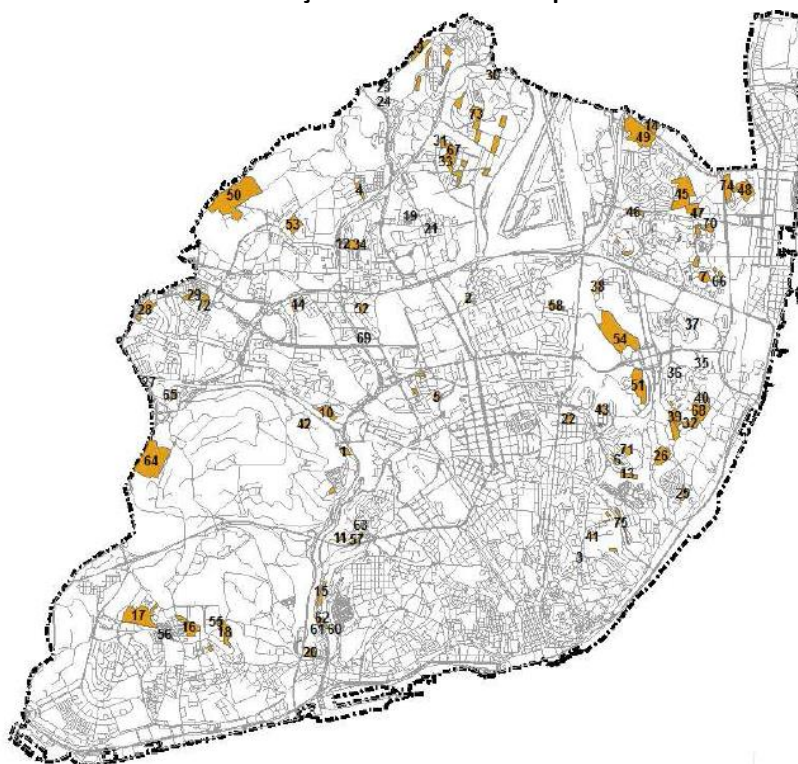
Habitação Social

A Câmara Municipal de Lisboa é o maior proprietário e senhorio do Concelho de Lisboa; em 2011 possuía 16,5% do total dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual⁵⁷ (18 842).

Em 1987, com o PIMP (Programa de Intervenção a Médio Prazo) e o PER (Programa Especial de Realojamento), foi iniciada a construção de cerca de 17 000 habitações em Lisboa, permitindo erradicar os bairros de barracas.

Como resultado da produção pública de habitação, existem hoje em Lisboa 66 bairros constituídos por 30 636⁵⁸ habitações, onde residem cerca de 80 976 pessoas⁵⁹.

Localização dos Bairros Municipais



Fonte: CML (DMU; DPRU; DPDM), Junho 2015

⁵⁷ Censos 2011 NUTS 2002.

⁵⁸ Engloba a totalidade das habitações de promoção pública nos bairros municipais incluindo as alienadas que constituem 26,8%.

⁵⁹ Estimativa das habitações municipais ocupadas, habitações alienadas e dimensão média familiar de 2.8 (GEBALIS, 2011).

Contudo, as condições de vida nestes bairros evidenciam um cenário pessimista⁶⁰, com uma Taxa de Desemprego de 46,3%⁶¹ entre os residentes, ainda que possam estar incluídas situações de trabalho precário a inflacionar este valor.

Em 2011, a população residente nos Bairros Municipais a auferir Rendimento Social de Inserção (12,1%) era 4 vezes superior à AML (3,4%), para o que contribuía a extensão do desemprego.

Os meios de vida dos residentes com idade igual ou superior a 25 anos revelavam um peso muito elevado de apoios e transferências sociais (50,9%), para o que as reformas e pensões contribuía em 36,5%, vivendo apenas um terço desta população dos rendimentos do trabalho.

Aqueles que não tinham quaisquer fontes de rendimentos e que dependiam da família representavam uma parte significativa da população com idade igual ou superior a 25 anos (17,2%).

Saliente-se que esta situação de precariedade económica extrema era mais penalizadora para as mulheres, uma vez que a diferença entre homens e mulheres com mais de 25 anos, que se encontravam “a cargo da família”, era relevante: 45,9% eram do sexo masculino e 54,1% do sexo feminino.

O risco de pobreza atingia sobretudo os mais jovens, dos 0 aos 17 anos de idade, abrangendo 89,1% dos que se encontram neste escalão. Ao nível nacional era também a população com idade inferior a 18 anos, aquela em que a taxa de risco de pobreza era superior (22,4%).

As famílias mais numerosas com crianças e jovens a seu cargo eram as que pareciam encontrar-se em piores condições e nas quais se encontrava um maior número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

De salientar a continuidade de um quadro de vida marcado por baixos rendimentos e condições de vida precárias, para a maioria das famílias residentes nos bairros municipais.

O perfil social da população dos bairros municipais apresentava características próprias, que lhe advinham do facto de ser claramente uma população de baixas qualificações e recursos, razão por que dependia das políticas públicas de alojamento.

As características “típicas” da população nos bairros sociais incluíam um peso maior de famílias numerosas e de famílias monoparentais, e um menor número de famílias unipessoais.

No entanto, do ponto de vista da estrutura etária, os bairros apresentavam por um lado uma predominância de populações envelhecidas, com os maiores de 65 anos em número superior a Lisboa e ao país, e ao mesmo tempo, um rejuvenescimento da população em resultado dos

⁶⁰ Dados de 2011 apurados através de inquérito conduzido pela GEBALIS, in “Tão Pró e Tão Longe – Satisfação Residencial e Participação Cívica nos Bairros Municipais de Lisboa, Marta Santos, Edições Caleidoscópio, 2015.

⁶¹ Taxa de Desemprego calculada através da relação entre o nº de desempregados e o nº de indivíduos activos (empregados e desempregados com mais de 15 anos de idade).

realojamentos recentes, apresentando uma percentagem de pessoas com idade inferior a 15 anos muito significativa e ligeiramente superior a Lisboa e ao País.

Os dois traços distintivos nesta população eram claramente os níveis de instrução e os níveis de rendimento, que decorriam também da sua proveniência. De facto, a população que detinha o nível secundário ou superior era cerca de 4 vezes inferior nos bairros sociais (11,4%) do que em Lisboa (48,0%) e no país (32,4%).

A população entre os 15 e os 24 anos sem a escolaridade obrigatória era quase o dobro (32,8%) de Lisboa (17,8%) e do país (18,7%).

A constatação do nível de abandono escolar revelava a insuficiente eficácia dos processos de qualificação, não estando ganha a aposta neste domínio tão fundamental para a inserção social.

Mais de dois terços da população (69,4%) viviam abaixo do limiar de pobreza, tendo 89% desta população menos de 17 anos.

Esta situação, sendo dramática, permite no entanto confirmar a adequação da distribuição das habitações, que tem vindo a dirigir-se à população com menores recursos, e a importância das políticas públicas de habitação, na amenização das situações de carência social grave, nomeadamente de crianças e jovens.

Entretanto, a recente aprovação do novo regime de Arrendamento Apoiado vai permitir também obviar às dificuldades das famílias.

No entanto, a concentração de famílias de fracos recursos, não só económicos, como sociais (sem capital social, cultural ou educacional), em territórios de alojamento social, a quem não foi possível escolher o local onde reside, origina espaços marcados por uma segregação social e territorial, embora o acesso a uma casa com uma renda calculada de acordo com os rendimentos constitua um apoio social muito relevante.

Por outro lado, num estudo sobre a pobreza na cidade de Lisboa⁶² foi constatado que, nas situações em que as pessoas residiam em habitação social, estava não só garantida uma estabilidade habitacional (que não se regista nas situações de pessoas alojadas em habitações arrendadas no mercado livre no centro histórico), como o facto, de pagarem rendas significativamente inferiores às praticadas no mercado livre, permitia a muitos a sua sobrevivência económica.

A habitação social em Lisboa, até pela sua dimensão, constitui-se como uma importante política social que tem evitado situações sociais ainda mais graves, mas as desigualdades sociais não devem ser encaradas apenas numa perspectiva de distribuição do rendimento, devendo abranger também o acesso à educação, à cultura, ao emprego, possibilitando a construção da sua imagem identitária.

Deste modo, a presença massiva de populações vulneráveis nos bairros sociais deve privilegiar um olhar atento e multidimensional para que não se criem territórios estigmatizados.

⁶² Castro, Alexandra (coord) (2012), *A Cidade Incerta – Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Cadernos EAPN 17, EAPN, Lisboa.*

Programa Local de Habitação (PLH)

O Programa Local de Habitação (PLH), desenvolvido entre 2008 e 2009, não foi concebido apenas como um programa sectorial de habitação, mas como “um projecto estratégico para a cidade” enquadrado no conceito de habitação no seu sentido mais lato, em que um dos oito Objectivos Fundamentais estabelecidos é o “Promover a Coesão Social”.

Melhorar a cidade	<p>Objectivo A - Melhorar a qualidade do parque habitacional (público e privado) Recuperar, conservar e manter o parque habitacional municipal e incentivar a recuperação, conservação e manutenção do parque habitacional privado e público degradado, dando prioridade a assegurar condições mínimas de habitabilidade – áreas satisfatórias, água, esgotos, electricidade, instalações sanitárias e infiltrações - e valorizando a acessibilidade universal, a eficiência energética e a protecção anti-sísmica</p>
	<p>Objectivo B - Melhorar a qualidade da vida urbana e a coesão territorial Completar, redimensionar, gerir e manter a rede de equipamentos de proximidade; conservar, reabilitar e criar espaços públicos e de lazer; garantir a qualidade do ambiente urbano, garantir a mobilidade (estacionamento, transportes, passeios) e dinamizar o comércio local</p>
	<p>Objectivo C - Promover a Coesão Social Incentivar a convivência e desenvolver a cidadania, através de políticas públicas de criação de igualdade de oportunidades, de reforço dos laços de vizinhança e solidariedade activa, de promoção da mixidade social, diversidade e da interculturalidade, de fomento da inovação, de apoio ao empreendedorismo social e ao urbanismo comercial, de incentivo ao envelhecimento activo e de combate à exclusão social</p>
Atrair nova população	<p>Objectivo D - Adequar a oferta à procura de habitação Reduzir o desequilíbrio entre a oferta e a procura de habitação, em termos de quantidade, qualidade e preço acessível (isto é, adequado à taxa de esforço das famílias) e incentivar a colocação dos fogos devolutos no mercado, dando prioridade à dinamização do arrendamento, regulando as tipologias de acordo com a procura, proporcionando habitação pública, apoiada ou cooperativa a quem não consegue aceder ao mercado privado, incentivar a habitação privada de baixo custo e fixar nova população activa</p>
	<p>Objectivo E - Poupar Recursos (tempo, energia e dinheiro) Operacionalizar o conceito de sustentabilidade, promovendo a utilização criteriosa de recursos, através da redução de consumos energéticos na habitação, transportes e espaço público, da concertação de horários na cidade e da generalização do acesso à banda larga, promovendo o conceito de “cabaz urbano” e incentivando a redução das migrações pendulares</p>
Passar da crise à oportunidade	<p>Objectivo F - Dar prioridade à reabilitação Dar prioridade à reabilitação do edificado e dos fogos devolutos sobre a construção nova e atrair os jovens e os agregados de rendimentos médios para reabilitar e reocupar a cidade, através de medidas concretas de incentivo (financeiras, territoriais, normativas, de formação, de divulgação, etc.) fomentando parcerias público privadas para a reabilitação e promovendo a diversidade social</p>
	<p>Objectivo G - Garantir os solos necessários para Re-Habitar Lisboa Promover o uso sustentável do solo, entendido como bem escasso, e definir uma estratégia adequada de intervenção do município no mercado fundiário, de forma directa ou de forma indirecta e integrada com a administração urbanística, a política municipal de habitação e reabilitação e a política orçamental</p>
	<p>Objectivo H - Promover a Administração Aberta Assegurar uma melhor participação dos cidadãos no processo de decisão e garantir uma maior legitimidade, eficácia e responsabilidade da Administração, segundo os princípios da simplificação, da qualidade e da transparência e promovendo a colaboração institucional</p>

Fonte: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1334085131X6jRR2xj3Tg43HG4.pdf>

O primeiro projecto que teve origem no PLH foi a elaboração de uma Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), que permitisse incluir uma perspectiva social na gestão do território da cidade.

O subsequente Programa BIP/ZIP Lisboa - Parcerias Locais foi desenvolvido para apoiar exclusivamente actividades e projectos a desenvolver nos 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (identificados na Carta dos BIP/ZIP), através de intervenções diversas, para melhoria dos habitats abrangidos, através da promoção e apoio a projectos locais, que contribuam para o reforço da coesão sócio-territorial no município, apresentando-se como mais um processo participativo dos cidadãos na gestão da cidade.

Nas 5 edições já realizadas, o Programa BIP/ZIP recebeu 546 candidaturas, das quais 189 foram aprovadas, envolvendo 442 entidades distintas, executando 1 202 actividades, em 66 dos 67 Bairros Prioritários, para as quais foi disponibilizado um financiamento superior a 7 milhões e meio de euros.

GABIP: Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária

Os Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária (GABIP), grupo de suporte local, têm como missão dinamizar processos de requalificação e regeneração dos BIP/ZIP, através de processos de co-gestão territorial, assim como assegurar a circulação e partilha de informação entre os diferentes actores.

Os GABIP deverão desenvolver e implementar Planos de Desenvolvimento Local, cujas intervenções têm um papel decisivo na garantia de cumprimento dos prazos das Operações QREN nos respectivos bairros.

Actualmente estão em desenvolvimento 2 programas no âmbito das Operações QREN: Padre Cruz e Boavista, tendo já terminado o Programa Mouraria.

BAIRRO PADRE CRUZ - Parcerias para a Regeneração Urbana – Bairros críticos

O Programa de Acção (PA) visa a execução do Loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro Padre Cruz, para substituição faseada do actual Bairro de alvenaria por construção nova, bem como a construção de uma Residência Assistida, uma Creche, um Centro de Dia, um equipamento de apoio ao empreendedorismo local e a requalificação do espaço público.

Esta candidatura determinou um investimento global de 19,92 M €, sendo elegível 9,54 M €, com o montante a fundo perdido – FEDER – de 3,5 M €.

BAIRRO DA BOAVISTA - Parcerias para a regeneração urbana – *Eco-bairros*: Um modelo integrado de inovação sustentável.

O Programa de Acção visa a qualificação integrada do Bairro da Boavista, com base numa estratégia de sustentabilidade ambiental e de eco-eficiência que conduzam à criação de um *Eco-Bairro*, o que supõe uma reconversão urbanística e ambiental, através da criação e remodelação das infra-estruturas existentes e da adopção de novas técnicas de eco-eficiência, além de medidas de dinamização económica, social e cultural do Bairro, com vista ao reforço da coesão e à integração social.

A candidatura ao QREN determinou um investimento global de 15,2 M €, sendo o montante a fundo perdido – FEDER – de 7,6 M €.

MOURARIA (já concluído) – Parcerias para a Regeneração Urbana – Centros Históricos

Dados os problemas socio-urbanísticos geradores de exclusão identificados no bairro da Mouraria, sendo os mais evidentes a degradação do edificado e do espaço público, o envelhecimento da população, as carências económicas das famílias e a prática de comércios ilícitos, foi desenvolvido o Programa de Acção Mouraria: as cidades dentro da cidade, constituído por um conjunto de operações com vista ao reforço dos aspectos positivos do bairro, de que são exemplo o património material e imaterial, a actividade económica, a vitalidade populacional e a multiculturalidade.

O co-financiamento comunitário confere às entidades promotoras do PA o papel de actores na sua divulgação através de um Plano de Divulgação e Comunicação.

Parceiro	Investimento Total	Investimento Elegível	FEDER
Câmara Municipal de Lisboa	6.845.567	6.581.567	3.114.111
Associação Casa da Achada	108.000	108.000	51.300
Associação Renovar a Mouraria	110.400	110.400	52.440
EPUL	234.881	234.881	111.568
IDT	359.116	359.116	170.580

Existem ainda os GABIP dos Ex-SAAL (Bairro das FONSECAS, Bairro da Calçada, Prodac Sul e Norte), das Torres do Alto da Eira e das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI).

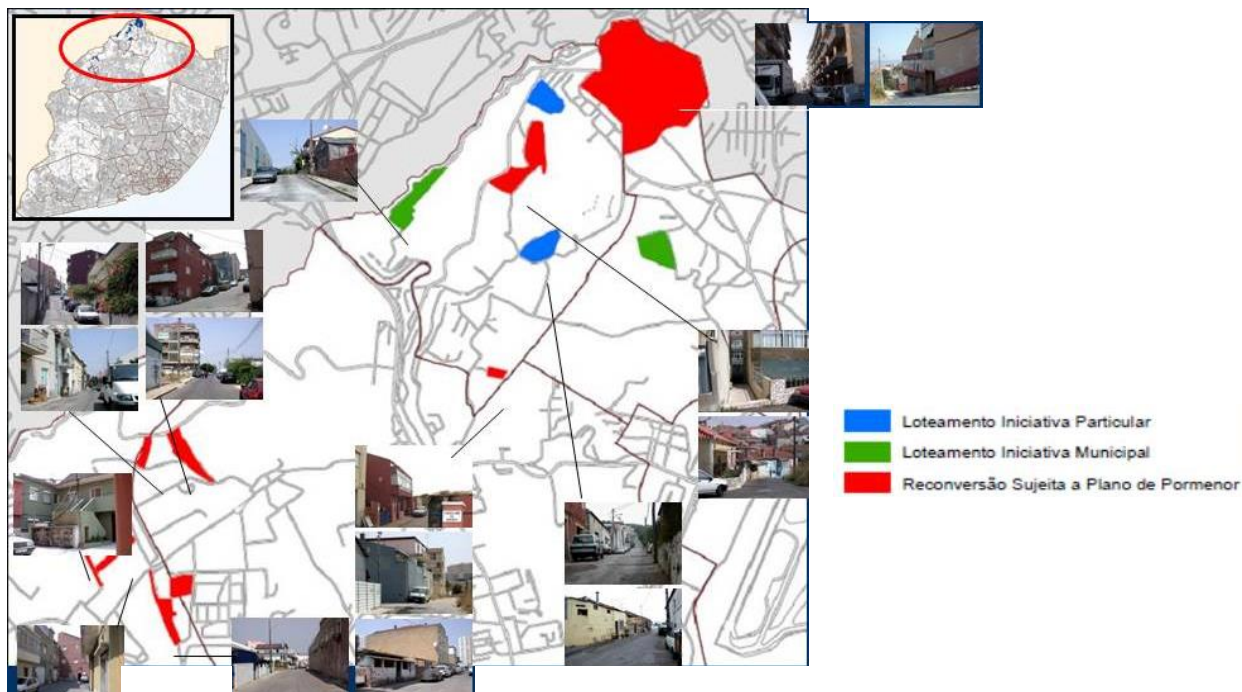
AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal

No município de Lisboa, as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) estão actualmente identificadas e delimitadas, correspondendo a “bairros clandestinos” que surgiram principalmente a partir da segunda metade da década de 1960, sem que o seu loteamento tivesse sido aprovado pela Câmara Municipal e em que a maioria das construções não está legalizada.

Para essas áreas da cidade, o processo de planeamento urbano foi invertido no seu processo formal e ultrapassado pela pressão urbanística, resultando na inexistência ou instalação tardia e deficiente das infra-estruturas urbanas como arruamentos, passeios e espaços de estadia, na ausência de áreas a ceder para equipamentos e espaços verdes e numa urbanização ilegal de extensas áreas na Coroa Noroeste da cidade de Lisboa.

O município foi intervindo no entanto em cada uma destas áreas, de modo a assegurar as condições mínimas de infra-estruturação e prevenindo situações de risco para a saúde pública, pelo que todas as AUGI dispõem actualmente de abastecimento de água, saneamento, electricidade e iluminação pública, além de recolha de lixos.

Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) na Coroa Noroeste, Lisboa



Áreas Urbanas de Génese Ilegal – AUGI

Processos de reconversão	fogos nº	habitantes nº	Superfície de pavimento de uso habitacional m ² (*)
Quinta do Grafanil	83	228	26 980
Alto do Chapelheiro	88	178	19 200
Bairro dos Sete Céus	60	151	17 600
Rua particular à Az. dos Lameiros	113	212	12 600
Quinta da Mourisca	104	239	11 250
Galinheiras	1 580	3 225	210 000
Quinta do Olival / Casal dos Abrantes	210	400	64 100
Quinta da Torrinha	422	790	75 000
Rua A e Rua B à Azinhaga da Torre do Fato	77	175	65 000
Rua Particular à Azinhaga da Cidade	20	25	n.a.
Total	2 757	5 623	

(*) Valor aproximado

Fonte: GABIP

Alojamento Local e mercado de arrendamento

O Alojamento Local encontra-se regulamentado⁶³, correspondendo à oferta de alojamento temporário a turistas, mediante remuneração, desde que não reúna os requisitos exigidos a um empreendimento turístico, podendo exercer-se em quartos, num apartamento, numa moradia ou num estabelecimento de hospedagem.

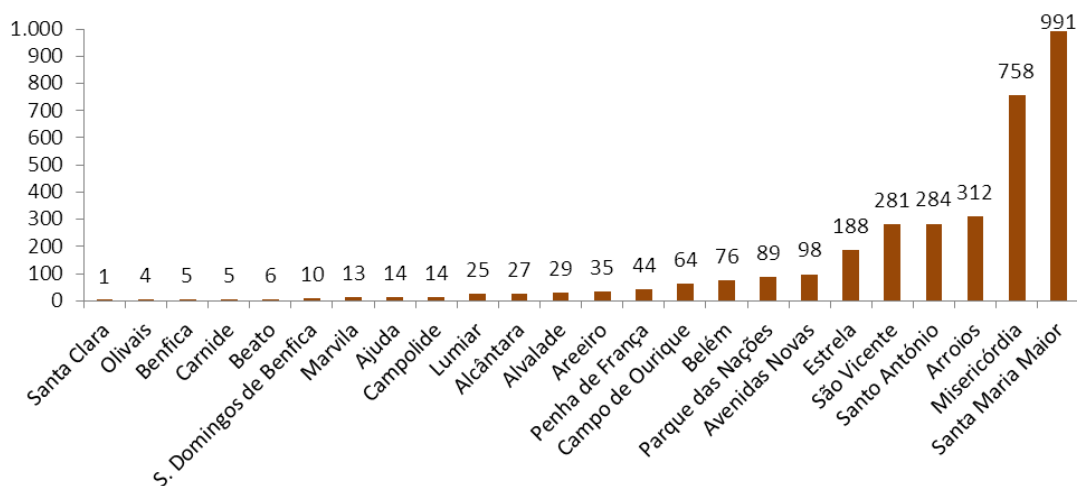
A actividade não obriga a qualquer prestação de serviços, não exigindo o pagamento de qualquer taxa de início de actividade ou mecanismo de licenciamento ou autorização, sendo apenas necessário uma comunicação prévia à Câmara Municipal territorialmente competente, assente no princípio da responsabilização do titular da exploração, sendo sujeita contudo a fiscalização.

Reconhecida legalmente desde 2008⁶⁴, esta actividade foi-se implantando e expandindo por toda a cidade, constituindo por vezes uma fonte de rendimento para alguns agregados familiares com elementos desempregados ou à procura de primeiro emprego, como forma de resiliência em contexto de crise.

A proliferação da oferta escapou contudo a qualquer acompanhamento ou monitorização, que permitisse avaliar o impacto no mercado da habitação para arrendamento, provocando a escassez do arrendamento convencional ou a subida dos preços do aluguer.

Em 2015, Lisboa dispunha já de mais de 3 300 Alojamentos Locais, sendo mais de metade (52%) no Centro Histórico, nas freguesias de Santa Maria Maior e Misericórdia.

Estabelecimentos de Alojamento Local por freguesia (nº), Lisboa, 2015



Fonte: CML / GESTURBE

Esta ocupação poderá tanto ter ocorrido pelo aproveitamento dos espaços devolutos e a reabilitar no casco antigo, como ter directa ou indirectamente contribuído para um processo de “turistificação”, incluindo a substituição do comércio tradicional.

Há assim necessidade de uma análise aprofundada do fenómeno, no sentido de ser avaliada a necessidade de introdução de medidas de regulamentação adicional e de controlo dos eventuais impactes negativos, nomeadamente no mercado de habitação.

⁶³ Decreto-Lei 128/2014, de 29 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei 63/2015, de 23 de Abril.

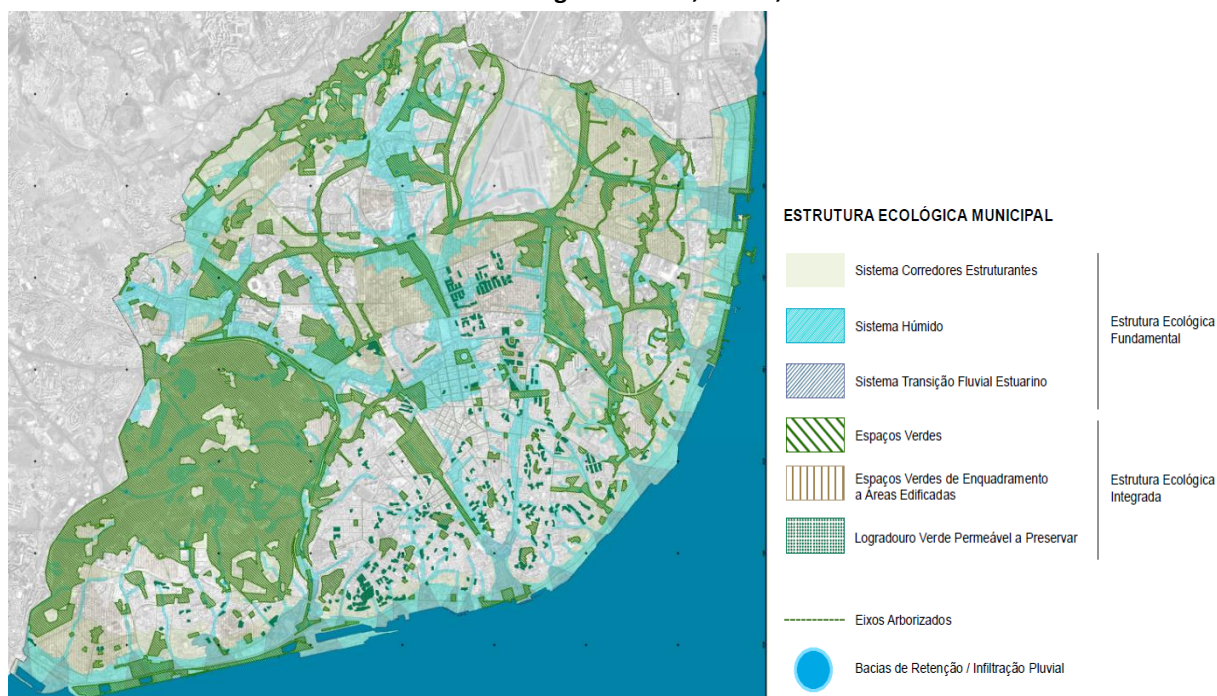
⁶⁴ Decreto -Lei 39/2008, de 7 de Março, alterado pelos Decretos -Lei 228/2009, de 14 de Setembro, e 15/2014, de 23 de Janeiro.

Qualidade de Vida

A avaliação da qualidade de vida na cidade Lisboa tem em conta três dimensões: Habitação e Meio Ambiente (Espaço Público e Áreas Verdes), Mobilidade (Mobilidade e Transportes) e Condições Socio-culturais (Segurança Urbana de Proximidade).

Espaço Público e Áreas Verdes- Estrutura Verde

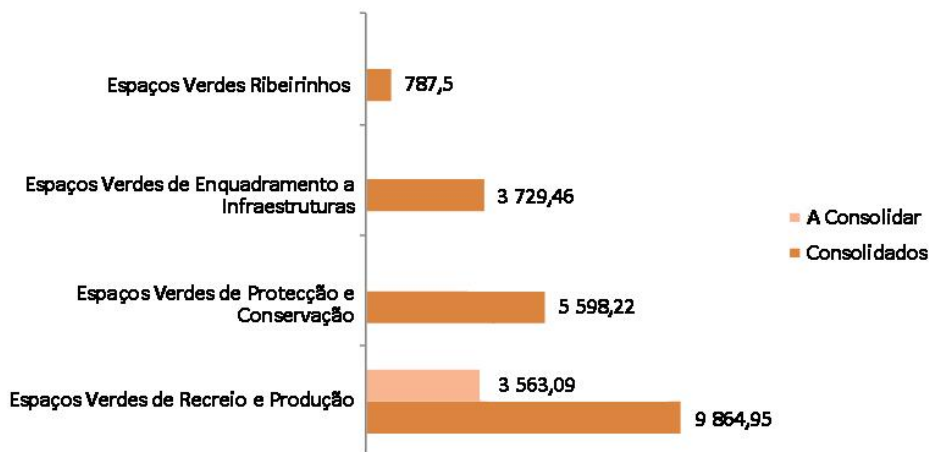
Estrutura Ecológica do PDM, Lisboa, 2012



Fonte: CML (PDM) 2012

Segundo o PDM, em 2012, os Espaços Verdes Consolidados totalizavam 19 980 122 m², a que acresciam 3 563 088 m² de Espaços Verdes a Consolidar,.

Espaços Verdes Consolidados e a Consolidar, (milhares, m²), Lisboa, 2012



Nota: para o efeito não foram considerados os espaços com área inferior a 1000m²

Fonte: REOT 2014, dados provisórios

De 2012 a 2014, para os 552 700 habitantes de Lisboa, verifica-se um aumento do rácio de espaços verdes por habitante de 36,15m²/habitante para 37,26m²/habitante, valor que se aproxima dos 40m²/habitante referenciados pela DGT⁶⁵.

Não considerando os Espaços Verdes de Enquadramento a Infra-estruturas, que na realidade não são utilizados pelos residentes, o rácio em 2012 era de 29,40m²/habitante, tendo passado em 2014 para 30,51m²/habitante.

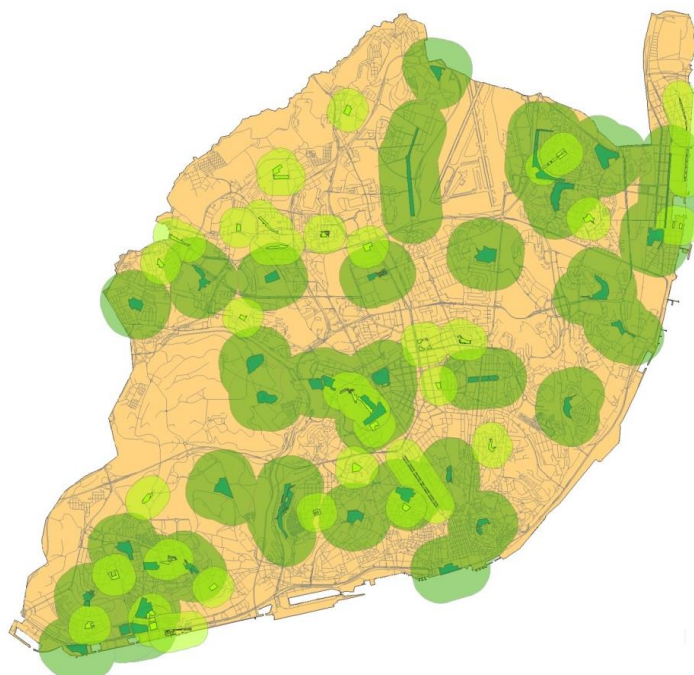
Para além da quantificação dos espaços verdes por habitante, é igualmente importante avaliar o seu raio de influência, em função da dimensão e tipologia.

Classificação dos Espaços Verdes segundo a dimensão e raio de influência, Lisboa, 2014

Tipologia	Dimensão (ha)	Raio de influência (m)
Parque Florestal de Monsanto Parque de grandes dimensões, sujeito a regime florestal	1000 (aprox.)	7000
Espaços Verdes Concelhios Parque de grandes dimensões	>50	7000
Espaços Verdes Centrais Parques e jardins de dimensões significativas	10-15	1000
Espaços Verdes Locais Jardins (e Jardins Patrimoniais)	02-10	500
Espaços Verdes de Proximidade Jardins (e Jardins Patrimoniais)	0,75-2	300
Espaços Verdes de Enquadramento a áreas edificadas espaços verdes de uso público	Variável	-
Espaços Verdes de Enquadramento e Infra-estruturas	Variável	-

Fonte: REOT 2014, dados provisórios / DMAU e DPDM

Área de influência dos Espaços Verdes existentes (Espaços Verdes Locais e Espaços Verdes de Proximidade)



Fonte: CML (DMAU) 2014

⁶⁵ Actual DGR, anterior DGOT (SEALOT-MPAT-DSNO), Publicação "Espaços Verdes Urbanos", MPAT/DGOT, 1992

É possível então concluir que 69,7% de residentes não usufruem de Espaços Verdes de Proximidade.

O maior crescimento de espaços verdes públicos ocorreu na Zona Oriental e no Centro Histórico, devendo salientar-se que este último era em 2012 o território com menor percentagem de área verde.

Em média, cerca de 61,5% dos cidadãos vivia até 300 metros de um espaço verde público. De acordo com as previsões do PDM para as áreas destinadas a Espaços Verdes de Recreio e Produção a Consolidar, esta percentagem passará no futuro para 77%.

A alternativa à impossibilidade de executar espaços verdes na malha consolidada passa pela criação de espaços públicos como complemento, com a possibilidade de incluírem vegetação.

Nos últimos anos o Município investiu na requalificação dos Espaços Verdes de Enquadramento em Áreas Edificadas e Espaços Verdes de Enquadramento a Infraestruturas, num total de 1 116,09 ha e 372, 94 ha respectivamente.

Agricultura e Hortas Urbanas

A criação de hortas urbanas pelo Município tem contribuído para o desenvolvimento de uma rede de espaços de cultivo agrícola, integrados na Estrutura Ecológica Municipal, abrangendo diversas tipologias, em que se integram as Hortas Sociais e as Hortas de Recreio, atribuídas mediante concurso e a troco de uma participação, a cujos utilizadores é dada formação, apoio técnico e logístico.

As “hortas sociais”, de uso individual ou familiar, têm como objectivo fundamental satisfazer as necessidades alimentares de pessoas e famílias de baixos recursos ou contribuir para o respectivo rendimento através da eventual venda de produtos hortícolas, enquanto que as “hortas de recreio” constituem uma ocupação de tempos livres na prática agrícola, promovendo o reforço de uma rede social e de laços de proximidade e afinidade entre utilizadores.

Em 2014 existiam 11 parques hortícolas, estando outros 6 em construção e mais 4 em estudo, representando um aumento aproximadamente de 90 ha.

Qualquer das duas tipologias, a que correspondem encargos diferentes conforme a finalidade, tem vindo a gerar excedentes para os quais se torna necessário criar circuitos de comercialização e de distribuição por entidades de cariz social.

Ruído e da Qualidade do ar

Embora relevantes para uma abordagem da Qualidade de Vida, as temáticas do Ruído e da Qualidade do Ar encontram-se desenvolvidas no Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida da Cidade de Lisboa, I Volume: Perfil Municipal de Saúde de Lisboa ⁶⁶.

⁶⁶ <http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/1443532683B5fMF6um6Ap74HT0.pdf>

Mobilidade e Transportes

Em 2011, aproximadamente metade da população de Lisboa utilizava o transporte individual (49%), valor idêntico à AML (48%), enquanto no continente a média era de 64%, sendo qualquer dos valores acima do desejável.

Contudo, os valores mais baixos em Lisboa e na AML revelam a maior oferta de transportes públicos.

A expansão da cidade para Este e Noroeste, sem o acompanhamento simultâneo da expansão da rede de transportes públicos, nomeadamente do Metropolitano, fez com que nas freguesias de São Domingos de Benfica, Lumiar e São Francisco Xavier, apresentassem em 2001 mais de 50% da população, que trabalhava ou estudava, a usar o automóvel nas suas deslocações.

Na utilização dos transportes públicos, um factor essencial no tempo despendido nas deslocações é o tempo de espera intermodal, caso haja necessidade de utilização de mais de um meio de transporte, que funciona como factor dissuasor, aliado ao maior ou menor conforto com que é realizado.

Em 2011 a utilização de mais do um meio de transporte colectivo na deslocação para o trabalho ou para estudar era uma realidade para 1/4 da população residente.

Em Lisboa, o investimento na modernização da rede de transportes colectivos, que se reflectiu no preço final para o utente, assim como as alterações efectuadas às carreiras de autocarros para complementaridade da rede de Metropolitano, aumentando o tempo das deslocações e o desconforto nos transbordos, a que acresceu a redução dos subsídios aos passes sociais, provocou um natural desincentivo à utilização do transporte colectivo. , nomeadamente do comboio e do Metro.

A população mais jovem tem actualmente uma menor tendência para adquirir automóvel próprio, eventualmente por razões económicas, fazendo uso de formas partilhadas de transporte particular, como o WhipCar, Streetcar ou o City Car Club, com recurso a aplicações nos *smartphones* ou às Redes Sociais para a sua utilização.

O Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (PAP), a implementar até 2017, tem como objectivo “tornar Lisboa uma cidade para todas as pessoas”, ou seja, uma cidade inclusiva especialmente para quem se desloca na via pública, a pé ou em cadeira de rodas.

Segundo o PAP, 69% das passadeiras não são regulamentares relativamente ao seu ressalto com o passeio e 99% não têm pavimentos tácteis de alerta e encaminhamento. No que respeita aos edifícios, o PAP identificou aproximadamente 80% como inacessíveis.

Desde 2008, a rede ciclável em Lisboa aumentou mais de 500% em extensão, tendo numa primeira fase sido criados percursos e corredores maioritariamente sobrepostos com a estrutura verde, para posteriormente se expandirem para a rede viária.

Presentemente Lisboa tem uma rede ciclável com aproximadamente 79 quilómetros em que 69 quilómetros correspondem a faixas ou pistas dedicadas. Estão ainda previstos 148 quilómetros de percursos cicláveis.

A implementação de ciclovias conduziu a uma maior utilização da bicicleta, não apenas como forma de lazer mas como meio de deslocação diário casa-trabalho.

Pretendendo-se implementar medidas de mitigação de tráfego e de atravessamento em alguns bairros, foram delimitadas 8 “Zonas 30”, estando em desenvolvimento a delimitação de outras 25, com velocidade máxima de 30km/h, sinalização impositiva, restrição no acesso ao seu interior, redução da largura e sobreelevação da via de circulação, assim como diminuição dos raios de curvatura e descontinuidade do alinhamento do eixo rodoviário.

Segurança Urbana e Apoios de Proximidade

A problemática da segurança e a importância atribuída ao sentimento de insegurança, principalmente nas cidades onde a criminalidade incide com maior intensidade, emergem no quadro das preocupações sociais e assumem um lugar relevante na sociedade.

As crises económicas e as transformações sociais fazem-se acompanhar, por norma, do aumento da criminalidade, surgindo assim o medo e o sentimento de insegurança, pelo que constitui este um indicador a considerar para o estudo de qualidade de vida de uma cidade.

Comparando os últimos 4 anos, observa-se contudo que a Taxa de Criminalidade tem vindo a diminuir de forma gradual.

Taxa de Criminalidade, (%), Continente, AML e Lisboa, 2011-2014

Taxa de criminalidade (%)	2011	2012	2013	2014
Continente	38,0	37,3	34,9	32,8
AML	46,8	45,2	41,4	39,7
Lisboa	78,4	76,5	71,5	74,2

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

Relativamente à categoria dos crimes, de 2008 a 2014 em Lisboa, apenas se verificou o aumento da Taxa de Criminalidade na condução de veículos com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l.

Taxa de Criminalidade (%) por Categoria de crime, Lisboa, 2008-2014

Categoria de Crimes	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Crimes contra a integridade física	7,8	7,1	7,6	7,5	6,8	7,1	7,1
Furto/roubo por esticção e na via pública	6,2	5,7	6,1	6,3	5,5	5,0	5,2
Furto de veículo e em veículo motorizado	15,6	12,7	12,2	12,3	11	9,1	8,6
Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	3,4	3,9	3,3	3,6	4,1	4,8	3,8
Condução sem habilitação legal	2,2	2,4	3,4	2,6	2,7	2,1	1,4
Crimes contra o património	61,0	48,6	47,2	50,4	48,8	45,0	50,4

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

Policimento de Proximidade em Lisboa

O conceito de segurança carece não apenas do envolvimento das Forças de Segurança mas também da comunidade.

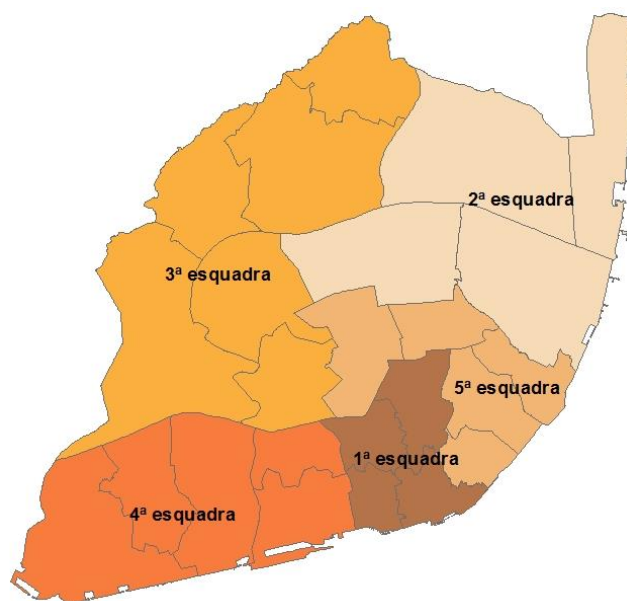
O novo modelo de policiamento, chamado “Policiamento de Proximidade”, tem como objectivo fazer uma protecção mais direccionada ao cidadão, envolvendo-o no processo.

Neste projecto encontram-se integradas Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV), Equipas Especializadas em Violência Doméstica (EEVD) ou as Equipas do Programa Escola Segura (EPES).

Existem outros programas especiais designadamente:

Programa Escola Segura	A Solidarietà não tem idade
Programa Apoio 65	A PSP com os Idosos
Idosos em Segurança	Programa de Apoio à Vítima / Violência Doméstica
Programa Comércio Seguro	Programa Significativo Azul
Programa Abastecimento Seguro	Sistema Táxi Seguro
Programa Farmácia Segura	Sistema de Protecção Videovigilância

Divisão Policial da Cidade de Lisboa, PSP - Território geográfico



Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça

Na análise dos diferentes tipos de crime (número de ocorrências), por Divisão Policial, constata-se que houve um **aumento significativo no número de crimes de Roubo a pessoas na 2ª Divisão Policial**, e uma diminuição significativa na área da 3.ª Divisão Policial, podendo tal facto ter ficado a dever-se à recente reestruturação de freguesias em Lisboa e das áreas de intervenção da 2ª e 3ª Divisões Policiais, em que, por exemplo, a Freguesia de Alvalade passou a fazer parte do território geográfico da 2ª Divisão.

A Polícia Municipal de Lisboa

A Polícia Municipal (PM) constitui um corpo especializado, armado, cuja missão consiste em fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos, que tenham como fim as matérias da competência das autarquias e dos seu órgão, tendo ainda como função cooperar com as forças de segurança na protecção das comunidades locais, promovendo a manutenção da tranquilidade e contribuindo para a qualidade de vida da população.

São áreas de actuação da PM o Alojamento, o Comércio e Abastecimento, a Defesa e Protecção da Natureza e do Ambiente, as Diligências Processuais, a Emergência, o Espaço Público, o Património Municipal, o Policiamento, o Policiamento Comunitário, a Saúde Pública, a Segurança, o Urbanismo e Edificação, o Trânsito e Mobilidade.

A Polícia Municipal tem também como missão o envolvimento dos cidadãos, na prossecução das suas funções, tendo vindo a desenvolver estratégias de intervenção, que facilitam a aproximação ao cidadão, através da participação em múltiplos projectos no âmbito da Cidadania e Segurança, destacando-se os seguintes:

“Já conheces a Polícia Municipal?”	Proximidade das crianças e jovens com as instituições policiais
Projecto Polis e Maria	Dirigido às crianças e jovens, para protecção nos contextos da rua, casa, internet e segurança rodoviária
Projecto Ferro de Soldar da Fundação São João de Deus	Dirigido à população idosa mais carenciada da cidade de Lisboa
A Polícia Municipal dinamiza acções de sensibilização	Focados na prevenção, cidadania e segurança, com vista à transmissão de valores de construção de cidadania e comportamentos de autoprotecção
Uma Comunidade + Segura	Reflexões e debates com os parceiros locais

A PM integra vários grupos de trabalho, nomeadamente o Projecto Perto Lx - Projecto de Parceria de Equipas de Rua com Intervenção na área da Toxicodependência, o Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género e o Grupo de Trabalho sobre Segurança e Planeamento Urbano.

O Policiamento Comunitário iniciou-se em 2007, na Baixa, com a designação de “Baixa-Chiado mais Seguros” e alargou-se a Alvalade (“Alvalade mais Seguro”), tendo como objectivo responder ao aumento de criminalidade nestes bairros e promover um policiamento preventivo de maior visibilidade, recorrendo a veículos eléctricos (*segways* e quadriciclos), de forma a transmitir maior tranquilidade aos residentes, comerciantes e turistas.

Actualmente o Policiamento Comunitário actua nos seguintes territórios: Galinheiras, Mouraria, Alta de Lisboa, Alvalade e Baixa Chiado.

Este projecto permite um maior conhecimento do território e uma proximidade com a comunidade, fundamental para a melhoria da segurança ao nível local.

Saúde

Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover”, incumbindo prioritariamente ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação” e “garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde”.⁶⁷

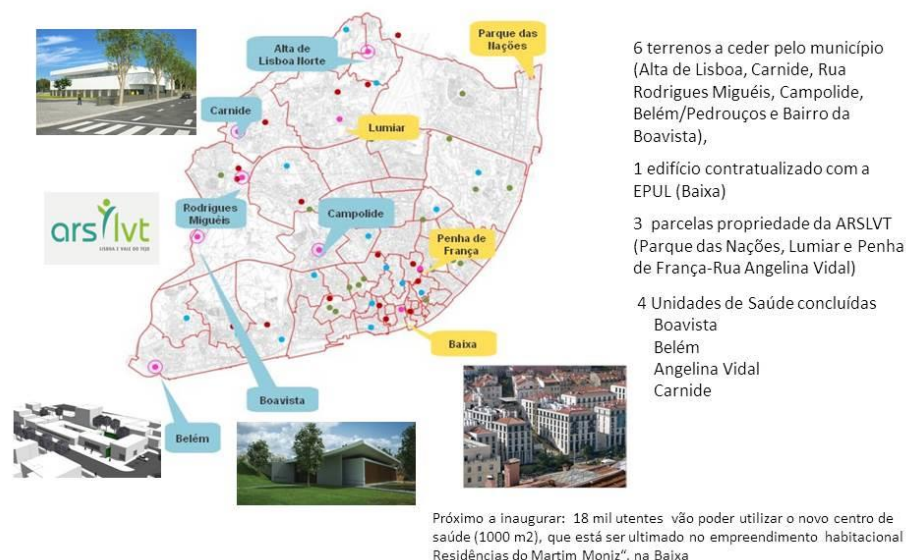
Rede de Cuidados de Saúde Primários

Os Cuidados de Saúde Primários (CSP), encontram-se organizados em Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), tendo estes como missão garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de uma área geográfica determinada, desenvolver actividades de promoção da saúde, prevenir e prestar cuidados na doença e fazer a ligação com outros serviços para a continuidade de cuidados.

Carta de Equipamentos de Saúde - 10 novos Centros de Saúde

aprovada em Assembleia Municipal de 2 de Junho de 2009

Contrato-Programa assinado entre a CML e a ARSLVT em 21 de Julho de 2009



Nos CSP são resolvidos cerca de 80% a 85% dos problemas de saúde da população. Os CSP estão próximos da população alvo, contribuindo para promover a equidade e garantir o acesso aos cuidados de saúde, e conferem mais efectividade e eficiência aos sistemas de saúde.

Ao nível dos CSP, no âmbito da Carta dos Equipamentos de Saúde de Lisboa, aprovada pela Assembleia Municipal em 2 de Junho de 2009, foram identificadas 20 localizações para a criação de Unidades de Saúde para substituição de instalações obsoletas, e 7 novas unidades, para as quais foram definidas as respectivas localizações, destinadas a satisfazer carências na cobertura da cidade.

⁶⁷ Constituição da República Portuguesa, art. 64º.

A Carta dos Equipamentos de Saúde de Lisboa integrou ainda, para além de um diagnóstico e de uma Proposta de Redução de Carências, uma subsequente Proposta de Intervenção Prioritária, com base na qual foi assinado em 21 de Setembro de 2009 um Contrato Programa entre o Município e a ARSLVT, para a construção de 6 novas Unidades de Saúde em terrenos a ceder pelo Município, de que se encontram já construídas e em funcionamento 3: Boavista, Belém e Carnide.

Paralelamente à execução deste Contrato-Programa, tendo igualmente como enquadramento a Carta de Equipamentos de Saúde aprovada, foram também concretizadas 2 novas instalações em edifícios propriedade da ARSLVT: Angelina Vidal e Ribeira Nova.

Rede de Cuidados Continuados Integrados

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) foi criada em 2006 como um novo modelo organizacional do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sendo formada por um conjunto de instituições públicas e privadas, que prestam cuidados continuados de saúde e apoio social, de forma integrada, a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia.

No âmbito da Carta dos Equipamentos de Saúde de Lisboa, aprovada pela Assembleia Municipal em 2 de Junho de 2009, foram identificadas 15 localizações para a construção de Unidades de Cuidados Continuados Integrados, que obtiveram o parecer positivo da Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados (UMCCI), 4 das quais passíveis de concretização imediata (Alto do Lumiar, Charquinho, Carnide/Luz e Algés).

O número de camas/lugares, que estas 15 propostas representam concretamente, depende da capacidade e do tipo de cuidados a prestar (convalescença, internamento de média duração, de longa duração, promoção da autonomia ou paliativos).

O conjunto destas propostas não satisfaz contudo a totalidade das carências identificadas em 2009 (1512 camas/lugares em toda a cidade), havendo que encontrar ainda soluções para os equipamentos restantes em falta, seja através de reserva de terrenos, seja através da adaptação de edifícios devolutos.

Considerando os novos rácios, as carências calculadas para a população correspondente aos Censos de 2011 (130 960 habitantes com 65 e mais anos) e para a mesma população idosa estimada na Carta de Equipamentos de Saúde para 2016 (146 246 habitantes com 65 e mais anos) passou a ser respectivamente de:

Unidades de Convalescença (UC)	158 camas
Unidades de Média Duração e Reabilitação (UMD)	234 camas
Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULD)	585 camas
Unidades de Cuidados Paliativos (UCP)	20 camas
	total 997 camas
Unidades de Dia e Promoção da Autonomia (UDPA)	219 lugares

A Câmara tem envidado esforços para captação de entidades privadas não lucrativas interessadas na construção e gestão de unidades de internamento nas 4 localizações passíveis de construção

imediate já referidas, mas apesar dos esforços desenvolvidos, em 2016, meta que tinha sido definida pelo Ministério da Saúde para a concretização total de RNCCI, apenas um processo está em curso, com algumas vicissitudes: Charquinho, entretanto realocado na zona do Rego.

De assinalar que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) iniciou entretanto obras numa unidade de internamento em Lisboa, no antigo Hospital Militar da Estrela e encontra-se em negociações para a criação de camas no Hospital Pulido Valente.

Dada a especificidade deste tipo de cuidados, a necessidade de incrementar esta resposta na cidade de Lisboa a solução deverá ser objecto de concertação alargada à SCML e CML.

No que respeita à formação de profissionais e de cuidadores informais deverão ser desenvolvidas acções dirigidas aos diferentes utentes-alvo, nomeadamente idosos, de formação para profissionais com formadores e conteúdos programáticos já validados; aperfeiçoamento de competências de cuidadores informais através de acções de formação/*workshops* e identificação de fontes de financiamento para formação.

No âmbito da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis⁶⁸, Lisboa elaborou a 1.ª fase do Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida (PDSQVL), denominada Perfil Municipal de Saúde de Lisboa, que constitui uma caracterização e quantificação da situação existente, relativamente aos determinantes sociais, económicos e ambientais da saúde e que descreve de forma objectiva e quantificada a prevalência das principais patologias⁶⁹.

No Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida, ainda em elaboração, estarão inscritas medidas e acções que deverão ser desenvolvidas na Rede Social por parceiros a identificar.



⁶⁸ Associação de municípios criada em 1997, da qual Lisboa foi uma das cidades fundadoras, que integra a Rede Europeia de Cidades Saudáveis desde 2001 e que tem como objectivo promover a saúde e a qualidade de vida dos seus municípes, segundo uma metodologia estratégica de intervenção baseada nos Princípios do Projecto Cidades Saudáveis da OMS – a equidade, a sustentabilidade, a cooperação intersectorial e a solidariedade. A Rede é constituída actualmente por 30 municípios, sendo condição de participação dos municípios na Rede Portuguesa dos Municípios Saudáveis a elaboração do Perfil Municipal de Saúde e do Plano de Desenvolvimento de Saúde.

⁶⁹ <http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/1443532683B5fMF6um6Ap74HT0.pdf>

Saúde Mental

Um dos Desafios Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) denominava-se “Lisboa, Cidade Saudável” e tinha como acções, para além de “Implementar a Rede de Cuidados Continuados”, também a “Definição do modelo de atendimento, acompanhamento e encaminhamento das situações de saúde mental”, entre outras.

Plano de Desenvolvimento Social, Agenda Estratégica 2013-2015, Eixo 3 – Lisboa, Cidade Saudável, Desafio Estratégico “Lisboa Cidade Saudável”

DESAFIOS ESTRATÉGICOS	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	PRODUTOS	ACÇÕES
Lisboa, Cidade Saudável	Contribuir para melhorar o acesso à saúde	Plano de acesso à Saúde em Lisboa	Definição do modelo de atendimento, acompanhamento e encaminhamento das situações de saúde mental
			Criação de Modelo descentralizado para rentabilização da Rede de infraestruturas de equipamentos sociais, saúde, desporto e outros
			Avaliar a componente de saúde nos projectos de intervenção comunitária
	Promover estilos de vida saudáveis	Política Territorial integrada de intervenção para os comportamentos aditivos	Implementar a Rede de Cuidados Continuados
			Promover e divulgar medidas conducentes à prevenção de hábitos alimentares de risco, incentivando estilos de vida saudáveis
		Plano de acção articulado para os comportamentos aditivos	

Fonte: PDS 2013-2015

Na área da Saúde Mental, a informação fornecida pelos ACES permitiu uma apreciação sistematizada das respectivas realidades, constituindo uma base de trabalho para aprofundar e desenvolver em 2015 de forma articulada.

Esta informação revela desde já algumas medidas essenciais a implementar especificamente em cada um dos grupos da população:

- **Infância e adolescência** - aumento da resposta em articulação com as escolas em áreas como Psiquiatria de Infância e adolescência, Psicologia, Terapia da Fala e Terapia ocupacional;
- **População adulta** - criação de equipas de saúde mental na comunidade, que possam promover a autonomia dos doentes através de projectos multidisciplinares;
- **População idosa** - articular esforços para aumentar resposta à demência, criar rede de voluntariado, estruturas comunitárias de apoio aos cuidados, reforço do apoio domiciliário especializado e criação de unidades específicas para reabilitação de doentes com demência.

Para além do aumento da capacidade e diversificação de respostas nesta área, é fundamental melhorar a articulação entre os Centros de Saúde, os serviços especializados de Saúde Mental dos Hospitais, as organizações com intervenções na área social e os serviços de justiça.

Comportamentos Aditivos

De acordo com dados de 2014⁷⁰, encontravam-se em acompanhamento nas Equipas de Tratamento (ET) das Unidades de Intervenção Local (UIL), com intervenção no concelho de Lisboa, 4 586 doentes que representam 30% dos utentes acompanhados por todas as ET da Região de Lisboa e Vale do Tejo (15 343), dos quais 2 781 eram residentes no concelho de Lisboa e representavam 18% do total de utentes activos.

Utentes Activos⁷¹ nas Equipas de Tratamento das UIL (n.º) (%), Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2014

	n.º	%
Utentes Activos da RLVT atendidos nas oito UIL da ARSLVT	15 343	100
Utentes Activos nas três equipas localizadas em Lisboa (Unidade de Desabilitação - Centro das Taipas, Equipa de Tratamento de Xabregas, Unidade de Alcoologia)	4 586	30
Utentes Activos com residência em Lisboa e atendidos nas ET das UIL da ARSLVT localizadas no concelho (Taipas, Xabregas e UAL)	2 781	18

Fonte: SIM – dados 2014

Analisando a evolução dos utentes activos residentes no concelho de Lisboa, nos 7 anos decorridos entre 2008 e 2014, verifica-se um decréscimo até 2011, seguido de um aumento.

Utentes Activos nas Equipas de Tratamento, (n.º), Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2008 a 2014

	n.º (independentemente do concelho de residência)	n.º (residentes no Concelho de Lisboa)	
		total	Taipas, Xabregas e UAL
2008	12.720	2.668	2.330
2009	12.707	2.412	2.080
2010	14.613	1.756	1.528
2011	14.462	2.116	2.007
2012	14.409	2.647	2.435
2013	15.108	3.018	2.690
2014	15.343	3.180	2.781

Fonte: SIM

Entre os utentes activos com residência no concelho de Lisboa, que recorreram às diferentes Equipas de Tratamento, a heroína continuou a ser a substância mais referida como droga principal (40%), seguida da cannabis (5%). O álcool assumiu-se como a segunda substância mais consumida pelos indivíduos inscritos nas Equipas de Tratamento, com uma representatividade de 19%.

Caracterizando a população toxicodependente inscrita nas Equipas de Tratamento da Cidade de Lisboa do ponto de vista sociodemográfico, e relativamente ao género, constata-se que a maioria dos utentes activos (74%) era do sexo masculino.

⁷⁰ Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM).

⁷¹ Utente Activo: com pelo menos um evento assistencial com o estado de Realizado no período em estudo registado nesta Unidade. O utente Transferido/Disponibilizado é sempre considerado como “Activo” na Unidade de origem (Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP. Sistema de Informação Multidisciplinar – SIM. Orientações gerais de registo. Pág. 1).

A média das idades dos utentes situava-se nos 42 anos. No entanto, esta média tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, sendo de salientar que 31% dos utentes tinha mais de 50 anos, o que aponta para o claro envelhecimento da população toxicodependente que procura apoio nos serviços de tratamento.

A população com comportamentos aditivos e dependências, inscrita nas Equipas de Tratamento, possuía um nível de escolaridade inferior à população geral, residente na cidade de Lisboa, tendo 55% dos utentes o ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos). Apenas 9% dos utentes tinham grau universitário ou frequência universitária.

Em relação ao emprego dos utentes com residência no concelho de Lisboa, é possível conhecer os dados para 70,11% dos utentes (1 787), verificando-se que os utentes desempregados somavam 952, representando 44,96% (dos quais 24,79% estavam desocupados há mais de um ano e 12,55% tinham ficado desocupados há menos de um ano).

Os utentes com situação profissional activa representavam 27,93% do total de utentes, enquanto apenas 18,12% tinham um trabalho estável, demonstrando a clara fragilidade social da população inscrita nas Equipas de Tratamento, o que associado aos baixos níveis de escolaridade dificulta a capacidade de inserção profissional desta população.

Em 2014, no que se refere à situação perante a justiça, verifica-se que, do total de 2 781 utentes activos atendidos nas 3 UIL e residentes na cidade de Lisboa, 342 (12%) já tinham estado presos e que 74,3% (2 065 utentes) apresentavam antecedentes judiciais. As freguesias de Marvila, Olivais e Benfica eram as que apresentavam maior incidência de problemas judiciais dos seus residentes (antecedentes judiciais e prisão efectiva).

A intervenção em Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) é uma intervenção que preconiza uma abordagem pragmática com pessoas que usam drogas, que decorre em equipas nos Centros de Respostas Integradas (CRI) que garantem também o acompanhamento de estruturas financiadas pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD) no âmbito do Plano Operacional de Repostas Integradas (PORI).

Na cidade de Lisboa, encontram-se em desenvolvimento 6 Projectos que são financiados pelo SICAD e acompanhados pela Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD), todos desenvolvidos na área de intervenção da RRMD.

Relativamente ao território abrangido por cada intervenção, três têm como área de intervenção toda a cidade, dois têm sensivelmente 50% da cidade, dividindo-se em zona oriental e zona ocidental, e um projecto (CHECK!N LX) abrange duas freguesias, Misericórdia e Estrela.

O Grupo de Missão “Plano de Acção articulado para os comportamentos aditivos”, decorrente do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015, promoveu um conjunto de Grupos de Discussão com técnicos e peritos de diferentes áreas, sobre o fenómeno do consumo de substâncias psicoactivas lícitas e ilícitas, comportamentos aditivos e dependências, de que resultaram as seguintes observações:

Ao nível da Escola:

- banalização dos consumos de haxixe, a par de um consumo problemático de álcool não reconhecido pelos próprios;
- relatos de consumos de cocaína em algumas escolas em que a população é mais diferenciada, não procurando estes jovens ter acesso a respostas locais;
- actividades de tráfico e consumo à porta de algumas escolas, mesmo naquelas que têm programas de prevenção;
- dependência dos Jogos *online* e *Cyberbullying* repetidamente mencionados como preocupantes em várias escolas, que têm dificuldade em abordar o assunto e intervir, por falta de programas estruturados em meio escolar.

Ao nível da comunidade:

- venda de álcool e tabaco a menores, sobretudo em lojas abertas fora de horas, com especial incidência de 5ª feira a domingo, em locais bem conhecidos da vida nocturna na cidade;
- consumo exagerado de bebidas energéticas, sobretudo nos mais jovens, outra das tónicas que traduz igualmente o cenário de abuso do consumo de substâncias, que, embora lícitas têm um potencial muito nocivo para a saúde quando ingeridas em excesso;
- cenário recente de tráfico e consumo em bairros históricos identificados, dirigindo-se também a turistas que visitam a cidade;
- persistência de práticas, em franjas da população heroinómana, de consumo com elevado risco de transmissão de doenças infecciosas e/ou VIH/SIDA, em locais sinalizados por técnicos e redes locais de intervenção comunitária;
- consumo abusivo de medicamentos (psicofármacos) sem controlo médico, que ocorrem em contexto privado, praticado por grupos etários mais velhos;
- falta de respostas para dependências sem substância: jogos (*Gambling* e *Gamming*), redes sociais, televisão e telemóveis;
- respostas de proximidade adoptadas por entidades locais, que nem sempre cumprem os objectivos, por serem pontuais, desadequadas, inconsistentes, frequentemente coexistindo em sobreposição com outras intervenções, desarticuladas no contexto comunitário;
- destaque positivo das estratégias com recurso a mediadores comunitários, que estabelecem pontes entre a escola, a família e a comunidade, adoptando uma intervenção desburocratizada, de proximidade, sem juízos de valor, em comunidades de difícil acesso (ex.: Grupo Comunitário da Alta de Lisboa);
- pouco conhecimento e /ou dificuldade de acesso a serviços públicos e de proximidade, por parte dos utilizadores de drogas;

- inexistência de garantia da continuidade do acompanhamento de utentes (adultos e/ou jovens) após-alta e/ou saída de Comunidades Terapêuticas e/ou de Estabelecimentos Prisionais, incluindo a não salvaguarda de respostas de autonomização ao nível da habitação para estes utentes na fase de saída;
- inexistência de respostas institucionais de primeira linha de acolhimento e albergue para cidadãos que estejam em fase activa de consumos, quer de álcool quer de outras SPA;
- insuficiência de estruturas promotoras de autonomização (residências apoiadas) para jovens que saem dos Centros Educativos da DGRS;
- insuficiência de respostas de emprego para os utentes com CAD em fase de tratamento;
- lacuna criada pelo fim do Programa Vida Emprego, no que respeita à existência de uma resposta adaptada às características desta população.

Questões transversais às diversas áreas de intervenção:

- eventual ligação entre a situação de desemprego e aumento de consumos de drogas ilícitas, álcool e psicofármacos;
- persistência de sobreposição de intervenções no terreno, bem como dificuldades na articulação entre todas e na optimização de recursos económicos e humanos;
- necessidade de investimento na investigação, monitorização e avaliação das intervenções e impactos sociais, produção de conhecimento;
- necessidade de garantir formação para os técnicos.

Os diversos problemas identificados, quer ao nível da escola, quer ao nível da comunidade, além das questões transversais às diversas áreas intervenção, exigem uma forte partilha no âmbito da Rede Social, para a rentabilização dos escassos recursos, recorrendo às experiências positivas já desenvolvidas, nomeadamente as estratégias com recurso a mediadores comunitários, que estabelecem pontes entre a escola, a família e a comunidade, adoptando uma intervenção desburocratizada, de proximidade, sem juízos de valor, em comunidades de difícil acesso.

Equipamentos e Respostas Sociais

Conhecer os Equipamentos e Respostas Sociais reveste-se da maior importância e representa um instrumento incontornável de análise da evolução quantitativa e de informação, com especial relevância na área do planeamento, na medida em que é possível avaliar a capacidade de fruição dos recursos essenciais que a sociedade pode disponibilizar, permitindo priorizar necessidades e corrigir assimetrias.

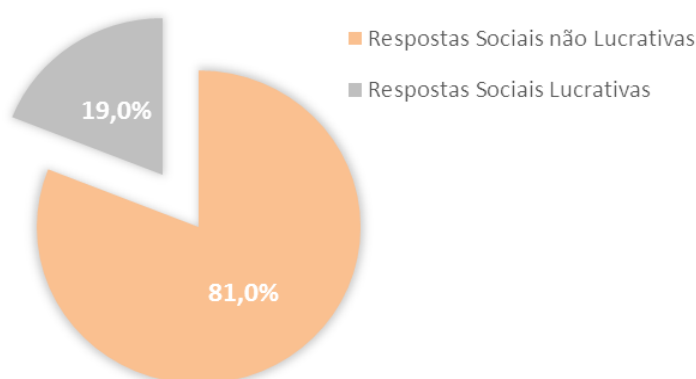
As Respostas Sociais constituem as múltiplas modalidades de intervenção em acção social, encontrando-se agrupadas, de acordo com as nomenclaturas e conceitos em vigor⁷², em 4 domínios de intervenção definidos em função das suas características e do tipo de população a que se destinam:

- Infância e Juventude
- População Adulta
- Família e Comunidade
- Grupo Fechado / Respostas Pontuais.

O número de equipamentos em funcionamento constitui um indicador de reconhecida importância, no entanto assumem especial significado, a diversidade, o volume e as características das valências instaladas, que têm vindo a ajustar-se quer em qualidade, quer em quantidade, às necessidades dos cidadãos, em virtude duma realidade social, económica e cultural em permanente evolução.

No concelho de Lisboa, em 2014, estavam classificadas na Carta Social 392 entidades proprietárias, 648 equipamentos e 874 respostas sociais.

Das 874 respostas sociais, 708 eram sem fins lucrativos (81%) e 166 com fins lucrativos (19%).



Fonte: SCML/GEP | Carta Social 2014

Entre 2011 e 2014 verificou-se um decréscimo na oferta das respostas sociais de entidades não lucrativas, que passaram de um total de 733 (84,3%) para 708 (81%), enquanto as respostas promovidas por entidades lucrativas registaram um acréscimo, passando de um total de 136 (15,7%) para 166 (19%).

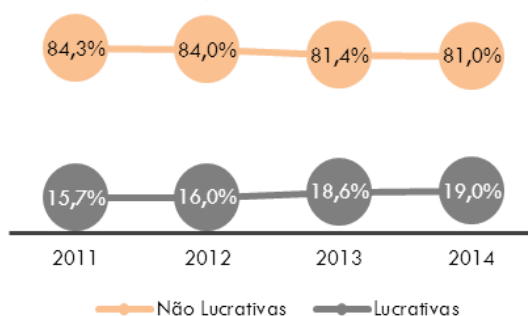
Respostas Sociais Lucrativas e Não Lucrativas (nº), Lisboa, 2011-2014

	Não Lucrativas	Lucrativas	Total
2011	733	136	869
2012	733	140	873
2013	716	164	880
2014	708	166	874

Fonte: SCML/GEP | Carta Social 2014

⁷² Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social de 19.01.2006.

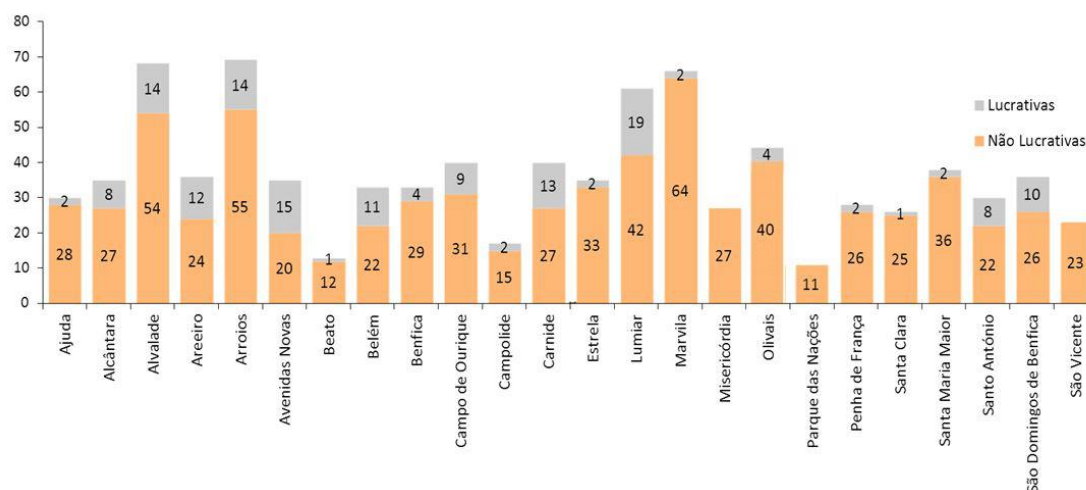
Evolução das Respostas Sociais por natureza jurídica (%), Lisboa, 2011/2014



Fonte: SCML/GEP | Carta Social 2014

Respostas Sociais segundo a natureza jurídica por freguesia (nº), Lisboa, 2014

Freguesia	Entidades Lucrativas	Entidades Não Lucrativas					SCML	Total	Total
		Associações Privadas de S. Social (IPSS)	Entidades equiparadas a IPSS	Org. Particulares s/ fins lucrativos	Entidades Oficiais				
Ajuda	2	23		3	2		28	30	
Alcântara	8	16		6	1	4	27	35	
Alvalade	14	19	2	8	17	8	54	68	
Areiro	12	19		1	1	3	24	36	
Arroios	14	17		1	3	34	55	69	
Avenidas Novas	15	11		2	4	3	20	35	
Beato	1	3		2	2	5	12	13	
Belém	11	10	3		7	2	22	33	
Benfica	4	21				8	29	33	
Campo de Ourique	9	20	2		1	8	31	40	
Campolide	2	14				1	15	17	
Carnide	13	11	2	1	8	5	27	40	
Estrela	2	21		3		9	33	35	
Lumiar	19	27		3	5	7	42	61	
Marvila	2	34	7	1	3	19	64	66	
Misericórdia	-	16	3	1	3	4	27	27	
Olivais	4	27	2		3	8	40	44	
Parque das Nações	11							11	
Penha de França	2	19			4	3	26	28	
Santa Clara	1	13			1	11	25	26	
Santa Maria Maior	2	14			3	19	36	38	
Santo António	8	12		1		9	22	30	
São Domingos de Benfica	10	19	1		3	3	26	36	
São Vicente	-	18			2	3	23	23	
Total do Concelho	166	404	22	33	73	176	708	874	



Fonte: SCML/GEP | Carta Social 2014

O número de respostas sociais assume especial significado relativamente ao seu volume e diversidade, facto que tem vindo a ajustar-se qualitativa e quantitativamente à evolução da realidade social e às necessidades das pessoas.

Numa perspectiva global, as 874 respostas classificadas encontravam-se distribuídas pelos 4 domínios de intervenção, sendo o domínio da População Adulta, o que assumia maior representatividade, ficando muito próximo dos 50% do total.

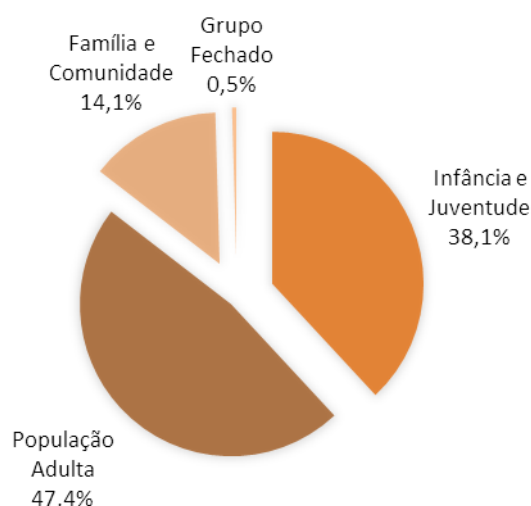
Isto significa que as respostas sociais que se destinam a adultos e idosos eram a esmagadora maioria, encontrando-se distribuídas pela cidade e assumindo quase o mesmo número daquelas que se encontravam inscritas nos restantes 3 domínios de actuação.

As Respostas Sociais e as múltiplas modalidades de intervenção social

Em 2014, no domínio da População Adulta, prevaleciam as respostas sociais destinadas à população idosa, contabilizando 312 respostas num total de 414 registadas neste domínio.

No total, Marvila detinha o maior número de respostas (31), seguida de Arroios (28) e Lumiar (27).

Respostas Sociais por Domínio de Actuação (%), Lisboa, 2014



Fonte: SCML/GEP | Carta Social 2014

No domínio da Infância e Juventude, as respostas sociais destinadas às crianças e jovens, como por exemplo as Creches e os Centros de Actividades de Tempos Livres (CATL), representavam a maioria. As respostas no âmbito das Crianças e Jovens em Situação de Perigo assumiam igualmente um peso significativo, englobando os CATL, os Lares e os Centros de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP).

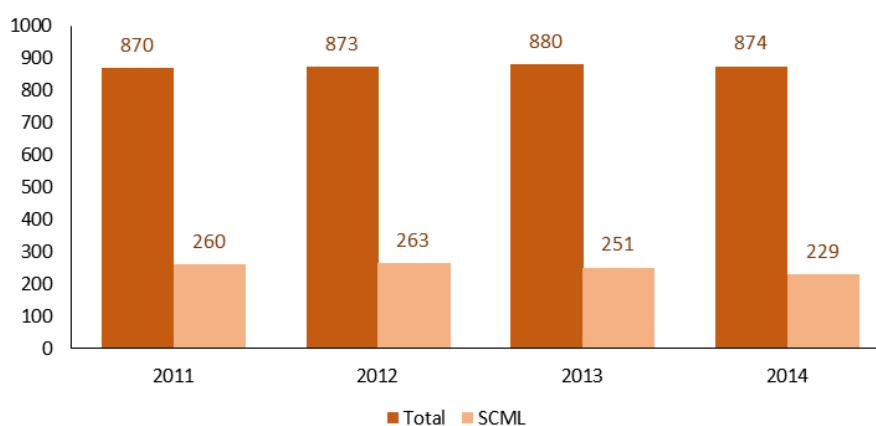
A freguesia de Alvalade é a que detinha o maior número de respostas neste domínio, seguida do Lumiar e de Carnide.

No domínio das respostas sociais destinadas às Famílias e à Comunidade em geral, o maior número de respostas situava-se em Arroios (30), para o que contribuía o facto de se encontrarem concentradas nesta freguesia 17 dos 19 Apartamentos de Reinserção Social da cidade, destinados a acolher temporariamente pessoas toxicodependentes, que se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Analisando a evolução do total das Respostas Sociais no concelho de Lisboa e a representatividade, na dinâmica da cidade, das que eram de administração directa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, verifica-se a preponderância das respostas geridas por esta Instituição, sendo de salientar algumas respostas em que a Misericórdia era o único promotor: Atelier Ocupacional, Residência para Pessoas com VIH/SIDA, Apartamento de Reinserção Social, Apoio Domiciliário para Guarda de Crianças (*Babysitting*) e Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira.

Também a Ajuda Alimentar e o Apoio Domiciliário Integrado (ADI) assumem especial relevância pelo facto de ser igualmente nestas respostas que a Santa Casa detinha a maior percentagem de oferta na cidade, respectivamente 95% e 91% do total.

Representatividade da SCML no total das Respostas Sociais (nº), Lisboa, 2011 a 2014



Fonte: SCML/GEP / Carta Social 2014

Considerando os dois últimos anos, de 2013 para 2014 verificou-se uma discreta descida do número total de respostas, que passaram de 880 para 874, apesar do número de creches ter aumentado naquele período de 176 para 187, assim como o número de Apartamentos de Reinserção Social que subiu de 16 para 18.

Para além das Creches e dos Apartamentos de Reinserção Social, merecem destaque 4 outras respostas cuja evolução entre 2007 e 2014 foi significativa: Apartamento de Autonomização, Lares de Idosos / Estruturas Residenciais para Idosos, Apoio Domiciliário Integrado (ADI) e Ajuda Alimentar.

No caso do Apoio Domiciliário Integrado (ADI), os valores registados demonstram um decréscimo após um significativo aumento até 2012, continuando o valor registado em 2014 a ser superior ao registado em 2007. De salientar que o decréscimo assinalado poderá não representar a cessação do número de respostas, mas a reconversão ou reorganização dos serviços e das equipas, sem a redução da capacidade da resposta.

A Ajuda Alimentar evidencia um aumento significativo a partir de 2008, tendo passado de 3 respostas registadas naquele ano, para 21 em 2014.

Quanto às Estruturas Residenciais para Idosos, esta designação passou a englobar os Lares e as Residências para Idosos a partir de 2012, pelo que a sua análise deverá ser feita para os Lares entre 2007 e 2011, que neste período passaram de 87 para 100, devendo ser analisada entre 2012 e 2014 a evolução das Estruturas Residenciais para Idosos, que passaram então de 110 para 118.

Evolução das Respostas Sociais por Domínio de Actuação (nº), Lisboa, 2007-2014

Domínios de Actuação	Respostas Sociais	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Infância e Juventude	Creche	154	164	167	168	172	174	176	187
	CATL	46	44	42	45	45	46	45	43
	Intervenção Precoce	8	7	7	7	7	7	7	7
	Lar de Apoio	8	9	6	6	5	5	5	5
	CAFAP	18	20	22	23	23	23	22	22
	CAT	20	18	14	14	13	14	14	14
	Lar de Infância e Juventude	47	47	42	39	38	38	33	33
	Apartamento de Autonomização	9	9	14	15	17	17	18	17
	Atividades Socio-Educativas ¹	6	5	5	5	5	5	5	5
População Adulta	Serviço de Apoio Domiciliário	92	99	100	103	100	100	105	100
	Centro de Convívio	32	31	28	26	25	25	26	25
	Centro de Dia	80	79	79	78	73	71	69	69
	Residência de Idosos	14	13	15	15	14	110	118	118
	Lar de Idosos	87	92	100	101	100			
		Estrutura Residencial para Idosos							
	Centro de Atend./Acomp. e Animação p/ Pessoas c/ Deficiência	3	3	4	5	5	5	5	5
	Serviço Apoio Domiciliário (Deficiência)	5	4	4	5	5	6	4	4
	Serviço Apoio Domiciliário (Dependência)	0	0	1	1	1	1	1	1
	Centro de Atividades Ocupacionais	35	38	38	38	38	37	37	37
	Lar Residencial	24	23	23	22	23	22	21	21
	Transporte de Pessoas c/ Deficiência	1	1	1	1	1	1	1	1
	Residência Autónoma ²	-	-	-	-	-	-	1	1
	Apoio Domiciliário Integrado (ADI)	3	1	11	22	23	24	21	11
	Forum Sócio-Ocupacional	6	6	6	6	6	6	6	6
	Unidade de Apoio Integrado	0	0	1	1	1	1	1	1
	Unidade de Vida Protegida	7	7	7	7	7	7	7	7
Unidade de Vida Autónoma	2	2	2	2	1	2	3	3	
Equipa de Rua para Pessoas Sem Abrigo	2	2	3	3	3	3	2	2	
Atelier Ocupacional	2	2	2	3	3	3	2	2	
Família e Comunidade	Atendimento/Acompanhamento Social	19	17	18	20	21	21	20	20
	Grupo de Auto-Ajuda	1	1	1	1	1	1	1	1
	Centro Comunitário	8	7	5	7	8	9	7	7
	Refeitório/Cantina Social	6	6	6	6	6	7	9	9
	Centro de Apoio à Vida	5	6	6	6	6	6	6	6
	Comunidade de Inserção	11	11	10	10	10	11	11	11
	Centro de Alojamento Temporário	10	11	12	11	10	10	10	10
	Ajuda Alimentar	3	3	13	19	19	21	21	21
	Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial	11	9	9	9	9	9	9	9
	SAD VIH/SIDA	4	2	2	2	2	2	2	2
	Residência para Pessoas com VIH/SIDA	0	2	2	2	2	2	2	2
	Equipa de Intervenção Directa	1	1	1	1	1	1	1	1
	Apartamento de Reinserção Social	11	13	13	17	17	17	16	18
	Centro de Atendimento								1
	Casa de Abrigo								5
Grupo Fechado	Apoio Domiciliário para Guarda de Crianças							1	1
	Apoio em Regime Ambulatório	4	4	3	3	2	2	2	2
	Centro de Reabilitação de Pessoas c/ Cegueira	2	2	2	1	1	1	1	1
Total de Respostas Sociais		807	821	847	876	869	873	880	874

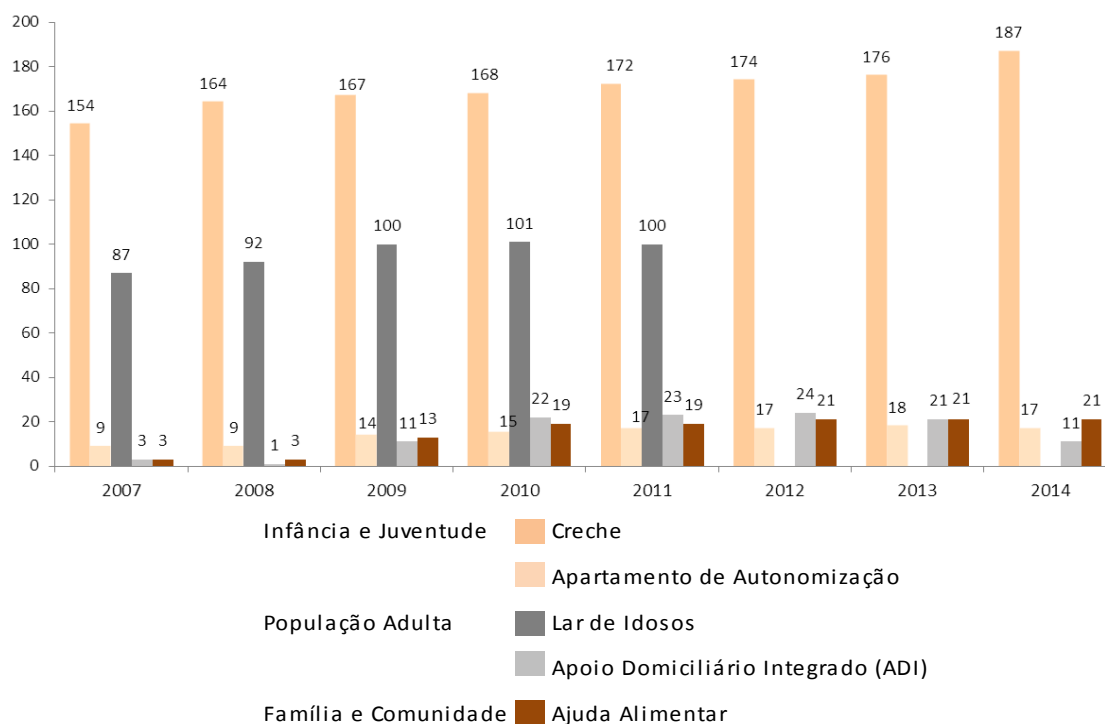
NOTAS:

1 Na Carta Social a resposta de Actividades Socio-educativas enquadra-se apenas no âmbito da Casa Pia de Lisboa (CPL) no grupo das Crianças e Jovens em Situação de Perigo.

2 O Lar e a Residência de Idosos, a partir de 2012, passaram a integrar uma única nomenclatura: Estrutura Residencial para Idosos.

Fonte: SCML/GEP - Carta Social 2011 – 2014

Evolução de 5 Respostas Sociais (nº), Lisboa, 2007-2014



Fonte: SCML/GEP | Carta Social 2014

As Respostas Sociais representam uma realidade incontornável nas sociedades actuais e um potencial de apoios e agentes que, mobilizados, contribuem para a minimização das diferentes assimetrias e discrepâncias do tecido social, contribuindo para o bem-estar das pessoas.

Ao longo do tempo têm vindo a ser criadas e reinventadas novas respostas e dinâmicas polivalentes que pretendem a melhoria das condições de vida e a realização dos indivíduos, das famílias e da comunidade em geral.

Definir hoje o grau de actividade específico para cada área de intervenção, e simultaneamente para cada área territorial, é um requisito essencial ao equilíbrio entre as necessidades e a crescente melhoria na qualidade e diversidade dos serviços e apoios que são prestados aos indivíduos e aos diferentes grupos sociais.

Lisboa tem vindo a perder população residente ao longo das duas últimas décadas, apresentando hoje valores de densidade populacional relativamente baixos para uma cidade capital. Paralelamente a este fenómeno tem vindo a acentuar-se o envelhecimento da população, com o aumento do número de idosos e a diminuição do número de jovens.

Esta realidade representa um desafio incontornável à capacidade de criar e activar recursos capazes de apoiar a população idosa, considerando tanto a tendência de crescimento do seu número, como o aumento do número de anos que constituem este período da vida.

Factores como o isolamento, a dependência, a grande dependência e a insuficiência de recursos económicos, não só agravam a situação, como requerem a criação de políticas sociais activas e eficazes para os mais velhos.

Esta realidade deverá ser tida em conta na criação de um número crescente de respostas sociais, cada vez mais diversificadas e abrangentes, por forma a colmatar e/ou minimizar as necessidades das pessoas em situação de maior risco de marginalização social, como é o caso dos idosos.

A distribuição da proporção de pessoas com 65 e mais anos por freguesia, relativamente à população residente em Lisboa, não é equilibrada, não sendo apenas nos bairros históricos e no centro da cidade que se concentra o maior número de idosos.

Dinâmicas de Proximidade

Para além dos equipamentos e outras respostas de natureza social, segundo a classificação e nomenclatura oficiais, existem actualmente outros recursos em resultado da iniciativa da sociedade civil, de organizações sem fins lucrativos ou das autarquias, que procuram responder a novas necessidades, seja por força da natural evolução da sociedade, seja pelo actual contexto de crise.

São exemplos no primeiro caso, as Universidades da Terceira Idade, dirigidas a novos segmentos da população idosa, os Bancos de Tempo, promovendo a troca de serviços, ou a Plataforma de Partilha de Recursos – CLIP, apoiando a capacitação de organizações e pessoas nos mais diversos campos, desde a formação, informação e esclarecimento, à partilha de recursos humanos, competências ou bens materiais, no apoio à criação de negócios sociais e angariação de fundos.

Quanto aos apoios de natureza social, dirigidos à população que tem vindo a perder qualidade de vida em consequência do desemprego e das medidas de austeridade, para as quais não existem ou são insuficientes os recursos oficiais, o número e tipo de respostas é grande e variado, indo do apoio em géneros de primeira necessidade ao apoio jurídico, passando pela troca de livros escolares, às lojas sociais ou ao Transporte Solidário, ou à promoção da capacitação e resiliência.

Encontra-se em curso, no âmbito da execução do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), 2013-2015, a elaboração de uma plataforma informática denominada Carta Social Georreferenciada, que permitirá em breve à Rede Social de Lisboa dispor, e facultar ao público, toda a informação sobre os recursos de natureza social existentes na cidade de Lisboa.

Para além da possibilidade de pesquisa e visualização desta informação, de forma interactiva e georreferenciada, serão então disponibilizadas não só informações sobre os Equipamentos e Respostas Sociais constantes da Nomenclatura Oficial, como também sobre os outros tipos de recursos não convencionais actualmente existentes.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE IP, " Publicação Periódica sobre o Número de Utentes Inscritos nos Cuidados de Saúde Primários", Ministério da Saúde, Lisboa, Julho de 2015

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, DICAD - Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e das Dependências

ALMEIDA, Ana Nunes de; ANDRÉ, Isabel Margarida; LALANDA, Piedade, *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 163, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002

ALMEIDA, M. A.; NUNES, S.; PAIS, S.; AMARO, T. P. "Estudo sobre o Voluntariado", Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa 2008

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, "Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas", Observatório das Comunidades Ciganas, 2014

ÁLVARES, Maria (coord.); CALADO, Alexandre; ESTEVÃO, Pedro; MERLINI, Sara; NALHA, Fátima; CAPUCHA, Luís (Perito), "Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e Práticas - Sumário Executivo", Centro de Estudos e Investigação de Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), 2014

ALVES, Nuno de Almeida, CANTANTE, Frederico; BAPTISTA, Inês; CARMO, Renato Miguel do, "Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro", Lisboa, Editora Mundos Sociais/CIES-IUL 29, 2011

AMARO, R.; CORREIA, T.; GASPAR, V.; ROMÃO, G, "Estudo de caracterização do voluntariado em Portugal – Trabalho para o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado", PROACT, ISCTE, Lisboa, 2012

AMBRÓSIO, Susana Isabel Campos, "Representações sobre a creche dos pais de crianças que frequentam a creche e dos pais que optaram por outro cuidado", Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Lisboa, 2013

ARNOLD, J.; RODRIGUES, C. Farinha, "Reducing inequality and poverty in Portugal", OECD Economics Department Working Papers, Nº 1258, OECD Publishing, Paris, 2015

ASSOCIAÇÃO CASAS REGIONAIS DE LISBOA

ASSOCIAÇÃO COLECTIVIDADES CONCELHO LISBOA

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR (DECO) - Gabinete de Apoio ao sobre-endividado

BANCO CENTRAL EUROPEU

BELO, Fernanda, “Carta Social 2014 – Equipamentos e Respostas Sociais por freguesia – Concelho de Lisboa”, SCML, SEPAJ / GEP

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Orientações Preliminares para as Políticas Municipais de Juventude da Cidade de Lisboa”, Conselho Municipal de Juventude, Pelouro dos Direitos Sociais, Junho de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Boletim Municipal Nº 977 de 8 de Novembro de 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “O PLH em Acção: Programa Local de Habitação de Lisboa, Relatório da 3.ª fase: Concretizar”, Abril de 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida de Lisboa, Volume I – Perfil Municipal de Saúde de Lisboa”, Lisboa, 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Plano Municipal contra a Violência Doméstica e de Género”, Lisboa, 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar”, Lisboa, 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa 2015-2017 – Volume II – Diagnóstico da População Imigrante residente em Lisboa”, 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Programa Municipal para a Pessoa Sem-Abrigo 2015-2017”, Lisboa 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) 2014; Volume I”, Departamento de Planeamento, Julho, 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Plano de Acção dos Direitos Sociais 2014-2017, Pelouro dos Direitos Sociais

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (PAP)”, Julho de 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Relatórios de Execução Física e Financeira de 2012-2015, Departamento de Desenvolvimento Social/Departamento de Desenvolvimento Social, DDS/ DIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “Relatórios das Juntas de Freguesia”, Departamento de Desenvolvimento Social/Núcleo Famílias

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, “Roteiros do Futuro”, Conferência “Nascer em Portugal”, Dezembro de 2012

CASTRO, Alexandra (coord), “A Cidade Incerta–Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa”, Cadernos EAPN 17, EAPN, Lisboa, 2012

CASTRO, Alexandra, “Ciganos e desigualdades sociais: contributos para a inflexão de políticas públicas de carácter universalista”, Fórum Sociológico, 2010

CICHELLI, V. , “La construction de l’autonomie. Parents et jeunes adultes face aux Études, Paris, Presses universitaires de France, 2001

COMISSÃO EUROPEIA

COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

COMISSÃO NACIONAL DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO

COMISSÃO PARA A POLÍTICA DE NATALIDADE EM PORTUGAL, “Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035): Remover os obstáculos à natalidade desejada”, Relatório Final, Julho de 2014

COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU

CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS (CPR)

COSTA, Alfredo Bruto da, “O paradoxo da pobreza – Portugal 1980-1989”, Universidade Nova de Lisboa, 1993

CRAVEIRO, Maria Teresa, “O programa local de habitação em Lisboa – Questões Metodológicas”, II Colóquio Brasil-Portugal: Estratégias de Projecto e Intervenção nas Metrópoles Contemporâneas-Experiências e Perspectivas, São Paulo, 14-17 Junho de 2010

CRAVEIRO, Maria Teresa, “O Plano-Processo no Planeamento Estratégico”, Revista Sociedade e Território, nº12, 1990

CRAVEIRO, Maria Teresa e DUARTE, Maria João Rosa, “O reforço dos Equipamentos de Proximidade para a sustentabilidade das cidades, o caso de Lisboa”, Actas do I Seminário da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2010

DELICADO, A.; ALMEIDA, A. N. D. e FERRÃO, J. “Caracterização do Voluntariado em Portugal” Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários, Lisboa, 2002

DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, DGEEC, Ministério da Educação “Modelo de previsão do número de alunos em Portugal, 2012–2018 – Impacto do alargamento da escolaridade obrigatória”, 2013

DIRECÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, DGEEC, Ministério da Educação “Desigualdades Socioeconómicas e Resultados Escolares – 3.º Ciclo do Ensino Público Geral”, Lisboa 2016

DIRECÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza “Em Análise nº 30_O Relatório Europeu relativo a Portugal: monitorização dos progressos e retrocessos sociais”, Abril, 2016

ELVAS, Susana, MONIZ, M. João Vargas, “Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida”, in Análise Psicológica 3 (XXVIII), 451-464, 2010

EUROPEAN FEDERATION OF NATIONAL ORGANISATIONS WORKING WITH THE HOMELESS

EUROPEAN UNION, “Portfolio of EU Social Indicators for the Monitoring of Progress Towards the EU Objectives for Social Protection and Social Inclusion”, 2015 Update

EUROPEAN URBAN KNOWLEDGENETWORK, “The Inclusive Cities Approaches to combat urban poverty and social exclusion in Europe”, 2014

EUROSTAT

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

GEBALIS-Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, EM, “Programa Integrado de Gestão e Requalificação dos Bairros Municipais – Intervenção Física”, Lisboa 2011

GEBALIS-Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, EM, “Inquérito à Satisfação Residencial e Participação Cívica”, Lisboa, 2012

GEBALIS-Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, EM, “Recenseamento da População Cigana residente nos Bairros Municipais”, 2008

GUERRA, Isabel “As pessoas não são coisas que se metam em gavetas”, Sociedade e Território, 20, pp.11-16, Lisboa 1994

IEFP-INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

IEFP-INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL, “Desemprego Registado por Concelhos, Estatísticas Mensais”, Janeiro 2004 a Dezembro 2014

ILO-INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, “Global Employment Trends for Youth 2015 - Scaling up investments in decent jobs for youth”, Employment Policy Department, Geneva, 2015

INE, I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação

INE, I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., Estatísticas Demográficas

INE, I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., Estatísticas do Emprego

INE, I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., Inquérito à Fecundidade

INE, I.P. - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P., Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

ISS, I.P. - INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P. / GPE - Gabinete de Planeamento e Estratégia / UPCG – Unidade de Planeamento e Controlo de Gestão

ISS, I.P. – INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P. - CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL DE LISBOA / UAD – Unidade de Apoio à Direção / NPGI - Núcleo de Planeamento e Gestão da Informação

ISS, I.P. - INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, I.P. - CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL DE LISBOA / UDSP – Unidade de Desenvolvimento Social e Programas

JORGE, Miriam José Fernandes, “A cultura da Sustentabilidade Social, um instrumento de Humanização”, Universidade de Coimbra, Janeiro de 2015

JUSTINO, David (Direcção), MIGUÉNS, Manuel (Coordenação), “Estado da Educação 2014”, Conselho Nacional de Educação, Lisboa, 2014

JUSTINO, David; PASCUEIRO, Liliana; FRANCO, Luísa; SANTOS, Rui; ALMEIDA, Sílvia; BATISTA, Susana, “Atlas da Educação—Contextos Sociais e Locais de Sucesso e Insucesso—Portugal 1991-2012”, CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa

LAFIN, S. H. F. et al, “Trabalho voluntário” In Elizabeth V. Freitas et al (Org.), Tratado de Geriatria e Gerontologia, 2º Ed, 1420-1423, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006

MACHADO, Paulo Filipe, “A Presença Cigana em Portugal: um caso de exclusão secular” in Mediterrâneo, nº4, p.p.53-68; Secretariado Diocesano de Lisboa, Obra Nacional Para a Pastoral dos Ciganos (1997), «Comunidade Cigana na Diocese de Lisboa», Ed. CML – Acção Social, Lisboa, 1994

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, “Relatório Anual de Segurança Interna”, Sistema de Segurança Interna, Lisboa 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA - Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)

NEVES, Maria do Rosário Diniz Albernaz, “Factores do abandono escolar precoce e motivações para o regresso em educação de adultos”, Universidade Lusófona, Vila Nova de Gaia, 2012

OBSERVATÓRIO DAS AUTARQUIAS FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES, “NEETS – Young People not in Employment, Education or Training; Characteristics, costs and policy responses in Europe”, Eurofound, 2012

OBSERVATÓRIO DE LUTA CONTRA A POBREZA NA CIDADE DE LISBOA, “Indicadores de Alerta”

OBSERVATÓRIO DE LUTA CONTRA A POBREZA NA CIDADE DE LISBOA, Referencial Estratégico, Relatório Anual 2015

OECD-Organisation for Economic Co-operation and Development, “It Together: Why Less Inequality Benefits All, Overview of Inequality Trends, Key findings and Policy Directions”, OECD Publishing, Paris, 2015.

OECD-Organisation for Economic Co-operation and Development, “Education at a Glance 2015”, OECD Indicators

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, Setembro de 1995

PAIS, José Machado, “A construção sociológica da juventude—alguns contributos”, Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

PAPPÁMIKAIL, Lia – “JUVENTUDE(S), AUTONOMIA E SOCIOLOGIA” in Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pág. 395-410

PEDROSO, Paulo (Coordenador); CASALEIRO, Paula (Co-Coordenadora); SANTOS, Andreia; BRANCO, Patrícia, “As Crianças em Perigo no Concelho de Lisboa – Mapa(s) Sociológico(s) do Desempenho das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens do Município de Lisboa”, CML/CES, Dezembro de 2015.

PORDATA, Fundação Francisco Manuel dos Santos

PROJECTO aquEDUto, “Avaliação, Qualidade e Equidade do Sistema Educativo em Portugal, 2000-2012”, Conselho Nacional de Educação e Fundação Francisco Manuel dos Santos - Lisboa, 2015

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, DASS/GMAG - Relatório de Apresentação dos Resultados do Inquérito realizado pelo Programa INTERGERAÇÕES –Março a Junho de 2012

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA – Relatório de Gestão e Contas, 2014

SANTOS, Marta, “Tão Perto e Tão longe – Satisfação Residencial e Participação Cívica nos Bairros Municipais de Lisboa”, Editora Caleidoscópico/GEBALIS, EM, Lisboa, 2015

SANTOS, Marta; SALGUEIRO ANTUNES, Margarida; ROMANO, Ricardo; CAVALEIRO, Lia, “Identificação e Caracterização das Famílias Ciganas residentes pelos Bairros Municipais de Lisboa”, GEBALIS, Lisboa 2008

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, “Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo”, 2014

SILVA, Isabel Lopes da (coord.); MARQUES, Liliana; MATA, Lourdes; ROSA, Manuela, “Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar”, Ministério da Educação/Direcção-Geral da Educação (DGE), 2016

SNIPI, Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, Direcção Geral de Saúde

SOBOTKA, Tomáš, “Understanding childbearing in Europe”- in ICS Conference “Problematics of natality in Portugal”, Lisbon, 15 January 2014

SOCIAL PROTECTION COMMITTEE – Indicators Sub-group

TORRES, Anália Cardoso; SILVA, Francisco Vieira da, “Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres”, In Sociologia – problemas e Práticas, n.º 28, 1998, pp. 9-65

VIEIRA, Maria Manuel; PAPPÁMIKAIL, Lia; FERREIRA, Vítor Sérgio; ROWLAND, Jussara, “Conhecer para Agir—Contributos das Ciências Sociais para o Livro Branco da Juventude”, Relatório Síntese das Mesas Redondas, Observatório Permanente da Juventude, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Dezembro de 2013

WALL, Karin; LEITÃO, Mafalda; ATALAIA, Susana, “Principais Desenvolvimentos das Políticas de Família em 2013 – Relatório 2013” Observatório das Famílias e das Políticas de Famílias, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013

WORX, Real Estate Consultants, “W Student Housing Review”, 2013